

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL

PATRICIA SECKLER KETZER

FUNDAMENTOS E MEDIAÇÕES NO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL DA
REGIÃO CELEIRO DO RIO GRANDE DO SUL.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Política Social e Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Alzira Maria Baptista Lewgoy

Porto Alegre
2019

PATRICIA SECKLER KETZER

FUNDAMENTOS E MEDIAÇÕES NO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL DA
REGIÃO CELEIRO DO RIO GRANDE DO SUL

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Política Social e Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Alzira Maria Baptista Lewgoy

Porto Alegre
2019

PATRICIA SECKLER KETZER

**FUNDAMENTOS E MEDIAÇÕES NO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL DA
REGIÃO CELEIRO DO RIO GRANDE DO SUL**

Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Política Social e Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Alzira Maria Baptista Lewgoy

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Alzira Maria Baptista Lewgoy
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS
Presidente (Orientadora)

Profa. Dra. Thaísa Teixeira Closs
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS
Membro Interno

Profa. Dra. Loiva Mara de Oliveira Machado
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS
Membro Interno

Profa. Dra. Carina Berta Moljo
Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF
Membro Externo a Instituição

AGRADECIMENTOS

Muitos foram os sentimentos durante a realização deste sonho: o mestrado. Alegria, realização, aprendizado, cansaço, preocupação, insegurança... gratidão.

Sou grata a Deus por iluminar o meu caminho! Sou grata aos meus pais, Enio e Carmen, e a meu irmão Leonardo pelo apoio, amor, compreensão e por acreditarem em mim.

Sou grata ao meu companheiro Idemar, por ter sido paz em momentos de preocupação, por ter sido ânimo nos momentos de cansaço e por ter sido sempre acolhedor, compreendendo os desafios e as dificuldades enfrentadas durante a realização do mestrado.

Sou grata a minha orientadora e professora Alzira Maria Baptista Lewgoy, pela paciência, pela dedicação, pela compreensão e por ter respeitado o meu tempo durante este processo de aprendizado. Agradeço imensamente por estar comigo durante toda esta caminhada. Tens meu carinho, respeito e admiração.

Sou grata aos colegas que ingressaram na turma de Mestrado em Política Social e Serviço Social da UFRGS do ano 2017, que proporcionaram momentos de afeto, de debates, de desabafos e de muitas alegrias! Em especial a colega Jéssica, grande incentivadora desde a época que fomos alunas especiais do Programa e Pós-Graduação, e a colega amiga Jacira, sempre companheira e atenciosa, minha guia em Porto Alegre.

Sou grata ao Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Formação e Exercício Profissional – GEFESS, pelo aprendizado e pelo companheirismo. A participação no grupo de pesquisa contribuiu grandemente para o meu crescimento profissional.

Sou grata à amiga Zainab, participante ativa deste processo, seja nos estudos e nas viagens a Porto Alegre, mas também acolhendo minhas dúvidas e me mostrando que “o sol nasce para todos”.

Um agradecimento especial às Professoras Carina Bertha Moljo (UFJF), Loiva Mara de Oliveira Machado (UNIPAMPA) e Thaísa Teixeira Closs (UFRGS) por abrilhantarem o momento de qualificação e trazerem sugestões para o adensamento deste estudo. Agradeço pela disponibilidade em participar da banca final de mestrado.

Por fim, agradeço imensamente às colegas assistentes sociais que se disponibilizaram a contribuir com este estudo.

RESUMO

Os Fundamentos do Serviço Social são compreendidos através das dimensões teórico-metodológica, ético-política, que se expressam na dimensão técnico-operativa da profissão com a hegemonia do projeto profissional da categoria atrelada a um projeto profissional vinculado a uma lente marxista de compreensão da realidade. Os assistentes sociais se constituem como trabalhadores assalariados, possuidores de sua força de trabalho para a venda, dependem dos meios de trabalho a serem oferecidos pelos empregadores para o trabalho profissional. Estes meios refletem as condições objetivas de trabalho e contribuem para a sua qualidade ou não, no sentido de favorecer a materialização da dimensão teleológica do trabalho profissional. O presente estudo aborda os fundamentos e as mediações no trabalho do assistente social e objetiva analisar como vem sendo realizada a mediação dos fundamentos do Serviço Social no trabalho profissional das(os) Assistentes Sociais da Região Ceilero do Rio Grande do Sul, a fim de contribuir na intervenção e na construção de conhecimento em Serviço Social. A pesquisa fundamenta-se na teoria social crítica, e orienta-se pelo método dialético-crítico que instiga a apreensão dos Fundamentos e Mediações do Serviço Social em seu movimento contraditório, à medida que o Serviço social se constitui na sociedade sob a égide do capital, se contrapondo aos seus ditames e a forma como o homem explora o próprio homem coisificando as relações sociais. Os sujeitos participantes do estudo compreenderam em onze profissionais de Serviço Social que trabalham nas instituições que possuem o profissional na composição de suas equipes na Região Ceilero do Rio Grande do Sul. A coleta de informações foi por meio de bases empírica e documental, a técnica utilizada foi através de entrevista semiestruturada e a análise dos dados empregada foi Análise de Conteúdo na perspectiva de Bardin. Os documentos analisados se constituíram dos Planos de Trabalho ou Estudos Sociais, fornecidos pelos participantes da pesquisa, e as atas das reuniões do NUCRESS Ceilero no período de 2016 e 2017. Evidenciaram-se como principais resultados, uma concepção fragmentada sobre os Fundamentos do Serviço Social, ao individualizar as dimensões, teórico-metodológica, da ético-política e da técnica-operativa no exercício profissional; uma compreensão difusa e diversificada sobre as mediações no cotidiano profissional, considerando o conhecimento desta categoria, ao designá-la como atribuições profissionais, ou como encaminhamentos, orientações, esclarecimentos, intervenções e técnicas do trabalho profissional e vinculadas a participação em partido político, em conselhos de direitos, e em entidade representativa da profissão. O embasamento teórico, apesar de evidenciar a importância e a necessidade de relação entre formação e exercício profissional, remetendo a lembrança de referências e autores importantes e ícones da profissão estudados na época da graduação, e ancorados no Projeto Profissional e nas Políticas Sociais, ainda se constitui um embasamento teórico pragmático no trabalho do dia-a-dia. As referências mais citadas e utilizadas pelos participantes foram às legislações específicas da Política Social nas quais trabalham necessariamente, e o Código de Ética Profissional. Conclui-se que ainda há fragilidade na apreensão dos fundamentos do Serviço Social no trabalho dos assistentes sociais, convocando-nos ao adensamento sobre a temática e a criação de espaços de enfrentamento e de resistência através da educação permanente e do fortalecimento do trabalho vivo, o que nos desafia como categoria profissional no contexto brasileiro.

Palavras-chave: Serviço Social; Fundamentos do Serviço Social, Mediações, Formação Profissional, Trabalho Profissional.

ABSTRACT

The Fundamentals of Social Service are understood through the theoretical-methodological, ethical-political dimensions that are expressed in the technical-operative dimension of the profession with the hegemony of the category linked to a professional project linked to a Marxist lens of understanding reality. Social workers constitute themselves as wage laborers, possessing their labor force for sale, depend on the means of labor to be offered by employers for professional work. These means reflect the objective conditions of work and contribute to its quality or not, in the sense of favoring the materialization of the teleological attitude of the professional. The present study deals with the foundations and mediations in the social worker's work and aims to analyze how the Social Work fundamentals have been mediated in the professional work of the Social Assistants of the Barn State of Rio Grande do Sul in order to contribute in the intervention and in the construction of knowledge in Social Work. The research is based on critical social theory and is guided by the dialectical-critical method that instigates the apprehension of the Foundations and Mediations of Social Service in its contradictory movement, as Social Service is constituted in society under the aegis of capital, in opposition to his dictates and the way in which man explores man himself by making social relationships. The subjects participating in the study comprised eleven Social Service professionals who work in the institutions that have the professional in the composition of their teams in the Barreiro Region of Rio Grande do Sul. The information collection was based on empirical and documentary, the technique used was through a semi-structured interview and the data analysis employed was Content Analysis from Bardin's perspective. The documents analyzed were the Work Plans or Social Studies, provided by the participants of the research, and the minutes of the NUCRESS Barn meetings in the period of 2016 and 2017. The main results were shown a fragmented conception about the Social Work Fundamentals, by individualizing the theoretical-methodological dimensions of ethical-political and technical-operative in professional practice; a diffuse and diversified understanding of mediations in daily life, considering the knowledge of this category, by designating it as professional assignments, or as referrals, guidelines, explanations, interventions and techniques of professional work and linked to participation in a political party, in councils and representative body of the profession. Theoretical basis, although evidencing the importance and the need for a relationship between training and professional practice, referring to the recollection of references and important authors and icons of the profession studied at the time of graduation, and anchored in the Professional Project and in Social Policies, constitutes a pragmatic theoretical foundation in day-to-day work. The references most cited and used by the participants were the specific legislation of the Social Policy in which they work daily, and the Code of Professional Ethics. It is concluded that there is still fragility in the apprehension of the foundations of Social Work in the work of social workers, calling us to the densification on the subject and the creation of spaces of confrontation and resistance through the permanent education and the strengthening of living work, the which challenges us as a professional category in the Brazilian context.

Keywords: Social Service; Foundations of Social Work, Mediation, Vocational Training, Professional Work.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Processo de categorização	55
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Distribuição por faixa etária	57
Gráfico 2: Natureza da instituição de Ensino Superior.....	58
Gráfico 3: Modalidade de Ensino.....	58
Gráfico 4: Ano de Formação.....	59
Gráfico 5: Formação em Pós-Graduação.....	59
Gráfico 6: Análise de Realização de Supervisão de Estágio.....	60
Gráfico 7: Vínculo Profissional em Outras Instituições.....	60
Gráfico 8: Análise Percentual da Carga Horária.....	61
Gráfico 9: Vínculo Empregatício.....	61
Gráfico 10: Formação da Equipe de Trabalho.....	62

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Mapa dos Municípios da Região Cealeiro	
--	--

LISTA DE SIGLAS

CRAS –	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS –	Centro de Referência Especializado da Assistência Social
CAPS –	Centro de Atenção Psicossocial
APAE –	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
INSS –	Instituto Nacional do Seguro Social
CEDEDICA –	Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente
CISA –	Consórcio Intermunicipal de Saúde
ABESS –	Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social
ABEPS –	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
UFAs –	Unidades de Formação Acadêmica
CBAS –	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
ENESSO –	Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social
ABEMEC –	Associação do Bem Estar do Menor de Crissiumal
TCLE –	Termo de Consentimento Livre Esclarecido
CEP –	Comitê de Ética em Pesquisa

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 CAPÍTULO I - FUNDAMENTOS HISTÓRICOS- TEORICOS METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL	23
2. 1. O Serviço Social no Brasil.....	36
2.2 Questão Social: matéria prima do trabalho do Assistente Social.....	49
2.3 O Trabalho do Assistente Social e suas Mediações	52
3 CAPÍTULO 2 RESULTADOS E DISCUSSÃO	63
3.1 CARACTERIZAÇÃO DAS ASSISTENTES SOCIAIS SUJEITOS DA PESQUISA.....	63
3.2 FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL: CONCEPÇÃO FRAGMENTADA.....	68
3.2.1 Dimensão ética.....	68
3.2.2 Dimensão técnico-operativa.....	71
3.2.3 Dimensão teórica	73
3.2.4 Dimensão da Graduação.....	75
3.3 MEDIAÇÃO: ESPAÇO DE MÚLTIPLAS ATRIBUIÇÕES	77
3.3.1 Participação em partido político, Conselhos de Direitos e Entidade representativa da Profissão.....	77
3.3.2 Encaminhamentos são mediações?	81
3.3.3 Conhecimento e trabalho coletivo.....	83
3.3.4 Intervenção <i>versus</i> Mediação Profissional.....	86
3. 4 TRABALHO COTIDIANO PROFISSIONAL: PROJETO PROFISSIONAL, POLÍTICAS SOCIAIS, PRAGMATISMO.....	89
3.4.1 Autores e legislações do Serviço Social.....	89
3.4.2 Legislações: Saúde, habitação, sócio jurídico, Educação, SUAS, ECA, LOAS.....	92
3.4.3 Trabalho cotidiano: Embasamento teórico Pragmático.....	95
4 LIMITES E POSSIBILIDADES DO TRABALHO PROFISSIONAL NA REGIÃO CELEIRO DO RIO GRANDE DO SUL.....	101
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	111

REFERÊNCIAS	117
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	122
APÊNDICE B – FORMULÁRIO DE ENTREVISTA PARA AS ASSISTENTES SOCIAIS	123
APÊNDICE C - ROTEIRO PARA ANÁLISE DOCUMENTAL DAS ATAS DO NUCRESS CELEIRO.....	124
APÊNDICE D – INSTRUMENTO PARA ANÁLISE DOCUMENTAL DOS PLANOS DE TRABALHO OU ESTUDOS SOCIAIS FORNECIDOS PELOS ASSISTENTES SOCIAIS ENTREVISTADOS.....	125
ANEXO A – TERMO DE COMPROMISSO PARA UTILIZAÇÃO DOS DADOS.....	126

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação está vinculada ao processo de aprendizado que está sendo realizado no Mestrado Acadêmico de Políticas Sociais e Serviço Social, oferecido pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, através do Instituto de Psicologia, bem como da necessidade de responder a questões que nos inquietam e intrigam e que acompanham a trajetória da pesquisadora, após a conclusão do curso de Serviço Social na Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, nestes 16 anos de formação.

Uma das questões que sugere reflexão ao presente estudo está relacionada ao exercício profissional do assistente social, que de acordo com o disposto na Lei 8662 de 03 de junho de 1993 - Lei que Regulamenta a profissão de Assistente Social, dispõe em seu artigo 4º sobre as competências do Assistente Social, e em seu artigo 5º dispõe sobre as atribuições privativas do Assistente Social. De acordo com a Lei que Regulamenta a profissão, o Assistente Social pode trabalhar nas diversas Políticas Públicas, empresas, organizações não governamentais /terceiro setor e outros. Para realizar suas atividades, independente do espaço ocupacional que o profissional trabalhe, necessita realização de um conjunto de procedimentos que abarquem o processo de análises, execução e avaliação sobre a instituição, ou seja, o espaço sócio ocupacional no qual o profissional está inserido, estudo da política social na qual a organização se vincula, apropriação da legislação e do referencial teórico metodológico que lhe dê embasamento para o trabalho profissional, bem como, o uso do Código de Ética Profissional do Assistente Social tendo em vista que estabelece princípios e diretrizes, instrumento indispensável para o direcionamento do trabalho profissional.

Sobre as questões que nos inquietam e das quais é preciso contextualizar, uma delas está relacionada ao distanciamento do assistente social de seus referenciais teóricos que fundamentam o trabalho do profissional. Constata-se que há um investimento e uma qualificação na área temática específica na qual trabalha e uma postura profissional de dedicação e compromisso ao exercício no espaço sócio ocupacional. Como exemplo, na área da assistência social os profissionais são liberados para participarem de cursos referentes aos serviços aos quais estão vinculados. Na proteção social básica cursos referente ao Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Na proteção social especial participa de cursos referentes a garantia de direitos, medidas socioeducativas, Serviço de Proteção Especializada a Famílias e Indivíduos, que muitas vezes são ministrados por profissionais vinculados a instituições às quais o Município é

conveniada (Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul - FAMURS e das Delegações de Prefeituras Municipais Ltda. - DPM).

Constata-se que muitos desses cursos apresentam programas e conteúdos com uma perspectiva mais tecnicista e atento as legislações, do que vinculado com a realidade e a conjuntura social e econômica vivenciadas na atualidade e com os conteúdos que embasam e fundamentam a profissão. Ou seja, embora busque constantemente qualificação, o assistente social não inclui em seus estudos a relação destes temas com objeto de trabalho do Serviço Social, porque não abarcam os fundamentos do trabalho profissional no que se referem as “[...] análises teóricas substanciais acerca da realidade para qualificar o exercício profissional”, considerando que este é um dos princípios da Política de Educação Permanente (CFESS, 2012).

Nessa direção o Conselho Federal de Serviço Social apresentou a Política Nacional de Educação Permanente do Conjunto CFESS-CRESS, no ano de 2012, com o objetivo de:

[...] Consolidar uma Política Nacional de Educação Permanente no âmbito do Conjunto CFESS-CRESS, voltada para a promoção do aprimoramento intelectual, técnico e político dos/as assistentes sociais, como forma de qualificar o exercício profissional, fortalecendo sua inserção qualificada e crítica no mundo do trabalho; bem como consolidar o projeto ético-político do Serviço Social e potencializar a melhoria dos serviços prestados aos/às usuários/as.

Portanto, o Conselho Federal de Serviço Social – CFESS¹ e os Conselhos Regionais de Serviço Social – CRESS são órgãos que disciplinam e defendem a profissão reafirmando na formulação e avaliação de políticas, bem como,

[...] do planejamento, gestão e monitoramento, inscritos em equipes multiprofissionais, atividades relacionadas ao controle social, à implantação e orientação de conselhos de políticas públicas, à elaboração de planos e projetos sociais, ao acompanhamento e avaliação de políticas, programas e projetos.” (IAMAMOTO, 2015, p. 207)

¹De acordo com Lei n ° 8.662, de 7 de Junho de 1993 que Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências: Art. 7º O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) constituem, em seu conjunto, uma entidade com personalidade jurídica e forma federativa, com o objetivo básico de disciplinar e defender o exercício da profissão de Assistente Social em todo o território nacional. 1º Os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) são dotados de autonomia administrativa e financeira, sem prejuízo de sua vinculação ao Conselho Federal, nos termos da legislação em vigor. 2º Cabe ao Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e aos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), representar, em juízo e fora dele, os interesses gerais e individuais dos Assistentes Sociais, no cumprimento desta lei.

Contudo, pelo o que se constata nos municípios de Pequeno Porte, poucos são os que conseguem manter as equipes mínimas de trabalho nos serviços pactuados. Comumente o Assistente Social realiza a execução das políticas sociais e também a avaliação, o planejamento e a gestão dos serviços. Embora seja uma conquista o assistente social ser chamado a planejar e avaliar a política que está executando, ainda precisa-se avançar porque não se tem as condições necessárias de trabalho que favoreçam o desempenho de suas atribuições com tempo e qualidade. O assistente social se vê cotidianamente com uma demanda de trabalho que só aumenta, com uma população reivindicando seus direitos e os recursos limitados ou sendo reduzidos, tendo em vista que a União e o Estado não vêm repassando em dia os recursos cofinanciados. Ou seja, o profissional é duplamente cobrado, pela população quando não tem seus direitos garantidos, e pelo Estado que lhe demanda a execução do trabalho com eficiência mas sem condições concretas para isso.

Assim, é imprescindível compreender esta dinâmica e pensar em formas de resistência e luta pela garantia dos direitos arduamente conquistados e pela defesa da vida. Nessa perspectiva a formação em Serviço Social se propõe a:

[...] viabilizar a capacitação teórico-metodológica e ético-política como requisito fundamental para o exercício de atividades técnico-operativas, com vistas à: apreensão crítica dos processos sociais numa perspectiva de totalidade e do movimento histórico da sociedade brasileira; possibilitar a compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade; e identificar demandas presentes na sociedade, visando formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre o público e o privado. (IAMAMOTO, 2014, p. 619)

E é com este propósito que se busca habilitar o acadêmico em serviço social ao proporcionar que o mesmo possa ter experiências práticas desde o início da formação e também intervir em espaços sócio-ocupacionais na constante e permanente busca de qualificação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. A realidade é mutável, a história é construída pelos sujeitos diariamente tornando-se indissociável a unidade entre a teoria e a realidade no cotidiano profissional. A questão social se expressa de diferentes formas e o assistente social, historicamente, vem assumindo espaços ocupacionais instituídos como locais de mediação entre as necessidades da população e a garantia de direitos.

Outro aspecto importante a ser destacado contextualizado e problematizado e que influencia diretamente na formação e no trabalho do assistente social é o ensino na modalidade à distância - EaD, regulamentado no ano de 2007 pelo Ministério da Educação. A política de

educação para o ensino superior sofre grandes impactos do neoliberalismo no século XXI, considerando que essa política tem sido caracterizada:

[...] por larga escala de expansão universitária mercantil, que aprofunda a privatização interna das universidades públicas e amplia a privatização da educação superior presencial e a distância (Dahmer, 2008), permitindo, assim, a intensificação da desqualificação da formação profissional, sob a aparência de ampliação do acesso ao ensino superior (Lima, 2008). Nesse caso, a educação move-se estrategicamente a favor da hegemonia do capital, contribuindo para ampliar o processo de superexploração do trabalho, promovido pela reestruturação produtiva (Mészáros, 2005), sofrendo, como direito e política, medidas cada vez mais regressivas, que também estão vinculadas a um ensino de manual e desprovido de criticidade (MORAES, 2016, p. 589).

O Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, em um dos documentos lançados após a implantação do ensino à distância na área, mesmo considerando que a precarização do processo formativo também atinge os/as graduandos/as que cursam a formação presencial, destacam as peculiaridades da modalidade EaD como,

[...] a massificação do ensino no que diz respeito ao quantitativo de matrículas em tal modalidade de ensino, a ausência de vivência acadêmica, de contato direto e presencial com um corpo docente amplo e da inexistência da relação ensino, pesquisa e extensão. (CFESS, 2012, p. 11)

Entende-se que estas peculiaridades aprofundam a fragilização do processo formativo e a qualificação dos assistentes sociais formados nesta modalidade de forma a atender as Diretrizes Gerais do Curso de Serviço Social e aos princípios e valores inscritos no Código de Ética Profissional de 1993. Pensar em como a formação profissional à distância está ou não está apreendendo as dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política que compõem o Serviço Social, é importante e necessário diante da avalanche de profissionais formados nesta modalidade nos últimos anos. No mês de abril de 2017, num total de 3.571 cursos de Serviço Social autorizados pelo Ministério da Educação em atividades presenciais e à distância, 3.033 eram à distância². Se comparados ao ano de 2012, os cursos de Serviço Social à distância cresceram 1.218%³. Entre os dez cursos com maior oferta de vagas à distância, o Serviço Social está entre os três primeiros.

²Fonte: emec.mec.gov.br - Dados coletados em Abril de 2017 – Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Formação e Exercício Profissional - GEFESS/UFRGS.

³Dados coletados em Abril de 2017 - Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Formação e Exercício Profissional-GEFESS/UFRGS.

Na atualidade, os profissionais formados na modalidade presencial e à distância dividem espaços de trabalho e encontram-se inseridos em instâncias organizativas da categoria. Diante disso, é inevitável pensar em quais os referenciais teóricos e metodológicos que os profissionais estão imprimindo nas atividades do seu cotidiano profissional e imbuído de qual sentido ético-político e o técnico-operativo? De acordo com Moraes (2016) a realidade do ensino à distância no Brasil

[...] tem *capturado o sêmen do pensamento crítico* dos assistentes sociais, limitando-os ao trato da realidade aparente, restrita ao senso comum e desprovida de criticidade na leitura, no diálogo e na intervenção profissional. (p. 592)

Nesse sentido um dos aspectos importantes a destacar é a inserção da pesquisa no trabalho cotidiano do profissional em Serviço Social, processo de ancoragem para que atividades de trabalho não sejam tão pragmáticas.

É importante destacar, ainda que a mestranda ao se inserir no Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Formação e Exercício Profissional em Serviço Social (GEFESS) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), sob a orientação da Professora Doutora Alzira M^a. B. Lewgoy, foi possibilitado a participação no levantamento de pesquisas e dados referentes ao estágio supervisionado em Serviço Social de uma das maiores instituições de ensino à distância do Brasil. O estudo ainda em conclusão, já demonstrou alguns aspectos importantes que incidem no trabalho do assistente social, tais como: o supervisor acadêmico nas unidades à distância é concebido como orientador acadêmico, e não acompanha presencialmente o acadêmico no campo de estágio; é o Tutor da Sala quem informa e orienta as atividades aos alunos do módulo e auxilia no cadastramento dos campos. O Tutor Eletrônico, outra figura quem esclarece e encaminha as dúvidas, confere e controla os documentos. Os Orientadores acadêmicos, os docentes, são contratados somente para o exercício da supervisão, muitos com um grande número de estagiários, na instituição pesquisada foi identificado um orientador com 54 alunos inviabilizando o preconizado na PNE⁴.

Diante disso, questiona-se sobre como este montante de acadêmicos desenvolverá a

[...] capacidade de decifrar a realidade, construir propostas de trabalho criativas e efetivar direitos a partir de demandas emergentes no cotidiano. Esse processo vai exigir a apropriação rigorosa dos fundamentos teóricos, metodológicos, históricos, éticos e políticos para balizar a dimensão operativa. (LEWGOY, 2014, p. 63)

⁴ POLÍTICA NACIONAL DE ESTÁGIO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL – ABEPSS.

O que se observa é um forte movimento contra os pressupostos das Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social de 1996, construída pela categoria profissional num longo processo histórico e por outro lado uma forte resistência das entidades profissionais. O Serviço Social também constituiu historicamente o Conselho de fiscalização. O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) é uma autarquia pública federal que tem a atribuição de orientar, disciplinar, normatizar, fiscalizar e defender o exercício profissional do/a assistente social no Brasil, em conjunto com os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS).

Estes Conselhos têm origem no Brasil nos anos 1950, quando o Estado regulamenta profissões e ofícios considerados liberais. O Serviço Social foi uma das primeiras profissões da área social a ter aprovada sua lei de regulamentação profissional, a Lei 3252 de 27 de agosto de 1957, posteriormente regulamentada pelo Decreto 994 de 15 de maio de 1962. Foi esse decreto que determinou em seu artigo 6º, que a disciplina e fiscalização do exercício profissional caberiam ao Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS) e aos Conselhos Regionais de Assistentes Sociais (CRAS), tendo a nomenclatura sido alterada no ano de 1993 a partir da nova Lei de Regulamentação da Profissão, para Conselho Federal de Serviço Social – CFESS e Conselho Regional de Serviço Social – CRESS.⁵

De acordo com as Diretrizes Nacionais Acerca da Interiorização das Ações Políticas dos CRESS, cada Estado Brasileiro terá o seu Conselho Regional de Serviço Social. As diretrizes também preveem a constituição de Núcleos pelas mesmas possuem:

[...] uma natureza de interiorização das ações dos CRESS, correspondendo a uma das estratégias do Conselho de se aproximar do cotidiano dos/as assistentes sociais, mediante ações político-pedagógicas que visam a fortalecer a mobilização destes/as profissionais, necessária à defesa da profissão e da qualidade dos serviços prestados às/aos usuárias/os. Os Núcleos são vinculados aos CRESS e não possuem autonomia administrativo-financeira. Os Núcleos expressam o compromisso das direções dos CRESS em assegurar uma gestão democrática com participação da base. (2016, p. 07)

O Estado do Rio Grande do Sul possui 38 Núcleos Regionais, sendo que a pesquisadora faz parte do Núcleo Regional de Serviço Social - NUCRESS Celeiro, que compreende 21 municípios do noroeste gaúcho:

⁵ DIRETRIZES NACIONAIS ACERCA DA INTERIORIZAÇÃO DAS AÇÕES POLÍTICAS DOS CRESS Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/DiretrizesInteriorizacao2017.pdf> Acesso em: 10 de junho de 2019.

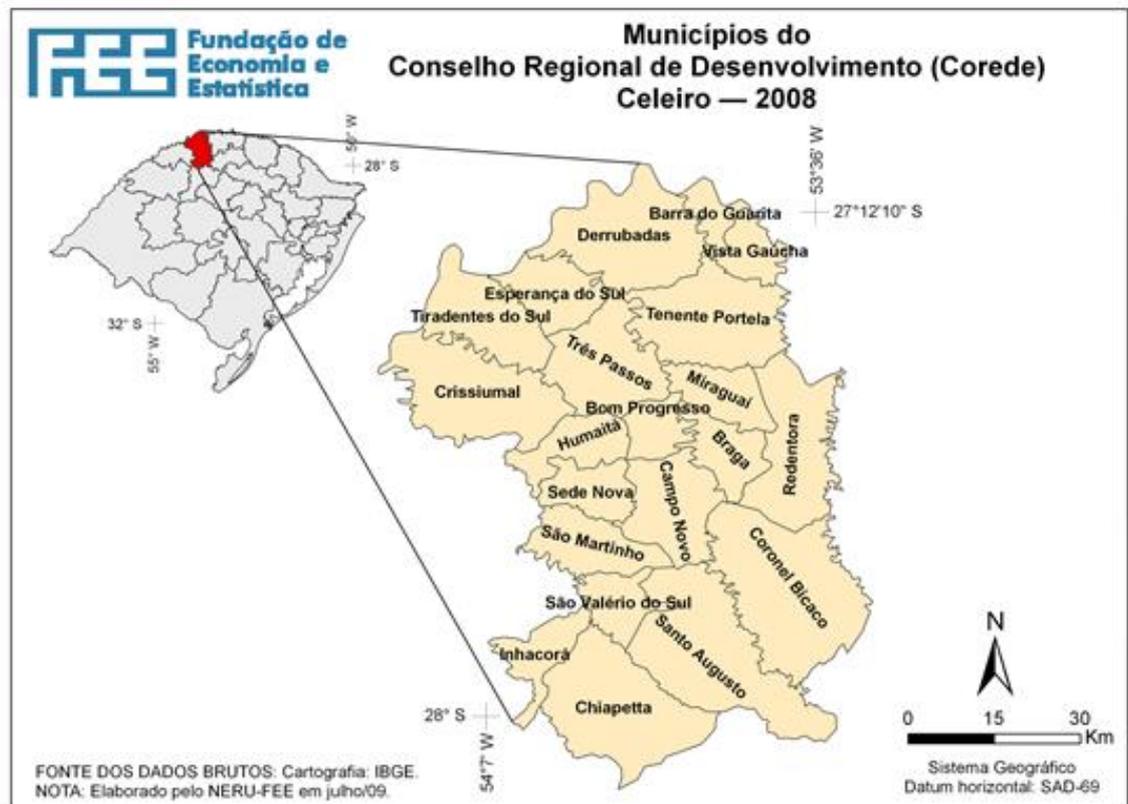


Figura 1- Mapa dos Municípios da Região Celeiro

Segundo perfil socioeconômico do Governo do Estado do Rio Grande do Sul⁶, 58% da população da Região Celeiro reside no meio urbano e 42% no meio rural. A base econômica da região é voltada à Agropecuária, com destaque para a criação de bovinos, principalmente para a produção de leite. Somente o município de Três Passos possui população acima de 20.000 habitantes. Até o ano de 2014 a Região Celeiro contava com três cursos presenciais de Serviço Social em cidades próximas, sendo elas Ijuí, Santa Rosa e Frederico Westphalen, sendo que nos últimos anos os cursos foram extintos. Participam nas reuniões do NUCRESS Celeiro cerca de 56 Assistentes Sociais.

Esta pesquisa de mestrado tem origem nas inquietações anteriormente apresentadas, que de certa maneira contextualiza o distanciamento do assistente social de seus referenciais teóricos que fundamentam o trabalho profissional no cotidiano. Consta-se que há um investimento e uma qualificação na área temática específica na qual trabalha e uma postura profissional de dedicação ao trabalho no espaço sócio ocupacional. Em contrapartida, embora os assistentes sociais busquem qualificação sobre os conteúdos, como já foi referido

⁶ Perfil Socioeconômico COREDE Celeiro. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Secretaria de Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento Regional. Porto Alegre, Novembro de 2015.

anteriormente, não vêm incluindo em seus estudos a relação destes temas com objeto de trabalho do Serviço Social, não abarcando os fundamentos do trabalho profissional que possa lhe potencializar no que se referem as “[...] análises teóricas substanciais acerca da realidade para qualificar o exercício profissional”, sendo este um dos princípios da Política de Educação Permanente do CFESS/CRESS(2012).

Estas questões suscitaram indagações e o seguinte problema de pesquisa: Como os Assistentes Sociais da Região Celeiro do Rio Grande do Sul vêm articulando os Fundamentos do Serviço Social nas mediações do trabalho profissional? , que foram desdobrados em quatro questões norteadoras, com intuito de auxiliar na formulação da resposta ao problema: a) A temática dos Fundamentos do Serviço Social é estudada e incorporada no trabalho profissional após a formação dos assistentes sociais? b) Quais as mediações feitas pelos Assistentes Sociais no trabalho cotidiano profissional? c) Qual o embasamento teórico e metodológico, ético, técnico, e político, utilizado no trabalho do Assistente Social? d) Quais os limites e as possibilidades do trabalho profissional na Região Celeiro do Rio Grande do Sul?

Como resultante do problema de pesquisa foi elaborado o seguinte objetivo geral: Analisar como vem sendo realizada a mediação dos fundamentos do Serviço Social no trabalho profissional das (os) Assistentes Sociais da Região Celeiro do Rio Grande do Sul. E resultante das questões norteadoras os objetivos específicos: a) Identificar se a temática dos Fundamentos do Serviço Social é estudada no trabalho profissional após a formação dos assistentes sociais; b) Identificar as mediações feitas pelos Assistentes Sociais no trabalho cotidiano profissional; c) Desvelar qual o embasamento ético, técnico, político, teórico e metodológico utilizado no trabalho do Assistente Social; d) Evidenciar os limites e as possibilidades do trabalho profissional na Região Celeiro do Rio Grande do Sul.

É uma pesquisa qualitativa por se tratar da compreensão junto a população investigada de uma determinada região, através de abordagem dialética como forma dinâmica de interpretação da realidade, considerando a historicidade dos processos sociais e as contradições sociais no contexto histórico, e “[...] as determinações socioeconômicas dos fenômenos, as relações sociais de produção e de dominação com a compreensão das representações sociais” (MINAYO, 2015, p. 24). A complexidade do tema proposto para a pesquisa e diante da realidade específica da população a ser estudada, ou seja, as Assistentes Sociais da Região Celeiro do Rio Grande do Sul faz-se necessário considerar “[...] o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (MINAYO, 2015, p. 21). A pesquisa também se caracteriza como estudo de caso por ser uma “[...] categoria de pesquisa

cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente” (TRIVIÑOS, 2009, p.136). Nesta investigação será utilizado o estudo multicase, que segundo o autor possibilita ao pesquisador o estudo de dois ou mais sujeitos, de uma turma, de uma escola ou de uma comunidade.

Por se tratar de uma pesquisa envolvendo seres humanos, foram assegurados os aspectos éticos de pesquisa obedecendo à resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 466 de 12 de Dezembro de 2012. A ética perpassou todo o processo da pesquisa, desde o levantamento do problema, a coleta dos dados, a análise, até a sua conclusão. Portanto, a pesquisa respeitou aos critérios éticos e foi submetido após qualificação do Projeto à Comissão de Ética (CEP) do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Os sujeitos do presente estudo foram orientados quanto aos objetivos da pesquisa e receberam para leitura e assinatura o (TCLE) Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE D) em duas vias, ficando uma via com a pesquisadora e outra com o entrevistado. Os sujeitos do estudo foram informados sobre os riscos que envolvem a pesquisa, visto que durante a aplicação das entrevistas, a temática abordada pode causar algum tipo desconforto aos entrevistados, bem como que não receberiam benefícios diretos. Entretanto ressaltou-se aos pesquisados a importância de sua contribuição para a pesquisa. As entrevistas foram gravadas com a autorização dos sujeitos, expressa na assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido e posteriormente transcritas. O CD com as gravações está armazenado no Instituto de Psicologia da UFRGS, sito a Rua Ramiro Barcelos, 2666, sala 228, Porto Alegre/RS, pelo prazo de 05 anos, quando será descartado. Também, permanecem armazenados os termos assinados e as cópias repassadas pelas profissionais. Também foi fornecido ao responsável pela instituição onde a profissional trabalha o Termo de Compromisso para a Utilização dos Dados (APÊNDICE E), no qual assinaram o(a) responsável pela instituição e a pesquisadora.

Metodologicamente para alcançar os objetivos propostos primeiramente foi realizada a revisão da literatura referente ao tema proposto na pesquisa. Após foi realizada uma pesquisa bibliográfica (GIL 2010), no período de agosto a dezembro de 2018, constituída de quatro etapas: Leitura exploratória, que objetiva verificar em que medida a obra consultada interessa à pesquisa; Leitura seletiva, na qual se procede [...] à seleção do material que de fato interessa à pesquisa (ibidem, p. 59); Leitura analítica, cuja finalidade é ordenar e resumir as informações contidas nas fontes, de forma que estas possibilitem a obtenção de respostas ao problema de pesquisa e a leitura interpretativa, que objetiva relacionar o que o autor afirma com o problema para o qual se propõe uma solução (ibidem, p. 60). A base de dados consultada foi Scielo, cujas fontes foram livros e artigos utilizando os seguintes descritores: fundamentos/

serviço social; serviço social; mediação/serviço social. Foram encontrados um total de 37 livros e artigos científicos correspondentes às palavras-chave utilizadas.

Amostragem não probabilista, intencional, utilizada para selecionar as assistentes sociais que participaram da entrevista, considerando que neste tipo de amostra “[...] o pesquisador está interessado na opinião de determinados elementos da população, mas não representativos dela.” (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 38). Anterior à entrevista foram realizados dois pré-testes e, posteriormente, foram realizadas entrevistas semiestruturadas a onze Assistentes Sociais da região que trabalham das 21 cidades, de abrangência do NUCRESS Celeiro, que compõem a Região Celeiro no noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

A coleta de informações foi por meio de bases empíricas e documental. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas (APÊNDICE A), técnica que “[...] combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada” (MINAYO, 2015, p. 64), conforme critérios de seleção: a) assistentes sociais que trabalham em órgãos governamentais, não governamentais e em instituições privadas localizadas na região celeiro: CRAS, CREAS, CAPS, Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social, APAE, Hospital, ABEMEC, Comunidade Terapêutica, Presídio Estadual de Três Passos, Abrigo para Crianças e Adolescentes, INSS, Cededica e Consórcio Intermunicipal de Saúde - CISA. b) profissionais com um ou mais vínculos empregatícios; c) assistentes sociais com formação presencial e a distância; d) assistentes sociais que participam das Reuniões do NUCRESS. Visando a heterogeneidade do grupo, foram selecionadas profissionais de diferentes cidades, totalizando seis cidades. Cabe salientar que cinco das instituições identificadas, somente existem em uma das cidades da região, tendo limitado a variedade das cidades com profissionais selecionadas para a pesquisa.

Ao entrar em contato para o agendamento da entrevista, foi identificado que a profissional do único Presídio da região havia sido transferida, não tendo sido preenchido o seu cargo na instituição. Outro fator relevante é que somente um município da região Celeiro possui Comunidade Terapêutica e Lar Acolhedor para Crianças e Adolescentes, sendo que a mesma Assistente Social trabalha em ambas as instituições. Outra situação limite foi a dificuldade encontrada em agendar a entrevista a uma profissional convidada. Foram feitos vários contatos e tentativas de encontro, nos dias e horário propostos pela profissional, no entanto ela relatou não disponibilizar de tempo para realizar a entrevista. Como esta instituição é única na região, não foi possível convidar outra profissional.

A análise dos dados utilizada foi Análise de Conteúdo que conforme Bardin (2011) é um “[...] conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (p. 37), no qual contemplaremos a análise categorial que será utilizada por se caracterizar pelo “desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamentos analógicos.” (BARDIN, 2011, p. 37). Para a realização deste processo foram seguidas as etapas: - Organização da Análise, o que compreende a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados obtidos e interpretação; a Codificação; - a Categorização; - a Inferência e a Informação da Análise das Comunicações (BARDIN, 2011).

Deu-se início a organização da análise com a pré-análise. Foram realizadas as transcrições das gravações das entrevistas, que totalizou 77 páginas. Após a organização das transcrições foi elaborada uma planilha tendo os objetivos específicos como referência para a análise das respostas de cada sujeito da pesquisa. Com a planilha completa, passou-se para a exploração do material que consiste na codificação das respostas. A codificação, segundo Holsti *apud* Bardin (2011) “é o processo pelo qual os dados brutos são transformados sistematicamente e agregados em unidades, as quais permitem uma descrição exata das características pertinentes do conteúdo” (p. 133). A partir daí foi realizada a categorização classificando os elementos conforme o que apresentavam em comum. Primeiramente isolando os elementos e após organizando-os, sendo sistematizado no quadro 01 a seguir:

Quadro 1 - Processo de categorização

I Dimensão ética	I Fundamentos do Serviço Social: concepção fragmentada
II Dimensão técnico-operativa	
III Dimensão teórica	
IV Dimensão Graduação	
IV Participação em partido político, Conselhos de Direitos - Saúde – criança e adolescente, idoso, antidrogas e assistência social e entidade representativa da profissão.	II Mediações: espaço de múltiplas atribuições
V Encaminhamentos são mediações?	
VI Mediações: Conhecimento e trabalho coletivo	
VII Intervenção versus Mediação Profissional	
VIII Autores e legislações do Serviço Social	III Trabalho Cotidiano Profissional: Projeto Profissional, Políticas Sociais, Pragmatismo
IX Legislações: Saúde, habitação, sócio jurídico, Educação, SUAS, ECA, LOAS.	
X Trabalho cotidiano: Embasamento teórico pragmático	

A partir do processo de categorização para a identificação das inferências, que segundo BARDIN (2011) é a passagem da etapa da descrição para a etapa da interpretação. De forma resumida pela autora “trata-se de realizar uma análise de conteúdo sobre a análise de conteúdo” (p.169) que serão tratadas no capítulo 2.

Quanto a análise de documentos foi importante à medida que auxiliaram a confrontar com as informações colhidas na entrevista. Foi solicitado para todas as entrevistadas uma cópia do Plano de Trabalho ou de um Estudo Social ou Parecer Social objetivando identificar a fundamentação teórica utilizada, as formas de trabalho e outros dados interessantes que pudessem surgir (APÊNDICE B). Das onze entrevistadas, sete forneceram Estudos Sociais ou Pareceres para análise, uma forneceu cópia do Plano de Trabalho e uma solicitou a possibilidade de envio de Estudo Social por email, após a entrevista, o que não ocorreu, e duas relataram não ter Plano de Trabalho e não realizar Estudos Sociais ou Pareceres. Posteriormente, foi feita cópia das atas das reuniões do NUCRESS Celeiro dos anos de 2016 e 2017, objetivando o levantamento dos temas trabalhados nos cursos ou grupos de estudo realizados nas reuniões deste núcleo (APÊNDICE C).

2 CAPÍTULO I - FUNDAMENTOS HISTÓRICOS-TEÓRICOS METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL

O Serviço Social se evidencia como totalidade histórica na relação que se estabelece entre as mudanças qualitativas dos elementos constitutivos da profissão e as determinações das totalidades societárias, às quais o Serviço Social participa. A história da sociedade possibilita a apreensão do modo de pensar e de atuar do Serviço Social, incorporados ao longo do seu desenvolvimento. Assim sendo, o “Serviço Social como uma totalidade histórica, ou complexo de determinações, inserido no movimento real totalizante de uma determinada formação social” (CARDOSO, 2007, p. 33), transforma o que o determina e ao mesmo tempo é transformado enquanto profissão. Pensar a história na perspectiva da totalidade prescinde saber quais são as totalidades das quais ela é constituída, questionando o que as determina, tornando possível a compreensão da história.

Cardoso (2007) salienta que a totalidade e as determinações da história somente podem ser apreendidas através da razão, como capacidade de pensamento e como “produto do pensamento sistemático já elaborado [...] daí a importância da teoria na elaboração do conhecimento da realidade” (p. 35).

Pensar nos fundamentos do Serviço Social é pensar nos elementos constitutivos desta profissão. Para tanto, é necessário o resgate da gênese do Serviço Social e da sua inserção na divisão social e técnica do trabalho. Além disso, compreender o Serviço Social através de suas dimensões teórico-metodológica e ético-política que se expressam na dimensão técnico-operativa da profissão. A definição apresentada por CLOSS (2017) define os fundamentos do Serviço Social e compreende sua complexidade:

[...] Os Fundamentos do Serviço Social consistem na matriz explicativa da realidade e da profissão, particular ao Serviço Social, (re) construída processualmente na sua trajetória histórica no movimento da realidade brasileira, a qual possui dimensões teórico-metodológicas e ético políticas que fundamentam a dimensão técnico-operativa desta profissão. Esta matriz, na atualidade, conforma-se a partir da conjugação de método/teoria marxistas e valores emancipatórios na análise histórico-crítica totalizante do Serviço Social, profissão cujo núcleo central reside no debate teórico-metodológico marxista, na análise da sua historicidade, na abordagem teórica da questão social e da categoria trabalho (mediada com a profissão), bem como do seu projeto ético político. (p. 12)

Eiras, Moljo e Santos (2012) explicitam também que a dimensão técnico-operativa da intervenção profissional “[...] materializa em ações as concepções teórico-metodológicas e ético-políticas que orientam o profissional” (p. 119). Assim, o direcionamento e a finalidade da profissão em determinado momento histórico são determinados pelas dimensões teórico-metodológicas e ético-políticas e são materializadas pela dimensão técnico-operativa. As autoras ainda afirmam que “uma competência profissional se faz, necessariamente, nestas três dimensões.” (p. 119), considerando por competência teórico-metodológica a forma como o profissional fundamenta e compreende a realidade, sendo que, quanto maior o adensamento teórico maiores serão as mediações e possibilidades de intervenção que traduzirão “[...] a intencionalidade e a direção social empreendidas na ação” (p. 121).

Compreender as dimensões como sendo propriedades de algo, princípios fundamentais ou princípios que contribuem

[...] para a concretização da profissão de Serviço Social e que formam a sua base. Melhor dizendo, são todos os elementos que constituem e são constitutivos da profissão, intrínsecos à passagem da finalidade ideal – que está no âmbito do pensamento, da projeção – à finalidade real – âmbito da efetividade da ação (SANTOS, 2013, p. 1).

Santos também afirma que as dimensões do Serviço Social estão presentes nas diferentes dimensões do exercício profissional do assistente social, ou seja, a dimensão formativa, a investigativa, a organizativa e a interventiva.

A Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço – ABEPSS, através dos integrantes do Grupo Temático de Pesquisa – GTP sobre o Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional também pressupõem que o Serviço Social como profissão envolve quatro dimensões organicamente relacionadas a dimensão da intervenção, a dimensão da formação profissional, a dimensão da produção do conhecimento e a produção da organização política das entidades do Serviço Social (LEWGOY; MOLJO; SILVA; SILVA; SANT’ANA, 2016).

Cardoso (2007) considera como sendo elementos constitutivos do Serviço Social as dimensões interventiva, de produção de conhecimento, da formação profissional e da organização política. A pesquisa como disciplina surgiu no Serviço Social em sua primeira

legislação sobre formação profissional⁷, no ano de 1953. A disciplina de pesquisa foi suprimida do currículo da graduação pela reforma universitária em 1968, no período de ditadura militar.

Guerra (1995) entende que o processo de renovação do Serviço Social, iniciado na década de 1960, se constituiu num momento onde as contradições dos processos sócio-históricos iluminavam os antagonismos presentes na categoria profissional, “trazendo à tona as divergências teórico-ideológicas imantadas no seu interior, convoca os profissionais a refletirem sobre os fundamentos teóricos, princípios e postulados” (p. 22).

A Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social – ABESS realizou revisão curricular aprovada pelo MEC no ano de 1982, quando discutiram pesquisa a partir do “reconhecimento da relação intrínseca da prática profissional com o conhecimento – a relação entre teoria e prática e a introdução de uma perspectiva analítica crítica, orientando a construção do saber profissional” (NOGUEIRA, 2010, p. 101).

Também na década de 1980 foi criado o primeiro curso de doutorado em Serviço Social, estimulando a pesquisa nesta área, tendo sido o Serviço Social reconhecido como área de conhecimento no CNPq no ano de 1984.

O contexto político, social e econômico desta década refletiu diretamente no Serviço Social exigindo novas respostas profissionais, resultando em “significativas alterações nos campos do ensino, da pesquisa e da organização político-corporativa dos assistentes sociais” (IAMAMOTO, 2014, p. 615).

A década de 1980 é um marco no debate sobre os fundamentos do Serviço Social no Brasil inspirado na teoria social crítica, que norteia um projeto acadêmico-profissional do Serviço Social brasileiro expresso na renovação da legislação profissional (1993), na normatização ética (1993) e nas diretrizes curriculares nacionais (Abess, 1996; MEC-Sesu, Ceas, 1999). Este patrimônio sociopolítico e profissional vem atribuindo uma face peculiar ao Serviço Social brasileiro [...] seu núcleo central é a compreensão da história a partir das classes sociais e suas lutas, o reconhecimento da centralidade do trabalho e dos trabalhadores. Ele foi alimentado teoricamente pela tradição marxista – no diálogo com outras matrizes analíticas – e politicamente pela aproximação às forças vivas que movem a história: as lutas e os movimentos sociais (IAMAMOTO, 2014, p. 615).

A Formação Profissional, elemento constitutivo da profissão, portanto determinada e também determinante historicamente, teve em 1996 um Currículo Mínimo aprovado pela ABESS que apresentou as Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social. A formação

⁷ Lei 1889/53.

profissional foi constituída de Núcleos de Formação, sendo eles Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social, Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e Núcleo de fundamentos do trabalho profissional. Os núcleos compreendem um “conjunto de conhecimentos indissociáveis para a apreensão da gênese, das manifestações e do enfrentamento da questão social, eixo fundante da profissão e articulador dos conteúdos da formação profissional” (ABESS, 1996, p. 9).

Iamamoto (2014) ressalta a forte descaracterização sofrida no texto das diretrizes curriculares homologadas pelo MEC, no que se refere à direção social da formação profissional, aos conhecimentos e habilidades considerados essenciais ao desempenho do assistente social.⁸ Mesmo com alterações sofridas pelo MEC ao homologar o texto legal das diretrizes curriculares em 04/07/2001, o currículo mínimo para os cursos de Serviço Social avançou no sentido de unir método, teoria e história do Serviço Social, embora, conforme Cardoso (2007, p. 52), esta unidade ainda seja um desafio para as Unidades de Ensino, assim como garantir a transversalidade da questão social nas disciplinas, a apreensão de categorias pertencentes a tradição marxista, o aprofundamento do conhecimento histórico do contexto socioeconômico e político brasileiro e a compreensão histórica da profissão embasada numa concepção crítica.

Para compreender a dimensão ético-política, é necessário considerar o processo histórico de constituição do ser social como viabilizador do comportamento ético do homem, ou seja, o animal se relaciona com a natureza instintivamente e o homem, ao aumentar o seu domínio sobre a natureza e também sobre si mesmo, através de mediações, vai cada vez mais moldando sua natureza social (BARROCO, 2010).

A sociabilidade é inerente a esse processo uma vez que constitui a relação e a convivência entre os homens no desenvolvimento das atividades humanas, ou seja, “[...] o homem só pode constituir-se como tal em relação com outros homens e em consequência dessa relação” (BARROCO, 2010, p. 22). Além disso, destaca-se a capacidade teleológica dos homens como sendo a capacidade de projeção ideal das finalidades e os meios para alcançar

⁸ Iamamoto (2014, p. 616-617) refere como exemplo, no perfil do bacharel em Serviço Social constava “profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social”, tendo sido substituído por “utilização dos recursos da informática”. Na definição de competências e habilidades, foi suprimido o texto legal o direcionamento teórico-metodológico e histórico para a análise da sociedade brasileira: apreensão crítica dos processos sociais na sua totalidade; análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país (MEC-Sesu/Coness, 1999) A autora também refere a dificuldade de garantir um conteúdo básico comum à formação profissional, passando o conteúdo da formação a ser submetido à livre-iniciativa das unidades de ensino condizente com os ditames do mercado, desde que preservados os núcleos de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; núcleo de formação sócio-histórica da sociedade brasileira e núcleo de fundamentos do trabalho profissional.

estas finalidades que são permeados de habilidades desenvolvidas pelos homens como a linguagem e o domínio sobre a natureza, capaz de garantir o alcance das finalidades projetadas.

É neste contexto de convivência, de projeção, de planejamento que surgem as possibilidades de escolha, de alternativas sobre qual o caminho seguir. Estes caminhos são permeados de valores. A partir do momento que o homem torna-se capaz de escolher se estes valores são bons ou maus, são certos ou errados e de responder por estas escolhas ele passa a ter consciência moral.

Uma ação moral consciente é aquela em que o sujeito assume que o(s) outro(s) pode(m) ou não sofrer as consequências por seus atos; por isso, a moral supõe o respeito ao outro e a responsabilidade em relação aos resultados das ações para outros indivíduos, grupos e para a sociedade em geral. Desta forma, a ação ética só tem sentido se o indivíduo sair de sua singularidade voltada exclusivamente para seu “eu” para se relacionar com o outro, com a coletividade (BARROCO, 2010, p. 58).

O relacionar-se com o outro compreende a vida em sociedade, que remete a considerar qual o tipo de sociedade se está inserido. Valores como a liberdade podem se constituir de formas diferentes em sociedades diferentes, sendo a liberdade considerada como “[...] categoria fundante da práxis e da capacidade ética do ser social” (BARROCO, 2010, p. 114).

Assim sendo, valores como a liberdade e a igualdade não podem ser universalizados na sociedade burguesa pelos indivíduos. Para Barroco estes valores existem mas não podem ser objetivados de forma universal, para a totalidade dos indivíduos devido a estrutura social fundada na divisão social do trabalho e na propriedade privada dos meios de produção.

Neste sentido, a partir de uma compreensão marxista, nos limites da sociedade burguesa, o homem determina o destino da humanidade, e a ética desempenha uma função mediadora nesse processo.

[...] A ética é um modo de ser prático-social que, para se objetivar, supõe a participação consciente e racional do indivíduo que dispõe de um grau relativo de liberdade, de autonomia, para avaliar, escolher, deliberar, projetar suas ações, dirigidas ao que considera – com base nas referências sociais do seu tempo histórico – ter valor positivo ou negativo, responsabilizando-se pelas escolhas feitas, levando em conta as consequências de seus atos para si mesmo e para os outros. (Barroco, 2010, p. 218)

O Serviço Social tem fundamentos e mediações políticas e éticas, ambas determinadas historicamente, de acordo com as demandas que lhe foram e são apresentadas, e por sua vez, das respostas que a categoria profissional apresentou e apresenta.⁹

Os assistentes sociais imprimem uma determinada direção social no seu trabalho, que atende aos diversos interesses sociais em disputa na sociedade, capitalista e classista, ou seja, com evidentes contradições econômicas e políticas. Iamamoto (1992) evidencia a dimensão política do projeto profissional dos assistentes sociais, dimensão definida pela inserção sociotécnica do Serviço Social entre os contraditórios e diferentes interesses de classes.

Conforme Teixeira e Braz (2009, p. 190-191) o Projeto Ético Político do Serviço Social é composto de elementos constitutivos, sendo eles: a explicitação de princípios e valores ético-políticos, uma matriz teórico-metodológica, a crítica radical à ordem social vigente (sociedade do capital) e as lutas e posicionamentos políticos absorvidos pela categoria profissional. Este projeto é composto de elementos que lhe dão concretude e visibilidade. Teixeira e Braz (2009, p. 191) citam a produção do conhecimento no interior do Serviço Social e as instâncias político-organizativas da profissão, ou seja, a produção do conhecimento no interior do Serviço Social através de processos reflexivos do trabalho profissional, da dimensão investigativa da profissão com análise teórico-crítica.

A competência ético-política também encontra-se explícita no Código de Ética do Assistente Social e na Lei que Regulamenta a profissão (Lei nº 8662/1993). Conforme Lewgoy (2010) a dimensão ético-política precisa estar atenta à finalidade da ação e do compromisso profissional, pois é elemento mediador constituído por postura crítico-investigativa sobre os fundamentos e os sentidos atribuídos aos conteúdos, ao método, aos objetivos, tendo como referência a afirmação dos direitos. Ainda segundo Lewgoy, ambas as dimensões se atrelam à técnico-operativa, que, caracterizada pelo domínio dos conteúdos de sua área específica de conhecimento, é uma instância de passagem que permite a realização da trajetória da concepção da ação à sua operacionalização (LEWGOY, 2010).

As instâncias político-organizativas da profissão compreendendo o conjunto Conselho Federal do Serviço Social – CFESS e Conselho Regional do Serviço Social - CRESS, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, os Centro e Diretórios Acadêmicos das unidades de ensino e a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço

⁹“Os projetos profissionais apresentam a autoimagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas.” (NETTO, 2008, p. 144)

Social. Estes espaços democráticos de construção coletiva estão em permanente disputa e são fundamentais no sentido de reafirmar os compromissos e princípios da categoria, ou seja, do projeto profissional.

A dimensão jurídico-política da profissão, constituindo seu arcabouço legal e institucional. Distinguem o aparato mais abrangente constituído da Constituição Federal de 1988 e das leis relacionadas com os diversos espaços ocupados por assistentes sociais nas diversas políticas públicas, com o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e a Lei Orgânica da Saúde – LOS, por exemplo, assim como um aparato jurídico-político da categoria profissional dos assistentes sociais como o código de ética atual, a Lei que Regulamenta a Profissão Lei nº 8662/93 e as novas Diretrizes Curriculares dos Cursos de Serviço Social (ratificado na Assembleia Nacional da ABEPSS no ano de 1996, e estabelecido pelo MEC com prejudiciais alterações em 2002) (TEIXEIRA; BRAZ, 2009).

Desta forma, balizados pelo projeto profissional que é norteado por um projeto de sociedade transformador ou conservador, os profissionais imprimem uma determinada direção social através de suas ações profissionais. No Serviço Social, desde o movimento de reconceituação, iniciado na segunda metade de 1965, que o Serviço Social com viés conservador passou a ser discutido na América Latina. A década de 1970 apresentou um adensamento na discussão, mas foi na década de 1980, devido a várias questões em especial o despertar dos movimentos sociais na sociedade brasileira, reprimidos desde o início da ditadura, que o Serviço Social brasileiro vinculou-se ao movimento profissão, instaurando o pluralismo e possibilitando o aprofundamento e adensamento dos estudos e pesquisas na perspectiva marxista.

Houve, então, a condição política necessária para a constituição de um novo projeto profissional para o Serviço Social brasileiro. A existência e o reconhecimento da relação de poder existente na sociedade e a definição de qual direção imprimimos no trabalho profissional, incidindo diretamente no projeto societário¹⁰ que a categoria profissional almeja. É composto pela “imagem ideal da profissão, os valores que a legitimam, sua função social e seus objetivos, conhecimentos teóricos, saberes interventivos, normas, práticas etc.” (NETTO, 2008, p. 147). A articulação entres estes componentes através de recursos políticos-organizativos, como debates entre a categoria, viabilizam a hegemonia do projeto profissional.

¹⁰“Os projetos societários são projetos coletivos; seu traço peculiar reside no fato de se constituírem como projetos macroscópicos, como propostas para o conjunto da sociedade. [...] nos projetos societários há necessariamente uma dimensão política, que envolve relações de poder.” (NETTO, 2008, p. 143)

A questão do pluralismo profissional¹¹ precisa ser considerada, uma vez que todo projeto profissional é composto por sujeitos diferentes, que nem sempre partilham de um mesmo ideal societário. Netto (2008) afirma a possibilidade de existência de projetos profissionais diferentes, sendo o corpo profissional um campo de tensões e lutas, com projetos em constante disputa. Mesmo havendo um projeto hegemônico este não necessariamente é exclusivo. Assim, há que se considerar que a “valoração ética atravessa o projeto profissional como um todo, não constituindo um mero segmento particular dele e só adquire efetividade histórico-concreta quando combinada com uma direção político-profissional” (NETTO, 2008, p. 148).

Desta forma, Forti (2017, p. 05) alerta para o cuidado de não confundir o “pluralismo com a fusão de diferentes matrizes do pensamento, indistintamente, nem para a análise nem para a orientação da nossa ação profissional na realidade social.” Também alerta para o relativismo e o eclecismo, onde o profissional afirmam vínculo com determinada vertente do pensamento crítico e com o projeto profissional dos assistentes sociais, porém não se observa correspondência a esta vertente no trabalho profissional.

O Código de Ética profissional, segundo Paiva e Salles (1996, p. 180 *apud* BRAVO, 2009, p. 695):

[...] é um instrumento efetivo do processo de amadurecimento político da categoria e um aliado na mobilização e qualificação dos assistentes sociais diante dos desafios da sociedade brasileira, constituindo-se num mecanismo de defesa da qualidade dos serviços prestados pelos assistentes sociais e de garantia do exercício profissional, fornecendo respaldo jurídico à profissão.

A dimensão técnico-operativa, como expressão da dimensão teórico-metodológica e ético-política, exige a utilização de conhecimentos, informações, técnicas e habilidades que foram redefinidas ao longo da história da profissão (GUERRA, 1995). Também teve uma ressignificação com todo o processo de pluralismo instituído na profissão, com a discussão do referencial teórico marxista, com a revisão curricular e a discussão acerca da formação profissional, mas também, a legitimação de demandas da profissão que “receberam respaldo

¹¹ Para Carlos Nelson Coutinho (1991), o pluralismo pode ser fundamentado em duas dimensões básicas: como um fenômeno social e político e como referência na construção do conhecimento. A hegemonia se funda numa unidade na diversidade, sendo necessário considerar o ponto de vista do outro, mas se empenhar em criar uma consciência coletiva. É sinônimo de abertura para o diferente, de respeito pela posição alheia, sendo importante, inclusive, para o próprio desenvolvimento da nossa posição. (COUTINHO, 1991, p. 14) Busca uma síntese entre o predomínio da vontade geral, e ao mesmo tempo, a conservação dessa multiplicidade, desse pluralismo de sujeitos. (COUTINHO, 1991, p. 09)

jurídico-legal” (NETTO, 2008, p. 153). Esta resignificação possibilitou com que os assistentes sociais se aproximassem às teorias macroscópicas, em especial a de tradição marxista, pensando na conjuntura onde a intervenção profissional era desenvolvida.

A dimensão técnico-operativa conforme Santos (2013), é a concretização da ação planejada, considerando a análise da realidade, os valores e a finalidade da ação. Portanto, é a dimensão técnico-operativa a que mais se aproximada da prática profissional. Desta forma,

[...] a dimensão técnico-operativa contém: existência de objetivos; busca pela efetivação desses objetivos; existência de condições objetivas e subjetivas para a efetivação da finalidade. Requer conhecer os sujeitos da intervenção; as relações de poder, tanto horizontais quanto verticais; o perfil do usuário - a natureza das demandas; o modo de vida dos usuários; as estratégias de sobrevivência; a análise e aprimoramento das condições subjetivas; conhecimento das atribuições profissionais. (SANTOS, 2013, p. 2)

Guerra (2012) considera que, a dimensão técnico-operativa, como a razão de ser da profissão, remete às competências instrumentais pelas quais a profissão é reconhecida e legitimada, sendo nesta dimensão inseridos os instrumentos e técnicas da intervenção profissional, embora não sejam os únicos elementos constitutivos desta dimensão. Os instrumentos de trabalho foram construídos para o alcance de uma finalidade pretendida, ou seja, a finalidade da ação encontra-se no âmbito teórico.

É na articulação da dimensão técnico-operativa com as demais dimensões da intervenção profissional que é possível materializar em ações, as concepções teórico-metodológica e ético-política que orientam o profissional. Neste sentido, a escolha dos instrumentos e técnicas está intimamente relacionada aos objetivos e às finalidades da profissão. (SANTOS, 2013, p. 4)

Neste sentido Santos (2013) afirma que as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa são como unidade na diversidade, ou seja, mesmo tendo cada uma sua identidade elas se relacionam entre si, são interligadas e se complementam. De forma resumida a autora exemplifica as dimensões

[...] a dimensão teórica de uma intervenção trata das diferentes teorias que contribuem com o conhecimento da realidade. Realidade com a qual o assistente social vai trabalhar e que se expressa no cotidiano profissional. A dimensão política trata dos diferentes compromissos que a profissão pode ter; das intencionalidades das ações; implica tomada de posições, no entanto esse compromisso e essas intencionalidades possuem uma sustentação teórica – mesmo que não se tenha consciência disso. Ética é uma reflexão crítica sobre

os valores presentes na ação humana e se uma ação requer tomar partido, há uma relação intrínseca entre ética e política. (SANTOS, 2013, p. 2)

A dimensão teórico-metodológica tem sua importância e imprescindibilidade na capacidade de conhecer a realidade social, política, econômica e cultural da realidade. Para isso, faz-se necessário um intenso rigor teórico e metodológico, que permita enxergar a dinâmica da sociedade para além dos fenômenos aparentes, buscando apreender sua essência, seu movimento e a construção de novas possibilidades profissionais.

A questão social precisa estar no centro do debate da dimensão teórico-metodológica, numa análise crítica, enquanto eixo articulador da inserção do Serviço Social na realidade contemporânea. Para Iamamoto (2015, 2000) a questão social é entendida como elemento constitutivo da relação entre Serviço Social e realidade, sendo a mesma base de fundação sócio-história da profissão, bem como matéria-prima de trabalho dos assistentes sociais, nas suas múltiplas expressões.

Embora a questão social seja trabalhada com maior profundidade ainda neste capítulo, enquanto categoria teórica constitutiva dos Fundamentos do Serviço Social, é necessário situá-la como “parte constitutiva das relações sociais capitalistas”, conforme as múltiplas desigualdades que vão se evidenciando e revelando o “anverso do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social” (IAMAMOTO, 2001, p. 10).

Juntamente com a questão social, o trabalho precisa ser considerado enquanto arcabouço teórico-metodológico construído pela profissão (CLOSS, 2017), uma vez que é compreendido enquanto atividade essencial para a reprodução e existência da vida dos homens. Os homens necessitam trabalhar para garantir suas necessidades básicas de sobrevivência e perpetuarem a espécie humana. Nesse sentido, o trabalho produz as condições de sobrevivência, atendendo a essas necessidades. Portanto, a história dos homens é a história da sua produção material de existência humana.

A produção e reprodução da riqueza material, inseparável da criação e recriação das formas sociais que se reveste, é um processo imanentemente social. É indissociável das relações sociais que na era do capitalismo têm como agentes fundamentais os capitalistas e trabalhadores assalariados, considerados não apenas individualmente, mas como classes sociais antagônicas. [...] A reprodução ampliada do capital supõe a recriação ampliada da classe trabalhadora e do poder da classe capitalista e, portanto, uma reprodução ampliada da pobreza e da riqueza e do antagonismo de interesses que permeia tais relações de classes, o qual se expressa na luta de classes. Nesse mesmo processo de reprodução da dominação, são criadas as bases materiais para uma nova organização da sociedade. A sociedade capitalista, expressão histórica do desenvolvimento social e, portanto, necessária à

expansão das forças produtivas do trabalho social, encontra-se em processo de recriação e de negação. O mesmo processo que a recria, reproduz seus antagonismos (IAMAMOTO; CARVALHO, 1996, p. 72-73).

Forti e Guerra (2010) ratificam que a separação entre a teoria e a prática está implícito à racionalidade hegemônica do capitalismo. Isso remete a alienação essencial do capitalismo, ou seja, a separação entre os proprietários e os não-proprietários dos meios de produção, entre os que pensam e os que executam, respectivamente. Desta forma, suprimindo as mediações sociais constitutivas e constituintes dos processos, “o pensamento reificado não ultrapassa a aparência dos fatos, não supera o âmbito da experiência imediata e se limita a conceber os fenômenos em sua positividade, descartando o seu movimento de constituição” (p. 5).

Desta forma, a teoria que possibilita apreender o movimento da realidade e que é hegemônica para o Serviço Social é a teoria crítica. O método marxiano caracteriza-se pela concreticidade e historicidade. Conforme Kosik (2011) a realidade não se apresenta diante de nós de forma explícita, é preciso desvendá-la, realizar um *detour* para superar a aparência. Assim sendo, “[...] toda teoria do conhecimento se apoia, implícita ou explicitamente, sobre uma determinada teoria da realidade e pressupõe uma determinada concepção da realidade mesma”. (KOSIK, 2011, p. 33)

Para analisar a totalidade, a partir da concepção materialista histórica e dialética, se faz necessária a apreensão da realidade em suas contradições e antagonismos. Se analisam o conjunto de fatos estruturados, o todo à unidade complexa não compreensível imediatamente. Neste sentido Kosik (2011) afirma que:

“O todo não é imediatamente cognoscível para o homem, embora lhe seja dado imediatamente em forma sensível, isto é, na representação, na opinião e na experiência. [...] para que possa conhecer e compreender este todo, possa torná-lo claro e explicá-lo, o homem tem que fazer um *detour*: o concreto se torna compreensível através da mediação do abstrato, o todo através da mediação da parte.” (p. 36)

O método dialético-crítico tem o primeiro contato com o real, com o recorte de um objeto em uma totalidade, este recorte se encontra no plano do imediato, na sua aparência, conforme Kosik (2011) denomina Pseudoconcreticidade. Após a abstração do objeto, ou seja, o movimento de *detour*, se estabelecem relações e mediações, a busca de dados, a investigação, a historicizar o objeto, buscando captar suas contradições e seu movimento, situando-o no plano da totalidade, para aí apreender a essência e a coisa em si, a síntese de múltiplas determinações denominada totalização provisória.

“O conhecimento teórico é o conhecimento do objeto tal como ele é em si mesmo, na sua existência real e efetiva, independentemente dos desejos, das aspirações e das representações do pesquisador. A teoria é, para Marx, a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa: pela teoria o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa.” (NETTO, 2009, p. 7)

Desta forma, o conhecimento teórico deve caminhar junto do trabalho profissional enquanto dimensão teórica e metodológica. Quando a unidade entre as dimensões não ocorre visualizamos uma atitude pragmática do profissional, por suprimir as mediações teóricas e políticas, uma vez que é tomada pela imediatividade do cotidiano. Heller *apud* Guerra (2013) no sentido de considerar que o pensamento cotidiano adquire conteúdo das situações concretas do dia a dia, dando-lhe respostas que garantam a sobrevivência dos sujeitos, confinando os homens a darem respostas instrumentais às situações apresentadas no cotidiano.

Heller (2004) situa a vida cotidiana no centro da história, os fatos acontecem no cotidiano e a assimilação do passado da cotidianidade também, mesmo de forma inconsciente pelo indivíduo: “A vida cotidiana é a vida do indivíduo [...]. As necessidades humanas tornam-se conscientes, no indivíduo, sempre sob a forma de necessidades do *Eu*.” (HELLER, 2004, p. 20). Desta forma, necessariamente o indivíduo é um ser particular e um ser genérico. Os seres humanos se distinguem do restante das espécies animais pela possibilidade de pensar, e a partir disso, da busca da satisfação de suas necessidades. Cada indivíduo com sua particularidade, mas ainda pertencente a espécie humana. Assim sendo, Heller (2004) afirma ser muito característico da vida cotidiana o

[...] manejo grosseiro do “singular”. [...] Para podermos reagir, temos de subsumir o singular, do modo mais rápido possível, sob alguma universalidade; temos de organizá-lo em nossa atividade cotidiana, no conjunto de nossa atividade vital; em suma, temos de resolver o problema. Mas não temos tempo para examinar todos os aspectos do singular, temos de situá-lo o mais rapidamente possível sob o ponto de vista da tarefa colocada. (p. 35)

Sendo o pragmatismo um tipo de pensamento que considera o modo de pensar a realidade na sua imediatividade e de agir sobre ela é que Guerra (2013) afirma que o pragmatismo é uma tendência no Serviço Social. Considerando a história do Serviço Social podemos observar que este se insere no âmbito da divisão social e técnica do trabalho como profissão interventiva e institucionalizada para responder às diversas expressões da questão

social, sendo que “a profissão especializa-se em responder a demandas que exigem solução imediata de problemas” (GUERRA, 2013, p. 40).

No “contextualismo”¹², um dos núcleos categoriais do pragmatismo, Dewey *apud* Guerra (2013) o enfoque é no indivíduo, e não na sociedade. O objetivo do conhecimento é a solução dos problemas práticos visando à sobrevivência, e mediatizado pela experiência. Neste sentido, se todo o conhecimento é originado da experiência ele inevitavelmente nega a teoria. A prática é reduzida a um “conjunto de experiências e a teoria a experiência colocada em prática” (GUERRA, 2013, p. 44).

Esta concepção é muito recorrente em profissões prático-interventivas pela condição na qual se inserem na realidade, no sentido de escolherem o mais adequado para o alcance dos resultados almejados. Guerra (2013) inclui o Serviço Social na “concepção de que a verdade está nas consequências alcançadas como resultado da instrumentalidade dos sujeitos, isto é, da sua capacidade de solucionar situações prático-imediatas” (p. 44). Desta forma, o pragmatismo é uma forma de apreensão da aparência da expressão da questão social, que não contempla uma análise mais ampla da realidade que proporcione a compreensão da constituição da questão social. Neste sentido Forti e Guerra (2010, p. 6) alertam para o fato de que a “visão da prática que nega a propriedade da teoria ou a negligencia, torna-a mera experiência irrefletida e desconexa de conhecimentos essenciais, restrita ao âmbito do senso comum”.

Forti e Guerra (2010) partem desse raciocínio para vislumbrar uma realidade obscurecida por ações repetitivas e irrefletidas, caso os profissionais não imprimam ao exercício profissional a necessidade de conhecimento qualificado, além do seu constante aprimoramento. A medida que a sociedade de classes não é questionada, as expressões da questão social com as quais os assistentes sociais trabalham cotidianamente são compreendidas como “se essa ordem fosse regida por leis naturais, desistoricizada, [...] inquestionável e insuperável” (p. 13), inviabilizando uma intervenção “crítica, criativa e propositiva”, num caminho oposto ao proposto no Projeto Ético Político da profissão.

A história do Serviço Social no Brasil no seu percurso profissional vêm caminhando e reafirmando para a constituição de um projeto profissional crítico e para tanto, captar os fundamentos, a direção social e a finalidade do referido projeto profissional crítico e do Código de Ética Profissional vigente, significa captar a imprescindibilidade de contínua busca de aprimoramento intelectual/profissional, que proporcionarão condição profissional, analítica e

¹² Guerra (2013) analisa a relação do pragmatismo com o Serviço Social a partir de três núcleos categoriais: a) antifundacionalismo; b) consequencialismo; c) contextualismo. Destes a autora refere ser o contextualismo o mais significativo para demonstrar a influência do pragmatismo na profissão.

interventiva, o que permitirá que o profissional enfrente com mais competência e com profissionalismo posicionamentos e requisições socioinstitucionais. (FORTI, 2017)

2.1.1 O Serviço Social no Brasil

O Serviço Social no Brasil afirma-se como profissão, num processo histórico iniciado a partir da década de 1920. Nasce atrelado às ações sociais de alguns grupos, em especial os vinculados às práticas religiosas da Igreja Católica, na assistência aos pobres e desamparados, de modo voluntarista, caritativo e filantrópico, de caráter positivista-funcionalista. Em meio ao contexto da década de 1930, diante da implantação do Estado Novo, há um incentivo a industrialização no Brasil fortalecendo o setor com políticas financeiras e cambiais. O Estado é composto por esta burguesia industrial e necessita de legitimação. Concomitante a isso, o proletariado urbano inicia uma luta de reivindicações, juntamente com os trabalhadores rurais, constituindo-se organismos de questionamento e defesa dos trabalhadores.

Em 1932 houve a criação do Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo – CEAS (1932) fruto de uma necessidade sentida pelas organizações da Ação Católica e da Ação Social no sentido de dinamizar o trabalho das obras de filantropia. Conforme Yamamoto (1982) as atividades realizadas pelo CEAS eram destinadas a formação técnica especializada para o desenvolvimento das ações sociais, tendo participado ativamente na fundação da primeira Escola de Serviço Social de São Paulo, em 1936.

A referência teórica nesta época teve influência franco-belga. A Igreja Católica mobilizava o laicato através das diretrizes das encíclicas papais Rerum Novarum (1891) e da Quadragésimo Anno (1931) com posicionamento antiliberal e antissocialista. Nesta época Yazbek (2009) refere os primeiros objetivos político-sociais do Serviço Social, influenciados pelo cunho humanista conservador de recuperação da hegemonia do pensamento social da igreja diante da questão social, contrário ao ideário liberal e marxista.

[...] O nível de desenvolvimento das forças produtivas, as contradições particulares do capitalismo no Brasil, assim como a intensidade e as formas que assume o antagonismo entre as classes não são considerados enquanto elementos determinantes para a análise da sociedade. (IAMAMOTO, 1996, p. 209-210)

O interesse por parte do Estado em incorporar parte das reivindicações populares, ampliando a sua base de reconhecimento legal da cidadania, do proletariado e dos direitos

sociais, através de uma legislação social e sindical era no sentido de desmobilizar a classe operária e regular as tensões existentes entre as classes sociais (YASBEK, 2009).

Para Yamamoto (1996) o projeto teórico do Serviço Social, era de intervenção na “reprodução material do proletariado e para sua reprodução enquanto classe” (p. 218). Com uma perspectiva de trabalho moralizador, o Serviço Social projetava trabalhar a partir do cotidiano do proletariado, as suas consciências.

Nos anos de 1940, Yamamoto (1996) menciona o fato paradoxal considerando uma expansão industrial com aumento considerável de empregos nas cidades brasileiras, porém, um declínio acentuado no salário real dos trabalhadores e das condições de trabalho. Este período econômico favorecedor da industrialização resulta no aumento do proletariado urbano e o surgimento de grandes favelas. Este cenário propicia como estratégia o Estado investir na criação de grandes instituições sócio-assistenciais do qual o processo de legitimação e profissionalização do Serviço Social encontra-se articulado.

No ano de 1942 surge a primeira campanha assistencialista nacional através da Legião Brasileira de Assistência (LBA) e, também, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), este como necessidade de qualificar a força de trabalho dos trabalhadores, demanda necessária para expansão industrial. Em 1946, foi criado o Serviço Social da Indústria (SESI), porém este com objetivo de planejar e executar medidas que contribuíssem ao bem estar do trabalhador na indústria visando minimizar o descontentamento e organização dos trabalhadores contra o regime.

Também na década de 1940 houve um estreitamento do Serviço Social com as escolas norte-americanas, com viés mais técnico, de caráter conservador, vinculado a teoria positivista, de manutenção da ordem natural das coisas e tratando as expressões da questão social como problemas sociais. A legitimação expressa no assalariamento e na ocupação de um lugar na divisão sócio técnica do trabalho, coloca o Serviço Social brasileiro diante da matriz positivista, possibilitando a ampliação dos referenciais técnicos para a profissão. Yamamoto (2015, p. 21) denomina este processo como "arranjo teórico doutrinário". O suporte técnico-científico de inspiração na teoria social positivista, juntamente com o discurso humanista cristão renova o trajeto do pensamento conservador para a profissão.

Yazbek (2009) destaca que um primeiro suporte teórico-metodológico necessário à qualificação técnica da prática do Serviço Social e de sua modernização foi buscado na matriz positivista. Esta matriz apreende de forma imediata, manipuladora e instrumental o ser social, abordando as relações sociais dos indivíduos considerando suas vivências imediatas e

aparentes. Desta forma, “é a perspectiva positivista que restringe a visão de teoria ao âmbito do verificável, da experimentação e da fragmentação. Não aponta para mudanças, senão dentro da ordem estabelecida, voltando-se antes para ajustes e conservação.” (YAZBEK, 2009, p. 6)

No ano de 1945 deu-se o fim da segunda grande guerra mundial mas não a disputa pelo primado político, econômico e ideológico. A expansão do socialismo nos países orientais representa perigo aos países capitalista. Este também é um fator estimulante para a criação de serviços por parte do Estado, atendendo algumas solicitações dos trabalhadores e os distanciando dos riscos de uma aproximação ao socialismo.

Nesta década surgem a Associação Brasileira de Assistentes Sociais – ABESS em 1946 e o estabelecimento em 1947 do 1º Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais brasileiros. A ABESS aparece como principal agência de difusão das modificações curriculares e de homogeneização do ensino a nível nacional (IAMAMOTO, 1996, p. 235).

[...] o Estado passa a intervir no processo de reprodução das relações sociais, assumindo o papel de regulador e fiador dessas relações, tanto na viabilização do processo de acumulação capitalista, como no atendimento das necessidades sociais das classes subalternas. [...] A profissão amplia sua área de ação [...] assume um lugar na execução das políticas sociais emanadas do Estado (YAZBEK, 2009, p. 132)

Este contexto reflete diretamente no aumento do mercado de trabalho para os assistentes sociais. Assim, o Estado além de ampliar o campo de atuação do assistente social diante do acirramento da questão social, também impulsiona sua profissionalização. Visualiza-se, porém, uma fragmentação das Políticas Sociais “como se o social fosse a simples somatória de setores da vida, sem articulação [...] assumindo um caráter pontual e localizado” (YAZBEK, 2009, p. 132-133).

A ideologia desenvolvimentista¹³ foi engendrada no decorrer da década de 1940 e início da década de 1950. Também nesta década destaca-se a organização popular em diversas frentes como as Ligas Camponesas, compostas por agricultores lutando para não serem expulsos de suas terras e o fortalecimento sindical rural. Em 1962, o Comando Geral dos Trabalhadores –

¹³A ideologia desenvolvimentista em seu aspecto mais aparente e geral envolve a proposta de crescimento econômico acelerado, continuado, autossustentado. [...] se define através da busca da expansão econômica, no sentido de prosperidade, riqueza, grandeza material, soberania, em ambiente de paz política e social, e de segurança – quando todo o esforço de elaboração de política e trabalho são requeridos para eliminar o pauperismo, a miséria, elevando-se o nível de vida do povo como consequência do crescimento econômico atingido. (IAMAMOTO, 1992, p. 347)

CGT é criado e permanece até 1964 com órgão dirigente do movimento sindical brasileiro na orientação de suas grandes manifestações.

O período de 1960 a 1963 conforme Ammann (2009) foi muito frutífero no engajamento da população na luta pelas reformas estruturais e no fortalecimento da consciência nacional popular e engajamento de amplas camadas sociais na luta pelas reformas estruturais. Este processo de politização e conscientização atinge diferentes camadas da população, como os operários, os camponeses, os estudantes e os intelectuais.

Neste contexto, o Serviço Social tem sua base de intervenção no Desenvolvimento de Comunidade:

De um lado, têm continuidade os trabalhos caracterizados no período anterior, isto é, que reproduzem o Desenvolvimento de Comunidade ortodoxo, de caráter acrítico e aparentemente apolítico e aclassista. Simultaneamente emergem e se difundem movimentos que concebem a participação numa perspectiva crítica e que postulam mudanças estruturais na sociedade brasileira. Alguns desses movimentos evoluem e seus intelectuais tentam estabelecer vínculos com as classes subordinadas, incorporando-se aos seus interesses, reivindicações e ações políticas (AMMANN, 2009, p.84).

As contradições geradas pela aceleração do crescimento econômico ficam latentes, tem-se o aumento da inflação e a diminuição dos salários, do seu poder de compra. Estes acontecimentos econômicos e sociais, políticos e culturais tiveram repercussão no Serviço Social brasileiro, e também na América Latina. Contudo, é importante diferenciar o Movimento de Reconceituação na América Latina com intenção de Ruptura, no Brasil

Havia uma instabilidade para o capitalismo em nível internacional, tendo como marca o afloramento da insatisfação popular frente aos sintomas de exaurimento do modelo econômico que se constituiu a partir do pós-guerra. Netto resume o quadro social efervescente que se instalou nessa época:

[...] o tensionamento das estruturas sociais do mundo capitalista, tanto nas áreas centrais quanto periféricas, ganhou uma nova dinâmica e gestou-se um quadro favorável para a mobilização das classes subalternas em defesa de seus interesses imediatos. Registram-se, então, amplos movimentos para direcionar o ônus da desaceleração do crescimento econômico, mediante lutas de segmentos de trabalhadores e as táticas de reordenação dos recursos das políticas sociais dos Estados burgueses. (...) Nas suas variadas expressões, aqueles movimentos punham em questão a racionalidade do Estado burguês, suas instituições e, no limite, negavam a ordem burguesa e seu estilo de vida; em todos os casos, recolocavam na agenda as ambivalências da cidadania fundada na propriedade (privada) e redimensionaram a atividade política, multiplicando os seus sujeitos e suas arenas (NETTO, 2007, p. 7).

Na América Latina existia um quadro de acumulação concentrada de capital, o que favorecia as elites burguesas, e que gerava para ampla parte da população condições de pobreza extrema. Houve uma movimentação social e o desabrochar de novos sujeitos políticos nos cenários nacionais, sejam os que estavam vinculados aos Partidos Comunistas (PC), às organizações operárias, aos setores progressistas católicos, como no avanço da guerrilha de esquerda pela América Latina, impulsionada pela Revolução Cubana em 1959, comandada por Fidel Castro. “Esses movimentos foram determinantes na penetração e no avanço do marxismo no Serviço Social que ocorreram no processo de avanço da crítica à tendência tradicional e ao conservadorismo da profissão; (...)” (LOPES, 2016, p. 322). Assim, conformou-se um cenário político, social e econômico que refletiu determinantemente entre setores da profissão.

No Brasil, a função do Estado após o golpe militar de 1964 teria o caráter antinacional que caracterizava a ausência de autonomia por parte do Estado, devido a um novo pacto com o capital estrangeiro, em especial dos Estados Unidos e das associações entre a burguesia industrial nacional e o capital estrangeiro. Outro caráter é o antidemocrático que priva a população de formas de organização e mobilização. Desta forma, o “Estado que se estrutura depois do golpe de abril expressa o rearranjo político das forças socioeconômicas a que interessam a manutenção e a continuidade daquele padrão aprofundadas a heteronomia e a exclusão” (NETTO, 2007, p. 44).

Os primeiros anos de ditadura são caracterizados pela necessidade de legitimação política por parte do Estado, o que não ocorreu. O Ato Institucional nº 5 (AI-5) no ano de 1968 marca a passagem para um regime político autoritário. Esta dura realidade reflete numa defasagem do debate do Serviço brasileiro. No ano de 1965, por exemplo, ocorreu em Porto Alegre o que foi o primeiro encontro na América Latina da profissão, com o propósito de articular as novas inquietações. O I Seminário de Serviço Social, face as Mudanças na América Latina de 1965, é considerado o marco da deflagração do Movimento de Reconceituação e do início do processo de intenção de ruptura com o tradicionalismo profissional (LOPES, 2016).

A categoria profissional inicia reflexões referentes às finalidades, fundamentos, compromissos éticos e políticos, referente à formação profissional do assistente social, inicialmente, respaldadas pelas ciências sociais e humanas, vinculadas ao tema do “desenvolvimento”. O chamado movimento de reconceituação da profissão brasileiro buscava novos caminhos. O movimento polarizou-se, inicialmente, pelas teorias desenvolvimentistas, e

também com a aproximação com a teoria marxista, porém, sem a aproximação rigorosa dos textos de Marx.¹⁴ (BRAVO, 2009)

Uma experiência que contribuiu para a discussão dos caminhos a serem seguidos pela profissão ocorreu na Universidade Católica de Minas Gerais (UCMG), denominado Método B.H., aplicado durante os anos de 1972 a 1975. Este movimento era caracterizado por ser um grupo de professores do Serviço Social e das Ciências Sociais, adeptos a perspectiva de reconceituação latino-americana com a proposta de rompimento com o Serviço Social “tradicional” (ênfase no assistencialismo e no ajustamento), e de mudança nos elementos teóricos da formação profissional, enriquecendo com elementos das Ciências Sociais (BRAVO, 2009).

O grande debate era entre duas posições existentes, sob a direção de Leila Lima Santos, uma ressaltava o compromisso político da ação profissional com as classes trabalhadoras e continha elementos de ruptura com o Serviço Social “tradicional” e a outra defendia a neutralidade científica e o caráter predominantemente técnico do Serviço Social. O Método B.H. possibilita a aproximação da categoria de assistentes sociais a instrumentos e técnicas com conteúdo mais coletivo de abordagem.

Nesse cenário teve vários professores que participaram das discussões foram interrogadas(os) e torturadas(os).¹⁵ Nesta época, também houve algumas articulações dos assistentes sociais latino-americanos como a criação no ano de 1965 da Associação Latino-Americana de Escolas de Serviço Social – ALAETS, uma organização político-profissional desenvolvida em cada país com a articulação com a sociedade civil. Importante no sentido de articular seminários de assistentes sociais onde foram debatidos temas como formação profissional. Em 1975 houve a criação do Centro Latino-Americano de Trabalho Social – CELATS, um órgão acadêmico da ALAETS com a finalidade de contribuir com as debilidades identificadas e, também, para o desenvolvimento de temáticas consideradas centrais para o Serviço Social. Também, entre os anos de 1965 a 1975 o Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais – CBCISS teve grande importância como instituição extra

¹⁴“Os profissionais se valeram de manuais de divulgação do marxismo-leninismo, de textos maoístas, do estruturalismo francês de Althusser, o que ocasionou alguns equívocos entre eles, a identificação da concepção teórico-metodológica marxista com as propostas de Paulo Freire.” (BRAVO, 2009, p. 682)

¹⁵ O conjunto CFESS/CRESS elaborou um livro com imagens e material audiovisual de assistentes sociais e sua luta contra a Ditadura Civil-Militar e histórias de violações de direitos humanos sofridas. O livro “Serviço Social, Memórias e Resistências contra a Ditadura.” Encontra-se disponível em PDF no site do CFESS.

universitária com o objetivo de impulsionar e organizar a reflexão profissional no Brasil. (BRAVO, 2009)

Importante contextualizar que o método BH está situado no Movimento de Reconceituação do serviço social que tem três fases: Modernização Conservadora, Reatualização do Conservadorismo e Intenção de ruptura. De acordo com Netto (2015) a erosão da legitimidade do Serviço Social “tradicional” se deu, principalmente, pela “revisão crítica que se processa na fronteira das Ciências Sociais (...) a impugnação do funcionalismo, do quantitativismo e da superficialidade que impregnaram as Ciências Sociais” (p. 188), do adensamento por parte das Igrejas Católica e algumas protestantes “de interpretação teológica que justificam posturas concretamente anticapitalistas e antiburguesas [...] e demandas de reposicionamento político-social advindas das bases e do ‘baixo clero’” (p. 189), e ainda do movimento estudantil. Os profissionais no movimento de reconceituação indagavam sobre os seu papel em face

[...] de manifestações da “questão social”, interrogando-se sobre a adequação dos procedimentos profissionais consagrados às realidades regionais e nacionais, questionando-se sobre a eficácia das ações profissionais e sobre a eficiência e legitimidade das suas representações, inquietando-se com o relacionamento da profissão com os novos atores que emergiam na cena política (fundamentalmente ligados às classes subalternas). (NETTO, 2015, p. 191)

No final da década de 1960 e início da década de 1970, a subordinação da América Latina aos países centrais e ao desenvolvimento excludente que se instalava nos países latinos, suscitou a categoria profissional dos assistentes sociais o questionamento diante do seu papel frente a questão social. A necessidade de construção de um projeto profissional vinculado às demandas dos trabalhadores traz questionamentos à profissão.

Segundo Yasbek (2009), até o final da década de 1970, o pensamento de autores latino-americanos ainda orientavam a formação e o exercício profissional no Brasil. A iniciante produção intelectual brasileira vai se modificando e se desenvolvendo, resultado dos “[...] desdobramentos e da explicitação das vertentes de análise que emergiram no bojo do Movimento de Reconceituação” (p. 8).

O Serviço Social inicia no movimento de reconceituação sua aproximação com a tradição marxista. Inicialmente de forma superficial mas de qualquer forma importante, considerando a importância desta nova lente de compreensão da realidade. O contexto ditatorial

não propicia o avanço no debate do pensamento crítico. Existia uma dificuldade de acesso às obras de Marx, muitas vezes a aproximação era de forma clandestina. Netto (2015) aponta três direções da renovação do Serviço Social no Brasil. A perspectiva modernizadora traz o Serviço Social “como interveniente, dinamizador e integrador, no processo de desenvolvimento” (p. 201), destacando o cariz tecnocrático que o profissional deve assumir e o ecletismo encontrado nesta direção. A segunda direção apresenta a reatualização do conservadorismo. Trata-se de uma vertente que repudia “os padrões mais nitidamente vinculados à tradição positivista e às referências conectadas ao pensamento crítico-dialético” (p. 204) e busca uma inspiração fenomenológica bastante pautada na “ajuda psicossocial”. A terceira direção é a que se propõe como “intenção de ruptura, que manifesta a pretensão de romper quer com a herança teórico-metodológica do pensamento conservador, quer com os seus paradigmas de intervenção social” (p. 206) recorrendo à tradição marxista como embasamento teórico do Serviço Social.

Embora o movimento de reconceituação tivesse a influência de várias vertentes teóricas, Bravo (2009) refere uma polarização teórica.

Foi inicialmente polarizado pelas teorias desenvolvimentistas, a partir de 1971, houve a aproximação com a tradição marxista, sem entretanto uma apropriação rigorosa dos textos de Marx. A unidade do movimento consistiu na busca de construção de um Serviço Social latino-americano com a recusa da importação de os teorias e métodos alheios à nossa história e na afirmação do compromisso com as lutas dos oprimidos. (p. 682)

Possibilitaram e adensaram o debate profissional nesta época, conforme Bravo (2009), os novos meios de comunicação criados como revistas e livros específicos da categoria profissional, a introdução do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, na década de 1970, o que oportunizou o debate sobre a formação profissional, intercâmbio entre os mestrados, difusão de textos da literatura latino-americana da reconceituação, relativo acesso a bibliografia marxista e incentivo à produção teórica.

[...]mesmo que avaliemos que nesse processo não ocorreu uma consistente crítica teórica do passado profissional, dele originaram-se elaborações teórico-práticas que se desdobraram e romperam a hegemonia do conservadorismo na profissão. Surgiu um referencial crítico em relação à sociedade burguesa que foi aprofundado, refinado, e atualmente busca assegurar valores que se dirijam à legitimação de práticas que contribuam para assegurar interesses da classe trabalhadora, vislumbrando a possibilidade de construção de uma nova ordem societária. Uma ordem cuja lógica não seja a contradição entre o gênero

humano e o indivíduo, tampouco o primado da mercantilização na vida social. (FORTI, 2013, p. 92).

Também foi de grande importância para a categoria profissional, através do CELATS, na década de 1970, a divulgação e construção de uma nova perspectiva teórico-metodológica procurando desvelar a realidade, analisar a profissão particularmente com relação às implicações políticas do exercício profissional. Foram realizados vários encontros, cursos de capacitação, foram financiados a sistematização de práticas profissionais e a investigação científica, inclusive um marco teórico para o Serviço Social Brasileiro é fruto deste investimento, sendo ele a obra de Iamamoto e Carvalho, *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*, lançado em 1982.

Os autores trabalharam a questão da reprodução do capital e a totalidade da vida social, desde a produção material dos meios de vida onde se constituem os capitalistas e os trabalhadores assalariados, aqueles acumuladores da riqueza socialmente produzida e os trabalhadores produtores da riqueza mas recebedores de uma pequena parcela do que produziram. Classes antagônicas, representam a reprodução ampliada da riqueza e da pobreza.

A reprodução das relações sociais, conforme Iamamoto e Carvalho (1996) não se limita somente a “[...]reprodução da força viva de trabalho e dos meios objetivos de produção” (p. 72). A reprodução das relações sociais é compreendida desde a produção ao consumo e da distribuição a troca das mercadorias. Envolve, também a

[...] reprodução da produção espiritual, isto é, das formas de consciência social: jurídicas, religiosas, artísticas ou filosóficas, através das quais se toma consciência das mudanças ocorridas nas condições materiais de produção. (IAMAMOTO; CARVALHO, 1996, p. 72)

Neste sentido os autores compreendem a reprodução da totalidade do processo social e a reprodução de determinado modo de vida como sendo reprodução das relações sociais. Como as pessoas apreendem através da tomada de consciência, as condições materiais de produção e as mudanças que vão ocorrendo neste processo. O Serviço Social, neste contexto, encontra-se mediando a reprodução das relações sociais já que atende tanto aos acumuladores de riqueza, os capitalistas, quanto aos produtores da riqueza e recebedores de ínfima parte dela, os trabalhadores, considerando que o Serviço Social participa “[...] tanto dos mecanismos de dominação e exploração, como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às

necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora” (IAMAMOTO; CARVALHO, 1996, p. 72).

O CELATS também financiou encontros nacionais das assistentes sociais, sendo de grande importância o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, realizado no ano de 1979, marco do movimento de ruptura com o conservadorismo. Este período era de muitos seminários e congressos e no III CBAS um grupo mais progressista vinculado a movimentos sociais e setores de esquerda que já disputavam as instâncias político-administrativas, elaboram uma nova programação para o evento, explicitando a vinculação a categoria profissional a luta e defesa dos interesses da classe trabalhadora (BRAVO, 2009).

Assim, a década de 1980 inicia possibilitando o amadurecimento da ruptura com o conservadorismo.

[...] a primeira metade dos anos 80 assistiu à irrupção, na vida social brasileira, de demandas democráticas e populares reprimidas por longo tempo. A mobilização dos trabalhadores urbanos, com o renascimento combativo da sua organização sindical; a tomada de consciência dos trabalhadores rurais e a revitalização das suas entidades representativas; o ingresso, também na cena política, de movimentos de cunho popular e democrático; a dinâmica da vida cultural, com a reativação do protagonismo de setores intelectuais; a reafirmação de uma opção democrática por segmentos da Igreja Católica e a consolidação do papel progressista desempenhado por instituições com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) – tudo isso pôs na agenda da sociedade brasileira a exigência de profundas transformações políticas e sociais. (NETTO, 2008, p. 149)

Netto (2008) também identifica a condição política para o florescimento de um novo projeto profissional na década de 1980. Embora não de forma homogênea, foi neste momento histórico que surgiu a possibilidade de instauração de um pluralismo político, redimensionando a organização profissional: “Pela primeira vez, no interior do corpo profissional, repercutiam projetos societários distintos daqueles que respondiam aos interesses das classes e setores dominantes” (NETTO, 2008, p. 151).

Assim sendo, o processo de Reconceituação resultou a necessidade da constituição de um novo projeto profissional dos Assistentes Sociais, comprometido com as demandas e interesses da classe trabalhadora. Proporcionou o pluralismo teórico-profissional, a introdução de diferentes concepções profissionais com diferentes visões de mundo e de sociedade, e o fomento a investigação e a pesquisa.

É na década de 1980, com o surgimento dos doutorados e com a aproximação e interlocução com as ciências sociais, que se consolida a produção do conhecimento na área do serviço social, incorporando “matrizes teóricas e metodológicas compatíveis com a ruptura com

o conservadorismo profissional” (NETTO, 2008, p. 152). A reforma curricular de 1982 demandou muita discussão no sentido de proporcionar uma formação profissional que contemplasse às novas condições postas para o enfrentamento da questão social. Este novo perfil profissional somente seria possível com o redimensionamento do ensino “com vistas à formação de um profissional capaz de responder, com eficácia e competência, às demandas tradicionais e às demandas emergentes na sociedade brasileira” (NETTO, 2008, 153).

O código de ética profissional de 1986 foi um marco de ruptura com os anteriores, no entanto, como ressalta Iamamoto (1996, p. 101 *apud* BRAVO, 2009, p. 694) a interpretação teórica do referido código era precedida de uma análise dualista, e corte positivista, com uma intencionalidade política de compromisso com a classe trabalhadora e com o ordenamento social instituído. A linguagem se aproximava da militância em detrimento do trabalho profissional.

Bravo (2009) menciona a participação dos Assistentes Sociais no processo constituinte em 1987 e 1988, bem como no debate relacionado a seguridade social pública e universal, posteriormente na elaboração da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e na discussão do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e do Sistema Único de Saúde (SUS).

O Serviço Social inicia a década de 1990 com a promulgação da lei que regulamenta a profissão do Assistente Social nº 8662 de 07/06/1993 e do Código de Ética Profissional de 13/03/1993. Este incorporou a acumulação teórica construída nas décadas de 1970 e 1980, avançando nos fundamentos teórico-metodológicos e éticos, bem como na sua operacionalização no cotidiano profissional.

A lei que regulamenta a profissão e o código de ética reiteram o compromisso da categoria profissional vinculado a um projeto social democrático, compromissando os profissionais com os interesses históricos da maioria da população brasileira, ou seja, para os trabalhadores. Importante, também, foi a aprovação do Currículo Mínimo no ano de 1996, quando a ABEPSS apresentou as Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social, propondo uma base comum para graduação para os cursos de Serviço Social pautado num projeto de formação profissional coletivamente construído.

Mesmo com avanços, o Serviço Social Brasileiro é diretamente afetado com as mudanças no Estado e sociedade civil, orientadas pelo ajustamento Neoliberal, que vão de encontro a redução da ação estatal no atendimento às necessidades da população devido a restrição dos gastos sociais “em nome da chamada crise fiscal do Estado. [...] um Estado cada

vez mais submetido aos interesses econômicos e políticos dominantes no cenário internacional e nacional” (IAMAMOTO, 2015, p. 144).

A implantação das políticas neoliberais e o processo de mundialização do capital refletiu diretamente no empobrecimento e na desmobilização política da classe dos trabalhadores, enquanto os movimentos de direita se reorganizaram. Para Iamamoto (2015) a lógica Neoliberal é de que a crise fiscal do Estado se instaurou porque o Estado gastou demais sustentando serviços públicos gratuitos e universais, conforme preconiza a Constituição Federal Brasileira de 1988. A proposta, portanto, foi de redução de despesas, diminuição do atendimento e dos recursos humanos, materiais e humanos do Estado para a implementação dos projetos. O contexto atual é de naturalização da violência além de ser

[...] despolitizada, individualizada, tratada em função de suas consequências e abstraída de suas determinações sociais. A ideologia neoliberal — veiculada pela mídia, em certos meios de comunicação como o rádio, a TV, a internet e revistas de grande circulação — falseia a história, naturaliza a desigualdade, moraliza a “questão social”, incita o apoio da população a práticas fascistas: o uso da força, a pena de morte, o armamento, os linchamentos, a xenofobia. (BARROCO, 2014, p. 208)

A crise global de dimensões econômica, ambiental e de alimentação impõe mudanças regressivas em todas as dimensões da vida social, refletindo diretamente na despolitização da questão social desqualificando-a como questão pública, resultante do conflito entre capital e trabalho: “Crescem as desigualdades sociais e a destituição dos direitos humanos e sociais. São tempos que evidenciam a barbarização da vida social, com ampliação da violação dos direitos humanos, da criminalização da pobreza, da agudização da violência” (BRAVO, 2009, p. 698). O trabalhador sente no seu cotidiano reflexos da crise através do aumento do desemprego e a perda da renda.

Sendo o assistente social um trabalhador assalariado, ele dispõe de sua força de trabalho, mas depende da disposição pelos empregadores dos instrumentos e meios de trabalho para que a ação aconteça. Ele “é chamado a implementar e viabilizar direitos sociais e os meios de exercê-los, vê-se tolhido em suas ações, que dependem de recursos, condições e meios de trabalho cada vez mais escassos para operar as políticas sociais” (IAMAMOTO, 2015, p. 149).

O contexto de precarização das relações trabalhistas, de retração dos investimentos em políticas públicas devido à crise fiscal, reflete diretamente no trabalho do assistente social. O aumento da demanda pelos serviços é inversamente proporcional ao aumento dos investimentos nas Políticas Sociais. É esta realidade que imprime os limites profissionais, mas que também

proporciona as possibilidades para o profissional trabalhar em sintonia com o Projeto Ético e Político do Serviço Social. Para Raichelis (2011)

[...] é inegável o alargamento do mercado de trabalho profissional no campo das políticas sociais, notadamente no âmbito das políticas de Seguridade Social, e mais ainda na política de Assistência Social, com a implantação do Sistema Único de Assistência Social, [...] ao mesmo tempo e no mesmo processo, contraditoriamente, aprofunda-se a precarização, aberta ou velada, das condições em que esse trabalho se realiza.” (p. 434)

Raichelis (2011) apresenta ainda como estratégias o fortalecimento da resistência ao “[...] produtivismo quantitativo, medido pelo número de reuniões, de visitas domiciliares, de atendimentos, sem ter a clareza do sentido e da direção social ético-política do trabalho coletivo (p. 435). A autora também considera o avanço na luta coletiva em diversos espaços que possam estimular sujeitos coletivos para o fortalecimento de espaços de “enfrentamento e resistência”.

Para Moraes (2016) a realidade vivenciada nos últimos anos é de uma retração do aprofundamento do conhecimento através da impossibilidade da pesquisa na realidade social, devido às precárias condições de trabalho do assistente social, já relatadas anteriormente. Desta forma, fica inviável a “[...] intercessão entre a dimensão investigativa e interventiva, do aprofundamento das informações traduzidas na imediatividade da realidade, da sistematização e estudo dessas informações e do planejamento crítico do trabalho profissional” (p. 591).

Outro fator importante a ser considerado é a disseminação das instituições de ensino superior à distância, através de um discurso por parte do Estado de garantia de acesso ao estudo, mas que na sua organização não possibilita a “vivência acadêmica através do contato direto e presencial com um corpo docente amplo e da inexistência da relação ensino, pesquisa e extensão” (CFESS, 2014, p. 11).

Barroco (2011) ressalta que os cursos à distância e as salas de discussão virtual impossibilitam a interatividade necessária para o conhecimento crítico. Ressalta, também, que esta forma de ensino é uma das formas de “reprodução do neoliberalismo contemporâneo: o indivíduo isolado e passivo diante de uma máquina se comunicando com imagens e ideias que substituem as relações humanas por relações entre objetos e imagens fetichizadas.” (p. 11).

A formação e o trabalho profissional com perfil emancipatório fica cada vez mais comprometido. Destaca-se a possibilidade de que estes processos podem arruinar a dimensão política da categoria profissional “[...] ameaçando a dimensão intelectual do trabalho do

assistente social na perspectiva do atual projeto ético-político do Serviço Social e incidindo diretamente na dimensão técnico-operativa” (MORAES, 2016. p. 592).

Todas as dimensões estão organicamente articuladas sendo a dimensão técnico-operativa a que expressa as demais, a que se defronta cotidianamente com as expressões da questão social e através da qual a profissão é conhecida e reconhecida.

2.1.2 Questão Social: matéria prima do trabalho do Assistente Social

Foi no contexto de exploração da força de trabalho da classe operária e do aumento brutal da pobreza que a expressão “questão social” emergiu na França, em meados do século XIX, fazendo referência aos primeiros impactos da industrialização, como forma de expressar um novo fenômeno social, o pauperismo. De acordo com Netto (2001) “[...] a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas” (p. 42), ou seja, a sociedade passou a produzir mais bens e serviços e ao mesmo tempo, nem todos tinham acesso a eles, e ainda se viam sem as condições de subsistência que possuíam anteriormente. Este processo de produção de bens e serviços, que resultava na acumulação privada do capital, também se mostrava um processo de produção de uma pobreza generalizada.

Foi a partir da Revolução Industrial que as relações de produção realizaram a separação de toda a sociedade em duas classes contrárias: a burguesia e o proletariado. Devido às emergentes lutas operárias e a violenta repressão que a elas se seguia e diante da possibilidade de “eversão da ordem burguesa que o pauperismo designou-se como “questão social”” (NETTO, 2001, p. 43). Assim sendo, considerando o pauperismo como um fenômeno histórico, articulado com os fundamentos econômicos e políticos de uma sociedade, é que ele pode ser compreendido como um elemento que dá materialidade à natureza da questão social, considerada como:

[...] as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade exigindo o seu reconhecimento como classes por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e da repressão. (IAMAMOTO; CARVALHO, 1996, p. 77)

As desigualdades e os antagonismos que constituem a questão social estão em processos estruturais basilares, pois “a prosperidade do capital e a força do Estado estão enraizadas na exploração dos trabalhadores no campo e na cidade” (IANNI, 1989, p. 147). O autor cita alguns processos como o desenvolvimento extensivo e intensivo do capitalismo, as migrações internas

de trabalhadores em busca de trabalho, terra, melhores condições de vida, a expansão contínua da urbanização e da industrialização. Diante disso, as lutas sociais ocorrem de forma polarizada, por segmento de necessidade, ou seja, pelo acesso a terra, a saúde, a melhores condições de trabalho, pela educação.

Conforme a época e o lugar, a questão social mescla aspectos raciais, regionais e culturais, juntamente com os econômicos e políticos. Isto é, o tecido da questão social mescla desigualdade e antagonismos de significação estrutural. [...] Simultaneamente, há uma luta aberta e surda pela cidadania. Um vasto processo histórico-social por meio do qual entra em curso a metamorfose da população de trabalhadores em povo de cidadãos. Vista assim, em perspectiva histórica ampla, a sociedade em movimento se apresenta como uma vasta fábrica das desigualdades e antagonismos que constituem a questão social. (IANNI, 1989, p. 147)

No Brasil a transição do capitalismo competitivo ao monopolista possui traços peculiares. Fernandes *apud* Yamamoto (2015, p. 130) refere o surgimento de grandes corporações internacionais que se instalaram no Brasil e que controlaram uma gama de setores da produção e do espaço econômico até o início da Segunda Grande Guerra. O excedente econômico era enviado para os países centrais, desta forma o Brasil servia para intensificar o crescimento monopolista no exterior. Cita a década de 1950 como momento de incorporação do país ao crescimento econômico. A transição entre a “democracia dos oligarcas” à “democracia do grande capital” não só manteve como acentuou a dependência em relação ao exterior. Mantém-se a dominação imperialista, ao mesmo tempo em que mantém a desigualdade interna do desenvolvimento da sociedade, aprofundando as disparidades econômicas, sociais e regionais. Importante o papel do Estado no sentido de unificar os interesses das frações e classes burguesas com a imposição e irradiação de seus interesses, valores e ideologias para o conjunto da sociedade. Desta forma “o Estado é capturado historicamente pelo bloco do poder, por meio da violência ou de cooptação de interesses” (IAMAMOTO, 2015, p. 132).

Concomitante a constante exclusão dos trabalhadores das decisões do Estado e dos representantes do poder, Yamamoto (2015) salienta o amadurecimento político dos trabalhadores brasileiros. Moderniza-se a economia e o aparelho do Estado, mas as conquistas sociais e políticas não acompanham no mesmo ritmo.

Neste sentido, as expressões da questão social resultam em manifestações reivindicatórias de necessidades isoladas, descoladas da totalidade necessária para a reprodução material do trabalhador. À medida que as lutas sociais polarizam-se, perde-se a unidade enquanto classe trabalhadora e objetivando a preservação e a manutenção da propriedade

privada dos meios de produção, combate-se “[...] as manifestações da questão social sem tocar nos fundamentos da sociedade burguesa” (NETTO, 2001, p. 44). Ou seja, a medida que algumas reivindicações são atendidas, o curso da história segue sem que o processo estrutural basilar da questão social seja interferido.

Assim, de tempos em tempos a questão social sofre metamorfoses, pois ela “evidencia hoje a imensa fratura entre o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social e as relações sociais que o impulsionam” (IAMAMOTO, 2015, p. 144). E diante do tensionamento da classe trabalhadora, exigindo um posicionamento por parte do Estado que não somente da caridade e da repressão, é que o Estado se colocou como mediador entre o empresariado e a classe trabalhadora. São essas lutas que se encontram na origem da constituição das políticas públicas e que mobilizam o Estado na produção de respostas às demandas de saúde, trabalho, educação, habitação e outros.

O gestor dos serviços sociais é o Estado, que segundo Harvey (2005), desempenha algumas tarefas básicas no apoio ao modo capitalista de produção. Para Engels (1941, *apud* HARVEY, 2005, p. 155) o Estado é o

[...] produto da sociedade num estágio específico do seu desenvolvimento; é o reconhecimento de que essa sociedade se envolveu numa autocontradição [...] para que esses antagonismos não destruam as classes com interesses antagônicos conflitantes e a sociedade, um poder, aparentemente situado acima da sociedade, tornou-se necessário para moderar o conflito e mantê-lo nos limites da “ordem”; e esse poder, nascido da sociedade, mas se colocando acima dela e, progressivamente, alienando-se dela, é o Estado.

O Estado precisa considerar a classe trabalhadora na formulação das políticas sociais como mecanismo de sustentação do poder de classe sobre a sociedade, e também, buscando enfrentar o processo de pauperização. No momento atual, assim como crescem os níveis de desigualdade e exploração, crescem, também “[...] as insatisfações e resistências presentes nas lutas do dia-a-dia, ainda carentes de maior organicidade e densidade política” (IAMAMOTO, 2015, p. 145). Neste aspecto, a autora reforça a grande influência dos meios de comunicação no sentido de silenciar e desmobilizar a voz dos oprimidos.

As expressões da questão social, por sua vez, encontram-se cada vez mais intensas e presente na realidade brasileira e mundial. Toda a sociedade convive com elas, mas a maioria das pessoas vivencia e enfrenta as expressões da questão social diariamente. O assistente social, além disso, tem a questão social como seu objeto de trabalho. Neste sentido, Yazbek (2018)

situa a questão social no transcorrer da história brasileira como a “matéria prima” e a justificativa da constituição do espaço profissional do Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho e como área de construção de conhecimento” (p. 50).

Desta forma, os assistentes sociais convivem com o aumento da demanda por serviços sociais e, em contrapartida, com a restrição de recursos para políticas sociais governamentais, conforme postulados neoliberais que visam o desmonte da universalidade das políticas públicas, ampliando a seletividade e a mercantilização dos serviços sociais favorecendo a capitalização do setor privado (IAMAMOTO, 2015).

2.1.3 O Trabalho do Assistente Social e suas Mediações

O trabalho é um processo entre o homem e a natureza. Um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. O trabalho, portanto, não é instinto. O homem constrói primeiramente em sua mente e após, põe em prática. É esta capacidade teleológica que o diferencia dos outros animais (MARX, 1985). Trata-se de um ser social distinto do ser da natureza, uma vez que o ser social intervém na natureza mediante a práxis. Desta forma, a necessidade humana se converte num processo de objetivação do ser social, transformando-se e práxis. Como práxis compreende-se a satisfação das necessidades humanas, ou seja, a forma como o ser social responde por suas necessidades.

Com a evolução da humanidade, o ser humano vai cada vez mais se distanciando da sua origem de trabalho: a natureza. A princípio as trocas das mercadorias eram realizadas nas comunidades de forma casual, uma permuta entre seus possuidores. Segundo Marx (1985) com o passar do tempo criou-se a necessidade de ter as mercadorias, a produção das mercadorias passa a ser intencional, o que caracteriza o processo de troca não mais casual e sim regular. Com a ampliação da circulação das mercadorias, o dinheiro tornou-se a forma social da riqueza, portanto, o dinheiro apaga toda a diferença qualitativa da mercadoria. Assim, o homem foi sendo alienado, separado da compreensão das coisas. Marx (1985) se refere ao fetiche quando o homem está alienado nas relações simples e cotidianas.

Para Marx (1985), a mercadoria é um objeto externo ao ser humano que lhe satisfaz necessidades e desejos biológicos (do estômago) ou subjetivos (da fantasia). Cada objeto é um todo de muitas propriedades sendo a forma de usá-lo um ato histórico, ou seja, sua utilidade ou seu valor de uso é determinado pelo seu valor de troca. O objeto ou a mercadoria somente tem valor se for trocável, se existir o interesse na troca com esta mercadoria.

A grandeza do valor da mercadoria é medida através da quantidade de trabalho socialmente necessário ou do tempo de trabalho humano abstrato socialmente necessário para a sua produção.

[...] Numa sociedade cujos produtos assumem a forma de mercadoria, desenvolve-se uma diferença qualitativa dos trabalhos úteis através da divisão social do trabalho. A necessidade natural de mediação e do metabolismo entre homem e natureza através de uma atividade especial produtiva, assimilando elementos específicos da natureza a necessidades humanas específicas. (MARX, 1985, p. 172)

Foi no Capitalismo Industrial, com a Revolução Industrial, com o aumento brutal da produção através da exploração da força de trabalho da classe operária e com a maior utilização da maquinaria, que houve o acúmulo de riqueza da classe burguesa, através da multiplicação dos lucros. Este acúmulo de riqueza ocorre por parte da classe burguesa devido a extração da mais-valia.¹⁶ A divisão social o trabalho surge através da produção, troca e consumo de mercadorias mediatizados pelo mercado, para a satisfação das necessidades sociais. Sob a égide do capital as forças produtivas se desenvolvem. O trabalho passa a ser parcelado, com a colaboração de vários trabalhadores para a realização de um produto. Desta forma, o modo de produção determina as relações sociais estabelecidas e acaba por envolver o cotidiano da vida em sociedade. O trabalho privado acaba por tornar-se um

[...] trabalho geral e seu produto um produto social, que responde a necessidades sociais. [...] seu trabalho privado passa a constituir uma particularidade do trabalho social, um ramo que o completa, um modo de existência do trabalho coletivo. (IAMAMOTO; CARVALHO, 1996, p. 18)

Este processo de produção se torna uma atividade social, pois os homens estabelecem relações de convivência dentro das fábricas. É estabelecida diante de condições históricas determinantes da articulação dos elementos da produção, portanto, a “produção social é essencialmente histórica” (IAMAMOTO; CARVALHO, 1996, p. 30). As relações sociais estabelecidas neste processo envolvem o conjunto dos trabalhadores e dos capitalistas enquanto classes sociais. Iamamoto; Carvalho (1996) refere tais classes personificando categorias econômicas: o capital, o trabalho e seu antagonismo. O processo de produção na sociedade capitalista é incessante e por sua vez a reprodução, já que esta é a continuidade do processo social de produção.

¹⁶ A mais-valia provém do trabalho não pago ao trabalhador, pois esse somente recebe o equivalente à metade do seu trabalho. (MARX, 1985)

Referendando Iamamoto; Carvalho (1996), a reprodução das relações sociais dá-se através da reprodução da força viva do trabalho e dos meios objetivos de produção¹⁷, mas vai além disso, envolvendo a reprodução

[...] da produção espiritual, isto é, das formas de consciência social: jurídicas, religiosas, artísticas ou filosóficas, através das quais se toma consciência das mudanças ocorridas nas condições materiais de produção. Nesse processo são gestadas e recriadas as lutas sociais entre os agentes sociais envolvidos na produção, que expressam a luta pelo poder, pela hegemonia das diferentes classes sociais sobre o conjunto da sociedade. (IAMAMOTO; CARVALHO, 1996, p. 72)

Desta forma dá-se a reprodução das relações sociais e do modo de vida das classes sociais, ou seja, o modo de viver, de trabalhar dos indivíduos em sociedade, de forma socialmente e historicamente determinada. Conforme Lefebvre *apud* Iamamoto (2015, p.50) “as relações sociais de produção envolvem contradições de classe (capital e trabalho) que se amplificam em contradições sociais (burguesia e proletariado) e políticas (governados e governantes)” tornando toda a sociedade um local de reprodução das relações sociais.

Independente das modalidades¹⁸ de organização do trabalho no capitalismo, sua base sempre será a exploração da força de trabalho do trabalhador. Antunes (2016) apresenta algumas tendências no final do século XX, como a redução do proletariado fabril e a subproletarização do trabalho. A implantação da automação, da robótica e da microeletrônica refletiu diretamente no aumento do desemprego mundial. Concomitante a isso, o aumento das formas de trabalho precárias, temporárias, parciais, terceirizadas, vinculadas a informalidade. Bühr *apud* Antunes (2016, p. 64) refere a “precariedade do emprego e da remuneração; a desregulamentação das condições de trabalho [...] e a consequente regressão dos direitos sociais, bem como a ausência de proteção e expressão sindicais.” como uma constante na vida da *classe-que-vive-do-trabalho*. Neste sentido cita as cooperativas, o “empreendedorismo”, o “trabalho voluntário”, como formas ocultas de trabalho que viabilizam sua precarização com a flexibilização do salário e horas de trabalho. Como desdobramento destas formas de trabalho menciona o “terceiro setor”¹⁹.

¹⁷ Instrumentos de produção e matérias-primas. (IAMAMOTO, 1996, p. 72)

¹⁸ Antunes (2016) cita o fordismo e o taylorismo e a emergência na década de 1980 da “especialização flexível”, ou seja, a substituição do da produção cronometrada em série e de massa pela flexibilização da produção.

¹⁹Conforme Antunes (2016, p.130) o “terceiro setor” assume “uma modalidade alternativa de ocupação, através de empresas de perfil mais comunitário, motivadas sobretudo por formas de trabalho voluntário, abarcando um amplo leque de atividades, com predominância das de caráter assistencial, sem fins diretamente mercantis ou lucrativos e que se desenvolvem relativamente à margem do mercado.”

Diante disso o que se observa é a manutenção das relações de produção e de propriedade e a ampliação do desenvolvimento das forças produtivas, em detrimento “das relações de família, de amizade, da vida social de grupos parciais, do meio ambiente” (IAMAMOTO, 2015, p. 50).

Desta forma, Konder (2008) salienta que para Marx a raiz da explicação da alienação do trabalho se encontra na divisão social do trabalho, na apropriação privada dos meios de produção e na emergência das classes sociais, impactando num novo tipo de contradição no interior do gênero humano. As condições criadas pela divisão do trabalho e pela propriedade privada introduziram um “estranhamento” entre trabalhador e trabalho, pois no lugar de realização, o trabalho torna-se meio de alienação. O trabalhador não tem acesso ao produto e não se reconhece naquilo que produz, ele não define o que produzir e nem como produzir, o trabalho não é uma auto realização, pois submete-o a exploração e a precarização e, ainda, vê a substituição da cooperação pela competição, alienando-se do gênero humano.

É neste contexto que o assistente social está inserido, tornando-se necessário apresentar algumas particularidades da profissão considerando o resgate histórico já apresentado anteriormente, bem como a questão social como objeto de trabalho do assistente social. Enfatiza-se a concepção do Serviço Social como “especialização do trabalho inscrita na divisão social e técnica do trabalho coletivo da sociedade” (IAMAMOTO; CARVALHO, 1996), cuja análise teórica, como Iamamoto (2015) ressalta em obra posterior, é possível devido ao acúmulo crítico construído pelo Serviço Social na América Latina, concomitante ao movimento de reconceituação, e também pela pesquisa referente a gênese e evolução da profissão no Brasil. Torna-se importante, também, apreender as relações entre as classes na sociedade, entre o Estado e a Sociedade Civil com condicionantes da compreensão do Serviço Social como trabalho.

De acordo com Iamamoto; Carvalho (1996) a constituição e institucionalização do Serviço Social como profissão na sociedade depende

[...] de uma progressiva ação do Estado na regulação da vida social, quando passa a administrar e gerir o conflito de classe, o que pressupõe, na sociedade brasileira, a relação capital/trabalho constituída por meio do processo de industrialização e urbanização [...] É quando o Estado se “amplia”, nos termos de Gramsci, passando a tratar a questão social não só pela coerção, mas buscando um consenso na sociedade, que são criadas as bases históricas da nossa demanda profissional. (p. 23)

O profissional assistente social é contratado para trabalhar em instituições públicas, privadas, organizações não governamentais entre outras. Em troca do trabalho, ou melhor, da venda da força de trabalho especializado do assistente social, este passa a receber um salário. Assim sendo “[...] a profissão passa a constituir-se como parte do trabalho social produzido pelo conjunto da sociedade, participando da criação e prestação de serviços que atendem às necessidades sociais” (IAMAMOTO, 1996, p. 24).

Compreendendo que o exercício profissional do assistente social como resposta a demandas sociais passa a ser mediado pelo mercado, pela produção, troca e consumo de mercadorias dentro da divisão social do trabalho, Iamamoto (2015) avança a análise apresentando uma dupla dimensão do trabalho do assistente social como trabalhador assalariado, conforme segue

[...] O caráter social desse trabalho assume uma dupla dimensão: a) enquanto trabalho útil atende a necessidades sociais (que justificam a reprodução da própria profissão) e efetiva-se através de relações com outros homens, incorporando o legado material e intelectual de gerações passadas, ao tempo em que se beneficia das conquistas atuais das ciências sociais e humanas; b) mas só pode atender às necessidades sociais se seu trabalho puder ser igualado a qualquer outro enquanto trabalho abstrato possibilitando que esse trabalho privado adquira um caráter social. (IAMAMOTO, 2015, p. 421)

Os meios de trabalho são fornecidos pela instituição pública, privada ou organização não governamental onde o profissional for trabalhar. A condição de assalariado o remete a relação de trabalho que estabelecerá com os empregadores. Também “[...] definem a particularização e atribuições consoante as normas que regulam o trabalho coletivo [...] e recortam as expressões da questão social que podem se tornar matéria da atividade profissional” (IAMAMOTO, 2015, p. 218). O fato de o Serviço Social ser um trabalho e estar inserido na produção e reprodução da vida material faz refletir sobre “a produção de meios que permitam a satisfação” das necessidades da vida material, pois os homens ao trabalharem

[...] estabelecem relações entre si, portanto, relações sociais. Quando se fala em produção e reprodução da vida social não se abrange apenas a dimensão econômica [...] mas a reprodução das relações sociais de indivíduos, grupos e classes sociais. Relações sociais estas que envolvem poder, sendo relações de luta e confronto entre classes e segmentos sociais, que têm no Estado uma expressão condensada da trama de poder vigente na sociedade. (IAMAMOTO, 2015, p. 26)

Assim, compreendendo a totalidade da dinâmica da vida social é que o Serviço Social é considerado uma especialização do trabalho e o assistente social o trabalhador. E diante da

condição de trabalhador assalariado, o assistente social se vê desafiado a ser protagonista num espaço ocupacional com a expressão da questão social específica de trabalho, com os objetivos institucionais que nem sempre vão de encontro aos princípios do Código de Ética Profissional, estabelecendo limites para o trabalho profissional.

Degenszajn(2018) corrobora Iamamoto(2015) identificando visões reducionistas na concepção de trabalho na literatura do Serviço Social, que acabam por expressar tendências presentes no debate marxista e de consideráveis consequências teóricas e políticas.

[...] Uma primeira tendência enfatiza a dimensão ontológica do trabalho dissociada das formas históricas de realização deste na sociedade capitalista. [...] considero um equívoco tratar apenas um dos polos dessa totalidade, anulando a dialética de positividade e negatividade inerentes à realização do trabalho no capitalismo. Uma segunda tendência é aquela que concebe o trabalho na sociedade capitalista reduzido ao trabalho material, resultando daí que só é considerada trabalho a atividade de transformação direta da natureza, que produz coisas úteis e bens necessários à reprodução da vida material.” (DEGENSZAJN, 2018, p. 160)

A autora também se refere uma terceira tendência reducionista que “[...]aprisiona a produção ao espaço fabril e reduz a reprodução social à reprodução da força de trabalho.” (DEGENSZAJN, 2018, p. 161).

Yasbek (2009) situa o assistente social como mediador da relação: “Estado, instituição, classes subalternas”. Neste sentido, compreendendo as políticas sociassistenciais com espaços contraditórios, onde ocorre tanto o controle e o enquadramento dos subalternos, como também a luta e a tensão por parte da população pela criação de condições de sobrevivência material. Neste sentido, Yasbek (2009) afirma que o assistente social interfere nas relações sociais que fazem parte do cotidiano da população usuária, seja no “caráter de enquadramento disciplinador” ou no “fortalecimento dos projetos de lutas das classes subalternizadas” (p. 136).

O desafio consiste em identificar as possibilidades de trabalho que vão de encontro ao projeto profissional hegemônico da categoria das/os assistentes sociais, uma vez que o assistente social possui uma “relativa autonomia” respaldado juridicamente na regulamentação da profissão, na formação universitária e no código de ética profissional (IAMAMOTO, 2015).

O Projeto Profissional ancora o trabalho e a formação profissional e representa uma espécie de acordo entre a maioria dos profissionais, neste caso as/os assistentes sociais, referente a “[...] uma imagem ideal da profissão, os valores que a legitimam, sua função social e seus objetivos, conhecimentos teóricos, saberes interventivos, normas, práticas etc.” (NETTO, 2007, p. 147).

O atual Projeto Ético Político do Serviço Social tem sua gênese na história de lutas e conquistas da classe trabalhadora. Primeiramente com o movimento de reconceituação da categoria na segunda metade da década de 1960, tomando força na segunda metade da década de 1970 com a crise da ditadura no Brasil. Segundo Netto (2007), o conservadorismo do Serviço Social brasileiro foi confrontado pela primeira vez. “A luta pela democracia na sociedade brasileira [...] criou o quadro necessário para romper com o quase monopólio do conservadorismo no Serviço Social” (p. 150).

Nas décadas de 1980 e 1990 que o projeto ético político do Serviço Social no Brasil foi sendo projetado:

[...] este projeto tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central - [...] se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero. A partir destas opções que o fundamentam, tal projeto afirma a defesa intransigente dos direitos humanos e o repúdio do arbítrio e dos preconceitos, contemplando positivamente o pluralismo, tanto na sociedade como no exercício profissional. (NETTO, 2007, p. 155)

Embora o projeto ético político do Serviço Social seja hegemônico na categoria, está em constante disputa. O direcionamento dado às políticas sociais desde a ofensiva neoliberal na década de 1990, a contrarreforma do ensino superior em meados do século XXI, até as atuais ofensivas por parte do Estado brasileiro no sentido de desmonte das Políticas Sociais conquistadas ao longo dos anos, requerem da categoria profissional um fortalecimento constante do arcabouço teórico-metodológico crítico capaz de “viabilizar uma análise concreta da realidade social – formação que deve abrir a via à preocupação com a (auto)formação permanente e estimular uma constante preocupação investigativa” (NETTO, 2007, p. 155).

Ressalta-se que a produção teórica acumulada nas últimas duas décadas e o crescimento da pós-graduação no Brasil contribuíram para o amadurecimento teórico-metodológico crítico da profissão. Também, o Código de Ética de 1993 que define os direitos e deveres do Assistente Social, conforme princípios²⁰ e valores humanistas que servem de guia para o exercício cotidiano.

²⁰ Os 11 princípios fundamentais do Código de Ética do Assistente Social: I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras; IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida; V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito,

Este amadurecimento teórico-metodológico fez com que se avançasse na compreensão da realidade como totalidade em movimento, distinguindo da visão de totalidade como soma de partes, mas considerando que “cada parte deste complexo constitui-se num outro complexo que se articula aos demais por meio de múltiplas mediações” (PONTES, 2002, p. 8).

Santana apud Lukács (2016, p. 154) ratifica a importância do método de investigação como elemento essencial para apreensão do ser social. Desta forma, metodologicamente “é preciso observar desde o início que Marx separa dois complexos: o ser social, que existe independentemente do fato de ser mais ou menos corretamente conhecido, e o método de sua apreensão ideal mais adequada possível.”(LUKÁCS, 1978, p. 121) Assim sendo, no interior do método dialético, a singularidade, a universalidade e a particularidade são categorias que correspondem às dimensões do real, como elementos fundamentais para a apreensão dos complexos determinantes da realidade social.

Pontes (2002) resgata as determinações dialéticas da mediação e cita Marx(1985) para apreender que os complexos totais se dão a partir de muitas aproximações, por isso o concreto que se apresenta no pensamento como processo de síntese é o resultado e não o início do modo de ser dos complexos totais.

A mediação, para Silva (2008) torna-se indispensável na relação entre a natureza e o homem e passa a ser compreendida

[...]enquanto a superação do mundo pragmático, vivido cotidianamente. Na medida que a produção e reprodução da vida social colocam e criam necessidades. O ser social gera mediações para superar as relações sociais pragmáticas vividas na cotidianidade. (SILVA, 2008, p. 5)

Martinelli (1993) identifica na mediação as dimensões ontológica e reflexiva. Martinelli se refere a dimensão ontológica como a pertencente ao real, estando presente em qualquer realidade independente do conhecimento do sujeito, e na mediação reflexiva existe uma elaboração pela razão da construção intelectual de mediações capazes de reconstruir o

incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; Código de Ética - Princípios Fundamentais 24 VII. Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual; VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero; IX. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as; X. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional; XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física. (CFESS, 2012)

movimento do objeto, possibilitando a ultrapassagem do plano da imediaticidade em busca da essência.

Pontes (2002) partilha das definições das dimensões da mediação e complementa com a compreensão da tríade singular-universal-particular.

A universalidade que é o plano em que residem as grandes determinações e leis de uma dada formação social, mas que no plano da imediaticidade o que se nos aparece são os aspectos singulares da vida cotidiana [...] na singularidade as mediações estão ocultas ao sujeito cognoscente e tanto a gênese histórica, quanto sua estrutura social estão submersas na facticidade; as coisas parecem não se conectar e têm um sentido em si próprias. A dialética entre o universal e singular processa-se através da particularidade, que no dizer de Lukács é um campo de mediações. É neste campo de mediações que os fatos singulares se vitalizam com as grandes leis da universalidade, e a universalidade se embebe da realidade do singular. (PONTES, 2002, p. 10)

Neste sentido, o particular representa a mediação entre os homens e a sociedade. O singular tem em sua essência o universal que somente será apreendido através da compreensão das mediações no particular. Sendo o Serviço Social constituído de várias dimensões como já apresentado, as mediações possibilitam a articulação das dimensões que resultam em respostas profissionais. Guerra (1995) situa o cotidiano como espaço de realização de ações instrumentais e através da mediação a “instrumentalidade permite que as referências teóricas, explicativas da lógica e da dinâmica da sociedade, possam ser remetidas à compreensão das particularidades do exercício profissional e das singularidades do cotidiano” (p. 12).

Martinelli (1993) também considera a mediação como categoria instrumental pela qual se processa a operacionalização da ação profissional. Não apenas como capacidade de compreender o real, mas de modo particular como capacidade de transformá-lo, revelando as infundáveis relações presentes no movimento contraditório da história. As mediações são expressas pelo conjunto de instrumentos, recursos, técnicas e estratégias que o profissional toma conhecimento para poder penetrar nas tramas da realidade como possibilidade de transformá-la.

Desta forma, existe uma necessária articulação entre o cotidiano e a mediação no plano da sociabilidade “[...] na qual os processos sociais na produção e reprodução da vida criam de certa forma, as condições necessárias para a superação de um determinado momento histórico. A cotidianidade, ao mesmo tempo em que é marcada pelo pragmatismo, acaba por gerar um acúmulo necessário para a superação do pragmatismo produzido por ela própria.” (SILVA, 2008, p. 6)

De forma muito didática Pontes (2002) explica a tríade *singular-universal-particular* no espaço profissional no assistente social como uma situação

Que se afigurava no plano da singularidade como “problema individual-familiar”, mediatiza-se pelas leis societárias tendenciais e particulariza-se pelas determinações históricas, ganhando, por aproximações sucessivas, concretude no entrecruzamento dos complexos sociais (que o compõe, e é por ele composto). Essa particularização dum campo de mediações, rico em determinações e pleno de significado histórico, pode refratar-se significativamente no espaço da prática profissional. (PONTES, 2002, p. 16)

Diante disso, é indiscutível a necessidade de debruçar-se sobre as expressões da questão social com as quais os assistentes sociais trabalham cotidianamente, não no sentido de permanecer estático debruçado, mas no sentido de dedicar-se a apreender a realidade como totalidade em movimento, através da mediação como forma de passagem entre as partes que compõem a totalidade, possibilitando a passagem do imediato para o mediato (PONTES, 2002).

Silva (2008) destaca a necessidade do conhecimento enquanto acúmulo social do ser social para o processo mediativo, o que possibilita a superação de determinadas formas de sociabilidade, sendo no “[...] acúmulo de conhecimento que se dá a imediaticidade que possibilita a elevação do mundo pragmático-imediato a formas mediativas de superação desta realidade.” (SILVA, 2008, p. 6)

Além disso, há que se considerar as condições concretas de trabalho com as quais o assistente social convive e as possibilidades da categoria no enfrentamento a precarização das relações de trabalho e do desmonte das políticas públicas, para evitar que o trabalho do assistente social seja baseado somente na dimensão técnico-instrumental, sendo meio para o alcance de qualquer finalidade, como aponta Guerra (1995).

Também observa-se uma tentativa de busca permanente de novas condições de operar a atividade profissional em face da necessidade de estabelecer meios, modos e formas de lidar com as “insistentes” e expressivas manifestações da questão social. Especialmente no que se refere a necessária transformação das competências profissionais forjadas pelas novas programáticas das políticas sociais, transformações estas que tomam a forma de um conjunto de saberes que devem ser concebidos como conhecimentos científicos, objeto dessistematizações, transmissão geracional, profissionalização e conteúdos da formação profissional. Neste sentido, novos conceitos e termos passam a ser incorporados à cultura profissional e acadêmica para responder às problemáticas sociais emergentes, constituindo-se em supostas “teorias setoriais” portadoras de capacidade heurística, de que são exemplares as

referências aos conceitos de família, “resiliência”, empoderamento, empreendedorismo, acolhimento social, qualidade de vida, entre outros (MOTA; AMARAL, 2016, p. 38).

Da mesma forma que Marx (1985) busca mostrar em sua obra que somente a classe trabalhadora unida conseguirá tomar as forças produtivas da classe burguesa, o Serviço Social busca uma unidade na compreensão da profissão e na sua importância no sentido de defender a classe trabalhadora e se unir a ela, uma vez que todos nós pertencemos a esta classe.

A consciência de classe não provém do exterior do proletariado, mas das contradições internas à produção de sua vida, de sua luta em torno da extensão e da intensidade da jornada de trabalho, ambas associadas à luta salarial. Por meio dessa luta que ocorre na compra e venda da força de trabalho e na sua utilização, o proletário é capaz de tomar consciência que o capitalismo é incapaz de garantir sequer a manutenção de suas condições de vida atuais (DILLENBURG; NASCIMENTO, 2014, p. 07).

Gramsci *apud* Simionato (2018) reiteram a necessidade e importância da difusão do conhecimento tornando crítica a atividade desenvolvida, criando uma unidade entre os profissionais que trabalham diretamente com os usuários e os profissionais intelectuais, tendo em vista que é.

[...] nessa trilha que as vanguardas têm buscado caminhar junto aos profissionais nos fóruns, nos espaços de discussão e na socialização do conhecimento. Desempenham um papel importante em eventos como CBASS, fóruns regionais e locais, o projeto ABEPSS itinerante articulado às UFA's, a ENESSO, os CRESS's e o CFESS, como estratégia na defesa da formação profissional de qualidade comprometida criticamente. São iniciativas voltadas a impulsionar a vinculação da massa crítica às bases profissionais, reforçando a lógica e os princípios das diretrizes curriculares. (ABEPSS, 2018)

A organização político-organizativa é imprescindível para a superação do modo de produção capitalista. Somente no movimento coletivo isto será possível, coletivo não no sentido estrito da categoria profissional dos assistentes sociais, mas enquanto classe trabalhadora em sua totalidade.

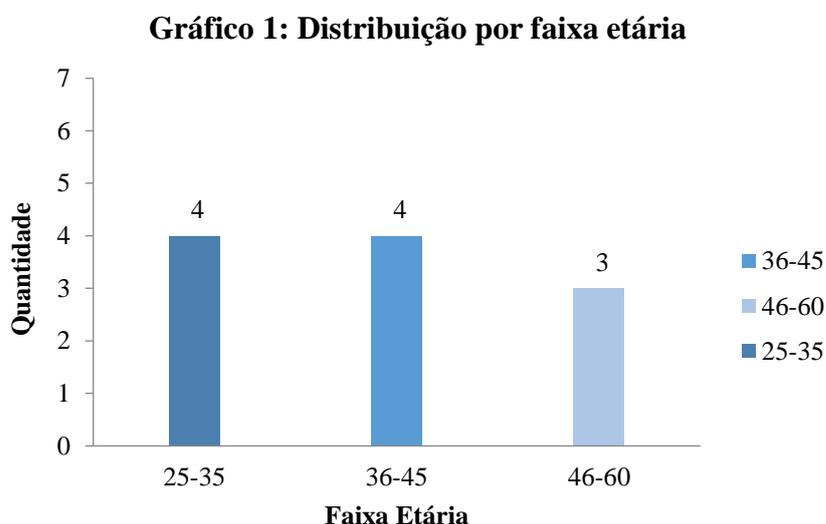
3 CAPÍTULO II - RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 CARACTERIZAÇÃO DAS ASSISTENTES SOCIAIS SUJEITOS DA PESQUISA

Os onze sujeitos que fizeram parte da pesquisa trabalham nas diversas políticas sociais, trabalham nas seguintes instituições: CRAS, CREAS, CAPS, Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social, APAE, Hospital, ABEMEC - Instituição para atendimento a crianças e adolescentes no contra turno escolar, Comunidade Terapêutica, Abrigo para Crianças e Adolescentes, INSS e Cededica.

As cidades que foram compreendidas na seleção dos sujeitos da pesquisa são: Três Passos com 4 sujeitos, Crissiumal com 4 sujeitos, e Tenente Portela, Santo Augusto, Miraguaí e Campo Novo com 1 sujeito cada uma. As cidades com maior número de sujeitos são as que possuem especificidades como a oferta de algum serviço específico. Como já mencionado, uma assistente social trabalha em duas instituições, devido a isso foram onze entrevistadas de 12 instituições.

O Gráfico 1 apresenta a idade dos sujeitos de pesquisa, sendo que faixa etária dos 25 aos 45 anos compreende mais de 70% dos sujeitos entrevistados.

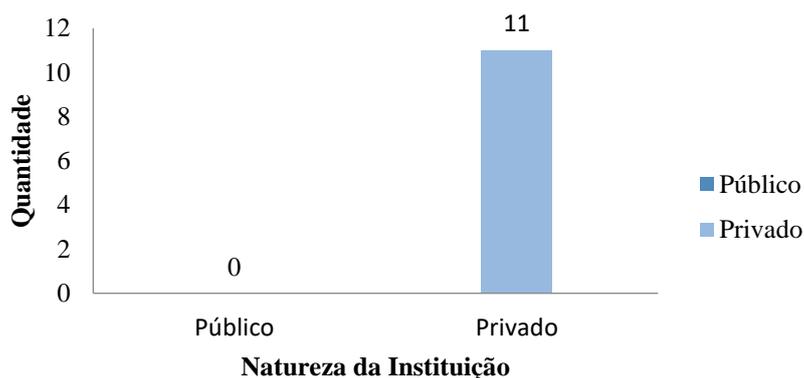


Fonte: Elaborado pela autora (2019).

O Gráfico 2 apresenta a natureza da instituição de Ensino Superior, sendo que todos os sujeitos da pesquisa se formaram em instituições privadas. Somente no ano de 2006 é que o Estado do Rio Grande do Sul teve o primeiro curso de Serviço Social Público, este na

Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA, localizada na cidade de São Borja. Atualmente, além deste o Estado conta com o curso de Serviço Social Público na Universidade Federal de Santa Maria – UFSM (fundado no ano de 2010) e na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS (criado no ano de 2009).

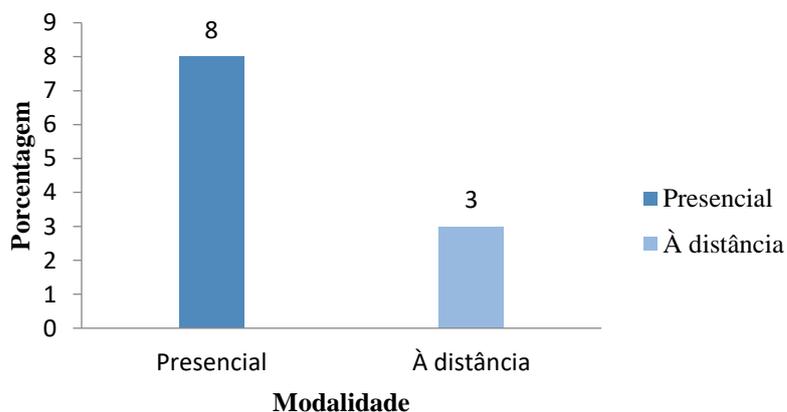
Gráfico 2: Natureza da instituição de Ensino Superior



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

O Gráfico 3 apresenta a modalidade de ensino cursada pelos sujeitos da pesquisa, sendo que oito se formaram na modalidade presencial, e três na modalidade à distância.

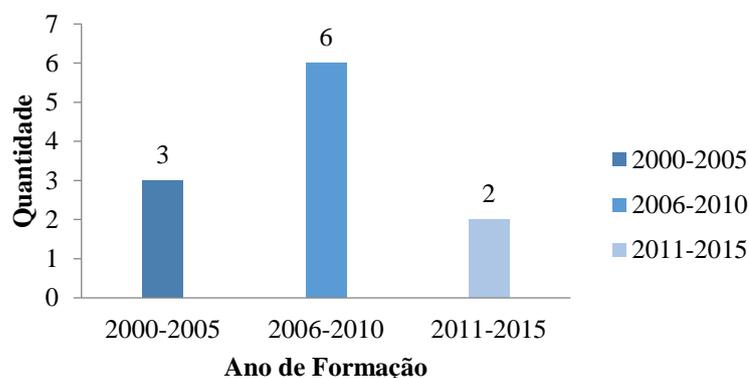
Gráfico 3: Modalidade de Ensino



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Se compararmos o gráfico 3 com o Gráfico 4 que apresenta os anos de formação de cada sujeito, observaremos que após a regulamentação do ensino à distância no Brasil²¹ no ano de 2005, oito se formaram e destas três foram na modalidade à distância.

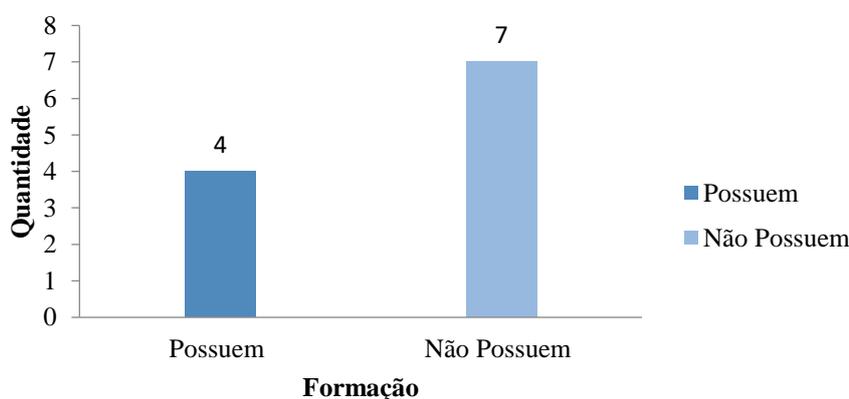
Gráfico 4: Ano de Formação



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

O Gráfico 5 apresenta os dados referente aos sujeitos que realizaram cursos de pós-graduação após a graduação. Foi identificado que sete não realizaram cursos de pós-graduação e quatro afirmaram ter realizado especialização nas áreas de: Administração e Saúde Pública, Gestão em Políticas Sociais, Práticas Sociais em Família e em Gestão e Programas para a Área Social. Cabe ressaltar a pouca oferta de cursos de pós-graduação na região, o que pode dificultar a realização de especialização por parte da maioria das profissionais.

Gráfico 5: Formação em Pós-Graduação



²¹ De acordo com os Referenciais de Qualidade para Educação Superior à Distância do Ministério da Educação, a modalidade de educação a distância em todos os níveis e modalidades de ensino foi regulamentada pelo Decreto 5.622, em vigência desde sua publicação em 20 de dezembro de 2005. Acessado em 21/02/2019 no endereço http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_graduacao_documento.pdf

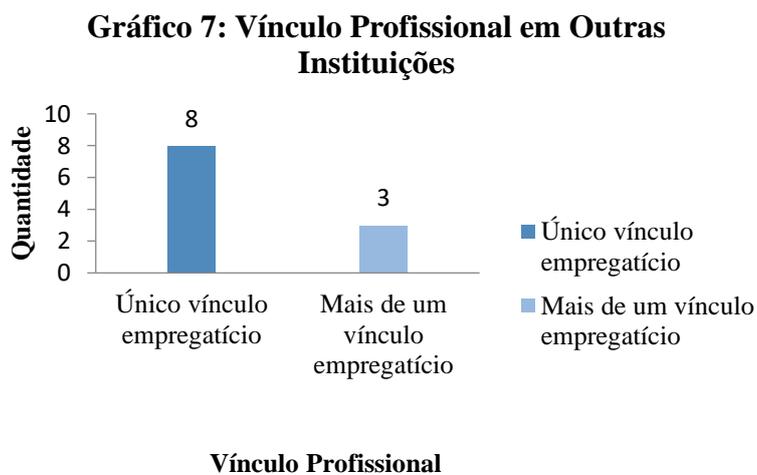
Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Referente à realização de supervisão de estágio o Gráfico 6 mostra que sete sujeitos realizam supervisão.



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

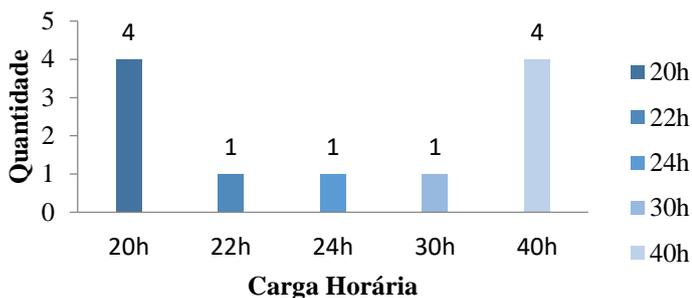
O Gráfico 7 apresenta a questão do vínculo profissional. Pode-se observar que somente três sujeitos da pesquisa trabalham em mais de uma instituição.



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

No Gráfico 8 podemos identificar a carga horária de trabalho dos sujeitos, muito heterogênea. Quatro sujeitos trabalham 20 horas semanais, outro dois sujeitos trabalham 22 e 24 horas respectivamente, quatro trabalham 40 horas semanais e somente um trabalha 30 horas semanais

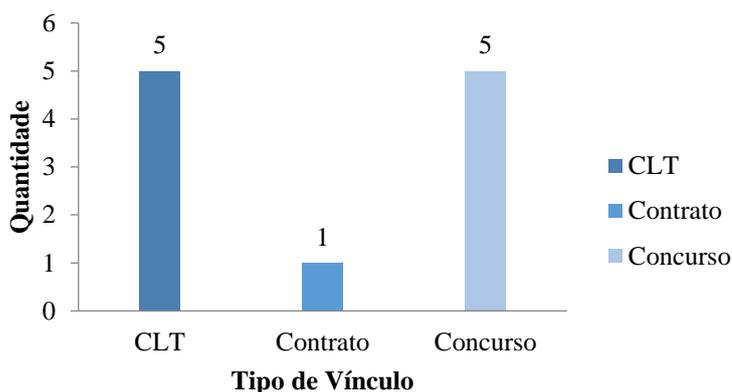
Gráfico 8: Análise percentual da Carga Horária



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

No Gráfico 9 evidencia-se que cinco dos sujeitos são concursados, exatamente o valor da soma entre o número dos sujeitos apresentados no Gráfico anterior com 30 e 40 horas. Cinco possuem Carteira de Trabalho assinada e um possui contrato de trabalho.

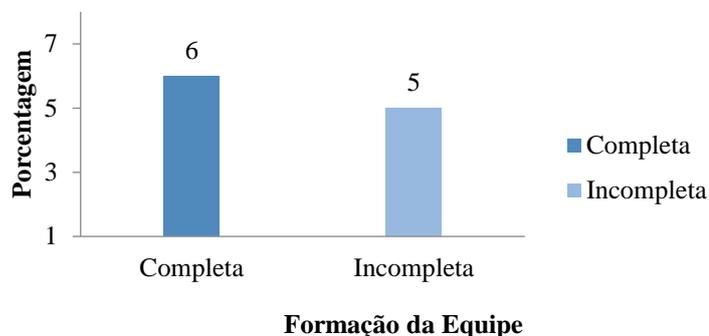
Gráfico 9: Vínculo Empregatício



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

O Gráfico 10 exibe os dados referente às equipes mínimas de trabalho nos serviços, sendo que a maioria dos sujeitos, totalizando seis, responderam que as equipes estão completas, e cinco responderam que as equipes de trabalho estão incompletas.

Gráfico 10: Formação da Equipe de Trabalho



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

3.2 FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL: CONCEPÇÃO FRAGMENTADA

Falar em Fundamentos do Serviço Social supõe pensar nos elementos constitutivos desta profissão compreendendo o Serviço Social através de suas dimensões teórico-metodológica e ético-política que se expressam na dimensão técnico-operativa da profissão. Desta forma, um dos objetivos da pesquisa foi pensado no sentido de identificar se a temática dos Fundamentos do Serviço Social é estudada no trabalho profissional após a formação dos assistentes sociais. Atendendo ao objetivo um, identificou-se nas respostas dos sujeitos da pesquisa a existência de quatro dimensões: - dimensão ética; - dimensão técnico-operativa; - dimensão teórica e a dimensão graduação, conforme segue.

3.2.1 Dimensão ética

Vivemos numa sociedade capitalista cuja estrutura social é fundada na divisão social do trabalho e na propriedade privada dos meios de produção. Devido a isso, Barroco (2010) refere não ser possível a objetivação da liberdade e da igualdade de forma universal, para a totalidade dos indivíduos. Neste sentido, a partir de uma compreensão marxista, nos limites da sociedade burguesa, o homem determina o destino da humanidade, e a ética desempenha uma função mediadora nesse processo. Desse modo, a ética é

[...] um modo de ser prático-social que, para se objetivar, supõe a participação consciente e racional do indivíduo que dispõe de um grau relativo de liberdade, de autonomia, para avaliar, escolher, deliberar, projetar suas ações,

dirigidas ao que considera – com base nas referências sociais do seu tempo histórico – ter valor positivo ou negativo, responsabilizando-se pelas escolhas feitas, levando em conta as consequências de seus atos para si mesmo e para os outros. (Barroco, 2010, p. 218)

O Serviço Social tem fundamentos e mediações políticas e éticas, ambas determinadas historicamente, de acordo com as demandas que lhe foram e são apresentadas, e por sua vez, das respostas que a categoria profissional apresentou e apresenta. Os assistentes sociais imprimem uma determinada direção social no seu trabalho, que atende aos diversos interesses sociais em disputa na sociedade. Esta é capitalista e classista, ou seja, com evidentes contradições econômicas e políticas.

A dimensão ética trazida pelos participantes da pesquisa se refere a utilização do Código de Ética do Assistente Social e a busca de respaldo no trabalho cotidiano, principalmente no que se refere ao sigilo profissional:

[...] Eu tento trabalhar muito na condição ética, por vez até me isolo um pouco da própria equipe, assim chega um usuário e todo mundo quer saber o que ele quer aqui, então muitos usuários acabam vindo aqui só pelo benefício que por ser uma cidade pequena acabam com medo de todo mundo ficar sabendo. (S3)

[...] Eu acredito da questão da ética que é muito importante (S4)

[...] A questão da ética também eu acho que é bem importante manter a ética no teu atendimento e até mesmo posterior a isso com os demais colegas, acho que seria isso. (S5)

[...] Eu tenho procurado realmente utilizar o código de ética e a lei que regulamenta essa profissão (S6)

O Código de Ética profissional é um documento importante e imprescindível no trabalho profissional. Segundo Paiva e Salles (1996, p. 180 *apud* BRAVO, 2009, p. 695):

[...] é um instrumento efetivo do processo de amadurecimento político da categoria e um aliado na mobilização e qualificação dos assistentes sociais diante dos desafios da sociedade brasileira, constituindo-se num mecanismo de defesa da qualidade dos serviços prestados pelos assistentes sociais e de garantia do exercício profissional, fornecendo respaldo jurídico à profissão.

Neste sentido, os sujeitos da pesquisa corroboram a importância deste instrumento enquanto mecanismo de defesa da qualidade do serviço prestado e o quanto ele está presente no cotidiano profissional. O Código de Ética do Assistente Social é uma conquista da categoria, no entanto só ganha sentido ser for incorporado enquanto valor e, principalmente, quando se torna vivo na prática social através das ações profissionais cotidianas.

No Serviço Social a ética não caminha sozinha. No enlaçamento das dimensões, ela anda lado a lado com a dimensão política, bem como a teórico- metodológica que não foi mencionada na fala dos sujeitos.

Como vimos anteriormente, foi na década de 1980, devido a várias questões em especial o despertar dos movimentos sociais na sociedade brasileira, reprimidos desde o início da ditadura, que o Serviço Social brasileiro vinculou-se ao movimento da profissão, instaurando o pluralismo e possibilitando o aprofundamento e o adensamento dos estudos e pesquisas na perspectiva marxista.

Houve, então, a condição política necessária para a constituição de um novo projeto profissional para o Serviço Social brasileiro. A existência e o reconhecimento da relação de poder existente na sociedade e a definição de qual direção imprimimos no trabalho profissional, incidindo diretamente no projeto societário que a categoria profissional almeja. É composto pela “imagem ideal da profissão, os valores que a legitimam, sua função social e seus objetivos, conhecimentos teóricos, saberes interventivos, normas, práticas etc.” (NETTO, 2008, p. 147). A articulação entre estes componentes através de recursos políticos-organizativos, como debates entre a categoria, viabilizam a hegemonia do projeto profissional.

A questão do pluralismo profissional precisa ser considerada, uma vez que todo projeto profissional é composto por sujeitos diferentes, que nem sempre partilham de um mesmo ideal societário. O Projeto Ético Político da profissão também foi identificado nas falas dos sujeitos da pesquisa.

[...] Um projeto ético-político, o próprio código de ética respaldando em quando eu posso quebrar sigilo quando não posso. Estar ciente com o projeto, aquela questão hegemônica com a própria sociedade né, de se posicionar, eu sou e executo os fundamentos do curso quando eu me posiciono frente alguma causa quando eu critico alguma coisa eu acho que isso é ser assistente social.
(S2)

Conforme Teixeira e Braz (2009, p. 190-191) o Projeto Ético Político do Serviço Social é composto de elementos constitutivos, sendo eles a explicitação de princípios e valores ético-políticos, uma matriz teórico-metodológica, a crítica radical à ordem social vigente (sociedade do capital) e as lutas e posicionamentos políticos absorvidos pela categoria profissional. Desta forma, balizados pelo projeto profissional que é norteado por um projeto de sociedade transformador ou conservador, os profissionais imprimem uma determinada direção social através de suas ações profissionais.

Neste sentido, a hegemonia profissional deve ser representada através de posicionamentos profissionais e críticas que busquem e primem a garantia dos XI princípios do Código de Ética Profissional.

3.2.2 Dimensão técnico-operativa

A dimensão técnico-operativa foi muito citada nas falas dos sujeitos da pesquisa. Para Santos (2013) esta dimensão é a concretização da ação planejada, considerando a análise da realidade, os valores e a finalidade da ação. Portanto, é a dimensão técnico-operativa a que mais se aproximada da prática profissional. Possivelmente por esta razão muitas profissionais remetem a esta dimensão os fundamentos da profissão, conforme segue:

[...] Acho que o olhar crítico, uma postura mais humanizada (S1)

[...] Eu procuro sempre entender o que está acontecendo com aquele indivíduo que vem aqui buscar um serviço social que muitas vezes vem aqui só pra falar e a gente acaba sendo um ouvinte mas pra mim o principal é trabalhar com este [indivíduo] (S3)

[...] A documentação eu aprendi que tem que estar tudo no papel, porque a gente só aprende com a prática. E muitas vezes nesses 15 anos de profissão, era fácil ligar e pedir as coisas e depois a pessoa dizia que não. Então hoje, procuro deixar tudo escrito e documentado. Minha agenda é toda anotada para eu tentar não esquecer nada (S4)

[...] a questão do diálogo, para eu usar como uma ferramenta de discussão com as famílias com as pessoas que a gente entende né, de realmente fazer o diálogo de realmente fazer a reflexão. (S6)

[...] Nossos instrumentos técnicos né, interativos, nossas entrevistas, nossas escutas, são vários, agora são nossos instrumentos do dia a dia. (S9)

[...] a questão da entrevista dos fundamentos técnicos, do que a entrevista, o que é usado assim na questão das visitas domiciliares (S10)

Embora a dimensão técnico-operativa seja a razão e ser da profissão segundo Guerra (2012), remetendo às competências instrumentais pelas quais a profissão é reconhecida e legitimada, sendo nesta dimensão inseridos os instrumentos e técnicas da intervenção profissional, a autora ressalta que não são os únicos elementos constitutivos desta dimensão. Santos (2013) refere à dimensão técnico-operativa a necessidade de haver na intervenção profissional à:

[...] existência de objetivos; busca pela efetivação desses objetivos; existência de condições objetivas e subjetivas para a efetivação da finalidade. Requer conhecer os sujeitos da intervenção; as relações de poder, tanto horizontais

quanto verticais; o perfil do usuário - a natureza das demandas; o modo de vida dos usuários; as estratégias de sobrevivência; a análise e aprimoramento das condições subjetivas; conhecimento das atribuições profissionais. (p. 2)

Portanto, pensar nesta dimensão de forma isolada, como um fim em si mesma é negar o Serviço Social como totalidade constituído de múltiplas dimensões. Significa possibilitar ao Serviço Social um “meio para o alcance de qualquer finalidade” (GUERRA, 1995, p. 10). Faz-se necessário ter clareza de que as dimensões teórico-metodológica e ético-política da profissão se expressarem na dimensão técnico-operativa. A fundamentação da realidade através do conhecimento teórico proporcionará infinitas possibilidades de mediação aumentando as possibilidades de intervenção profissional, imprimindo uma intencionalidade e direção social.

Destacamos abaixo a fala de um sujeito da pesquisa que se refere as relações sociais:

[...] Esqueci o que são os fundamentos, acho que os fundamentos seria assim, na questão das relações sociais, de esclarecer ao máximo as dúvidas da população, também entender e se colocar no lugar do outro, tentar conversar e falar de forma bem acessível, isso é muito importante (S5)

Relações sociais para o Serviço Social, na tradição marxista, vai além da relação entre duas pessoas, ou entre o profissional e o usuário. Yazbek (2018) se refere ao conceito de reprodução social como fundamental para a compreensão da profissão na sociedade capitalista, conceito que se “refere ao modo como são produzidas e reproduzidas as relações sociais nessa sociedade” (p. 48) A reprodução das relações sociais em todos os aspectos da vida, da totalidade da vida social, ou seja, das formas como os homens se posicionam na vida, da reprodução material, da reprodução espiritual, do modo de produção, enfim... As relações sociais não se constituem por si só fundamento do serviço social, no entanto, a profissão só pode ser entendida no movimento histórico da sociedade no complexo processo de reprodução de relações sociais (IAMAMOTO, 1996) Assim, constitui a dimensão teórico-metodológica dos fundamentos profissão.

Outra questão que merece ser sinalizada é o fato do sujeito da pesquisa referir ter esquecido o que são os fundamentos do Serviço Social. Como esquecer o que se vive no cotidiano profissional? Ou o que se vive no cotidiano profissional se não tem clareza do que se é? Quem sabe a questão é de não se ter clareza do que são os fundamentos da profissão e não uma questão de esquecimento.

3.2.3 Dimensão teórica

A dimensão teórica foi verbalizada em várias falas dos sujeitos. As expressões da questão social foram citadas vinculadas a garantia de direitos:

[...] São a questão social em si, garantia de direitos, e nessa minha área e mais isso que eu desenvolvo (S11)

[...] As expressões da questão social sentido de principalmente a questão de que já houve violação e aí então o assistente social tem alguma forma garantir e buscar a garantia para que não aconteça mais a violação. (S8)

Para compreender a questão social é necessário um resgate histórico do conflito entre capital e trabalho, resultando na formação de classes contrárias: a burguesia e o proletariado, e das lutas operárias na busca de reconhecimento enquanto classe que, por sua vez, reivindicavam reconhecimento e uma intervenção por parte do Estado diante do pauperismo crescente do proletariado com definido por Yamamoto e Carvalho (1996, p. 77)

[...] As expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade exigindo o seu reconhecimento como classes por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e da repressão.

Neste sentido, Yazbek (2018) situa a questão social no transcorrer da história brasileira como a “‘matéria prima’ e a justificativa da constituição do espaço profissional do Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho e como área de construção de conhecimento” (p. 50). Portanto, compreende a dimensão teórico-metodológica da profissão, já que é transversal a formação e ao trabalho profissional. Desta forma, os assistentes sociais têm nas políticas sociais a mediação fundamental (YAZBEK, 2018) para atender as necessidades e assegurar os direitos historicamente conquistados pela população.

Este resgate e análise da questão social é iluminada pela teoria social marxista, já que esse modo de apreensão incorpora o movimento da história. Um dos sujeitos entrevistados relatou uma aproximação com esta teoria, e outro remete aos fundamentos teórico-metodológicos enquanto núcleo duro do Serviço Social:

[...] Me aproximo muito da teoria marxista (S6)

[...] Fundamentos teóricos metodológicos do serviço social. Eu acho que é um núcleo duro do serviço social como a gente fala né, que a partir de lá dos

fundamentos do serviço social que a gente vai trabalhar no nosso atuar profissional. (S7)

Como “núcleo duro” compreende-se o fato dos fundamentos do serviço social serem centrais na compreensão da profissão em todas as dimensões. A teórico-metodológica que fundamenta a leitura da realidade e que através das mediações, juntamente com a direção social e a intencionalidade da intervenção do profissional, se objetivará na realização do trabalho profissional no cotidiano.

Santos (2013) compreende as dimensões como sendo propriedades de algo, princípios fundamentais ou princípios que contribuem para

[...] a concretização da profissão de Serviço Social e que formam a sua base. Melhor dizendo, são todos os elementos que constituem e são constitutivos da profissão, intrínsecos à passagem da finalidade ideal – que está no âmbito do pensamento, da projeção – à finalidade real – âmbito da efetividade da ação. (p. 1)

Dessa forma, quando os fundamentos teórico-metodológicos não são presentes no cotidiano profissional, a finalidade real da ação através de sua efetividade passa a ter um contorno pragmático, pensando a realidade na sua imediatez. Esta realidade foi identificada em falas dos sujeitos como

[...] Sei que eu peço muito, gostaria de ter sempre o embasamento teórico. (S4)
[...] os fundamentos teóricos, também, mas são bem poucos utilizados, mais a gente utiliza os técnicos que é a entrevista a visita domiciliar no dia a dia. (S10)

Guerra (2013) afirma que o pragmatismo é uma tendência no Serviço Social. Considerando a história do Serviço Social podemos observar que este se insere no âmbito da divisão social e técnica do trabalho como profissão interventiva e institucionalizada para responder às diversas expressões da questão social, sendo que “a profissão especializa-se em responder a demandas que exigem solução imediata de problemas” (GUERRA, 2013, p. 40).

Constata-se o reconhecimento da dimensão teórica e sua importância e necessidade, mas não se incorpora no cotidiano profissional, se apreende a aparência da expressão da questão

social, não se contempla uma análise mais ampla da realidade que proporcione a compreensão da constituição da questão social.

Eiras, Moljo e Santos (2012) consideram como competência teórico-metodológica a forma como o profissional fundamenta e compreende a realidade, sendo que, quanto maior o adensamento teórico maiores serão as mediações e possibilidades de intervenção que traduzirão “a intencionalidade e a direção social empreendidas na ação” (p. 121).

Desta forma, a competência profissional não se faz só pela dimensão teórica, se faz, necessariamente, nas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

3.2.4 Dimensão Graduação

A dimensão Graduação identificada nas falas dos sujeitos da pesquisa reporta tanto ao cotidiano profissional, quanto a formação acadêmica. Está no tempo passado e no tempo presente. A Formação Profissional, elemento constitutivo da profissão, portanto determinada e também determinante historicamente, teve em 1996 um Currículo Mínimo aprovado pela ABEPSS que apresentou as Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social. A formação profissional foi constituída de Núcleos de Formação, sendo eles Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social, Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e Núcleo de fundamentos do trabalho profissional. Os núcleos compreendem um “conjunto de conhecimentos indissociáveis para a apreensão da gênese, das manifestações e do enfrentamento da questão social, eixo fundante da profissão e articulador dos conteúdos da formação profissional” (ABEPSS, 1996, p. 9).

Embora tenha havido uma forte descaracterização sofrida no texto das diretrizes curriculares homologadas pelo MEC, no que se refere à direção social da formação profissional, aos conhecimentos e habilidades considerados essenciais ao desempenho do assistente social (IAMAMOTO, 2014), ao homologar o texto legal das diretrizes curriculares em 04/07/2001, o currículo mínimo para os cursos de Serviço Social avançou no sentido de unir método, teoria e história do Serviço Social.

Neste sentido a fala de um sujeito da pesquisa se refere aos fundamentos do Serviço Social enquanto sua história e o trabalho profissional sendo concretizados no cotidiano:

[...] aos fundamentos desde a questão do que foi o serviço social? De onde surgiu? O que o serviço social faz? Como atua? Então para mim o fundamento deve estar no cotidiano. Todos os dias tenho que buscar o que o serviço social prevê na minha prática. Todos os dias então eu acho que tem que buscar e tentar pôr em prática. (S7)

Heller (1992) situa a vida cotidiana no centro da história, os fatos acontecem no cotidiano e a assimilação do passado da cotidianidade também, mesmo de forma inconsciente pelo indivíduo: “A vida cotidiana é a vida do indivíduo [...] As necessidades humanas tornam-se conscientes, no indivíduo, sempre sob a forma de necessidades do *Eu*” (HELLER, 1992, p. 20). Desta forma, necessariamente o indivíduo é um ser particular e um ser genérico. Os seres humanos se distinguem do restante das espécies animais pela possibilidade de pensar, e a partir disso, da busca da satisfação de suas necessidades. Cada indivíduo com sua particularidade, mas ainda pertencente à espécie humana.

Assim sendo, Heller (1992) afirma ser muito característico da vida cotidiana o

[...] manejo grosseiro do “singular”. [...] Para podermos reagir, temos de subsumir o singular, do modo mais rápido possível, sob alguma universalidade; temos de organizá-lo em nossa atividade cotidiana, no conjunto de nossa atividade vital; em suma, temos de resolver o problema. Mas não temos tempo para examinar todos os aspectos do singular, temos de situá-lo o mais rapidamente possível sob o ponto de vista da tarefa colocada. (p. 35)

A fala do sujeito da pesquisa compreende a importância de trazer para o cotidiano o que é o Serviço Social, no sentido da história da profissão e das competências profissionais, através do trabalho profissional, no entanto em outro momento da fala ser reporta a formação, aos fundamentos durante a formação:

[...] esta eu não sei, preciso estudar de novo. (S1)

[...] eu me lembro daquela disciplina da faculdade, começamos com fundamentos teóricos metodológicos do serviço social (S7)

Conforme falado anteriormente, é na formação profissional o primeiro contato com os fundamentos da profissão, sendo inclusive reforçado por Cardoso (2007, p. 52) o desafio para as Unidades de Ensino em unir a teoria, a prática e a história do Serviço Social, assim como garantir a transversalidade da questão social nas disciplinas, a apreensão de categorias pertencentes a tradição marxista, o aprofundamento do conhecimento histórico do contexto socioeconômico e político brasileiro e a compreensão histórica da profissão embasada numa concepção crítica.

Assim sendo, após a apreensão dos fundamentos na formação eles precisam ser incorporados ao trabalho profissional. Yasbek (2009) situa o assistente social como mediador

da relação “Estado, instituição, classes subalternas” e compreende as políticas socioassistenciais com espaços contraditórios, onde ocorre tanto o controle e o enquadramento dos subalternos, como também a luta e a tensão por parte da população pela criação de condições de sobrevivência material. Neste sentido, Yasbek (2009) afirma que o assistente social interfere nas relações sociais que fazem parte do cotidiano da população usuária, seja no “caráter de enquadramento disciplinador” ou no “fortalecimento dos projetos de lutas das classes subalternizadas” (p. 136).

O desafio consiste em identificar as possibilidades de trabalho que vão de encontro ao projeto profissional hegemônico da categoria das/os assistentes sociais, uma vez que o assistente social possui uma “relativa autonomia” respaldado juridicamente na regulamentação da profissão, na formação universitária e no código de ética profissional (IAMAMOTO, 2015).

Desta forma, corrobora-se Lewgoy (2010) quando ressalta que a dimensão ético-política precisa estar atenta à finalidade da ação e do compromisso profissional, pois é elemento mediador constituído por postura crítico-investigativa sobre os fundamentos e os sentidos atribuídos aos conteúdos, ao método, aos objetivos, tendo como referência a afirmação dos direitos. E ainda, ambas as dimensões se atrelam à técnico-operativa, que, caracterizada pelo domínio dos conteúdos de sua área específica de conhecimento, é uma instância de passagem que permite a realização da trajetória da concepção da ação à sua operacionalização.

Portanto, as dimensões teórico-metodológica, ético-políticas precisam fazer parte continuamente do cotidiano do assistente social, se expressando na dimensão técnico-operativa, e o que foi identificado nas entrevistas foi uma concepção fragmentada sobre os fundamentos do serviço social.

3.3 MEDIAÇÃO: ESPAÇO DE MÚLTIPLAS ATRIBUIÇÕES

Com o objetivo de identificar as mediações feitas pelos Assistentes Sociais no trabalho cotidiano profissional, identificaram-se as seguintes mediações expressas em categorias:

3.3.1 Participação em partido político, Conselhos de Direitos e entidade representativa da profissão

A participação em conselhos de direito²² do idoso, da criança e do adolescente, antidrogas, da assistência social e da saúde, foi relatada nas entrevistas pelos sujeitos como frequente no trabalho profissional. A maioria representa a instituição ou a política pública na qual trabalha, sendo apenas dois os sujeitos que representam a classe trabalhadora dos assistentes sociais. Além disso, um sujeito afirmou ser filiado em partido político.

A participação nas reuniões do NUCRESS foi identificada nas falas de todos os sujeitos da pesquisa, alguns participam ativamente, e outros esporadicamente.

[...] Eu participo do NUCRESS e estou ativamente ligada ao COMAD, onde minha participação é mais direcionada. (S1)

[...] Hoje eu faço parte do Conselho de saúde eu represento como classe trabalhadora, represento também no conselho antidrogas do município(S2)

[...] Participo de conselhos de direitos aqui no município né. Conselho de direitos do idoso e conselho de Direitos da Criança e do Adolescente e participo do NUCRESS. (S3)

[...] participo do COMDICA (S5)

[...] eu participo do NUCRESS, na região Celeiro, de conselhos eu participo do conselho municipal de direitos da pessoa idosa e também do conselho municipal de assistência social, do conselho do idoso eu represento então o governo a secretaria de assistência social e no CMAS eu represento os trabalhadores. (S6)

[...] Partido político, tem partido político, sindicato aqui não porque sou celetista, daí então não é permitido, e assim dos assistentes sociais, o NUCRESS núcleo da região, do município, dos assistentes sociais. (S8)

[...] Sindicato dos Trabalhadores aqui do município. Eu participo da RAE só, da rede de apoio à Criança e Adolescente da escola. Eu participo do Conselho saúde (S9)

[...] Conselho Municipal de Assistência Social, participei também do Conselho Municipal de Saúde (S11)

O Serviço Social tem fundamentos e mediações políticas e éticas, ambas determinadas historicamente, de acordo com as demandas que lhe foram e são apresentadas, e por sua vez, das respostas que a categoria profissional apresentou e apresenta.

[...] Os projetos profissionais apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus

²²A Constituição Federal de 1988, em especial os artigos 198, 204 e 206, deram origem à criação de conselhos de políticas públicas. São espaços democráticos de decisão e participação social na construção das políticas públicas, de forma deliberativa.

serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas. (NETTO, 2008, p. 144)

Os assistentes sociais imprimem uma determinada direção social no seu trabalho, que atende aos diversos interesses sociais em disputa na sociedade. Esta capitalista e classista, ou seja, com evidentes contradições econômicas e políticas.

O projeto ético-político é composto de elementos que lhe dão concretude e visibilidade. Teixeira e Braz (2009, p. 191) citam a produção do conhecimento no interior do Serviço Social e as instâncias político-organizativas da profissão, ou seja, a produção do conhecimento no interior do Serviço Social através de processos reflexivos do trabalho profissional, da dimensão investigativa da profissão com análise teórico-crítica. As instâncias político-organizativas da profissão compreendem o conjunto Conselho Federal do Serviço Social – CFESS e Conselho Regional do Serviço Social - CRESS, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, os Centro e Diretórios Acadêmicos das unidades de ensino e a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social.

Estes espaços democráticos de construção coletiva estão em permanente disputa e são fundamentais no sentido de reafirmar os compromissos e princípios da categoria, ou seja, do projeto profissional.

Daí a importância da participação no sentido de mediação político e ética da profissão. Os NUCRESS para cidades do interior do Estado, muitas vezes são o único elo de fortalecimento entre a categoria profissional, possibilitando o encontro destes profissionais, sua articulação enquanto categoria e suscitando a discussão de temas pertinentes a profissão. Conforme algumas falas identificadas na pesquisa, as reuniões do NUCRESS também são um espaço de compartilhamento das dificuldades e angústias vivenciadas no cotidiano profissional:

[...] participo do NUCRESS e também já fui coordenadora por três anos, sou uma das fundadoras do NUCRESS aqui, é muito bom pra você poder compartilhar porque você tem muitas angústias, dúvidas, momento ali pra ti estar com aqueles colegas pra te ajudarem [...] participo do COMDICA. (S4)

[...] Participo do NUCRESS que é um encontro mensal dos assistentes sociais da região celeiro. Procuo participar sempre que possível, pois é um fortalecimento pra nós enquanto classe, trabalhador e profissional acho muito importante. A questão dos conselhos participo mas não como representante da categoria profissional, participo como representante da entidade, que é o conselho antidrogas, conselho da assistência social, participei do conselho da criança e adolescente. (S7)

A organização político-organizativa é imprescindível para a superação do modo de produção capitalista. Gramsci *apud* Simionato (2018) reiteram a necessidade e importância da difusão do conhecimento tornando crítica a atividade desenvolvida, criando uma unidade entre os profissionais que trabalham diretamente com os usuários e os profissionais intelectuais.

[...] É nessa trilha que as vanguardas têm buscado caminhar junto aos profissionais nos fóruns, nos espaços de discussão e na socialização do conhecimento. Desempenham um papel importante em eventos como CBASS, fóruns regionais e locais, o projeto ABEPSS itinerante articulado às UFA, a ENESSO, os CRESS e o CFESS, como estratégia na defesa da formação profissional de qualidade comprometida criticamente. São iniciativas voltadas a impulsionar a vinculação da massa crítica às bases profissionais, reforçando a lógica e os princípios das diretrizes curriculares. (ABEPSS, 2018)

Os NUCRESS possibilitam encontros sistemáticos entre a categoria profissional de determinada região, neste caso da Região Celeiro do Rio Grande do Sul. São momentos de repasse de informações referentes a categoria, de troca de experiência, de esclarecimento de dúvidas e, muitas vezes, de estudo. O NUCRESS Celeiro foi criado no ano de 2008, sendo que em meados de 2018 foi realizado levantamento de todas as fichas de inscrição totalizando 68 assistentes sociais inscritas no NUCRESS Celeiro. São realizados encontros mensais, exceto nos meses de férias.

Na análise documental, realizada através da leitura das atas das reuniões do NUCRESS dos anos 2016 e 2017, foi identificada realização de nove reuniões por ano, tendo uma média de participação de 13 assistentes sociais em 2016 e de 13 assistentes sociais em 2017²³.

No ano de 2016, entre a pauta das reuniões, foram realizados estudos referentes aos temas: - Sistemas do Ministério de Desenvolvimento Social (Registro Mensal de Atendimentos, Prontuário Eletrônico e outros...), com a participação de 10 assistentes sociais; - Análise de Conjuntura Social, Econômica e Política do Brasil, com 14 participantes; - Violência contra a Mulher, com 10 participantes; - Previdência Social, com 21 participantes; - Direito do Trabalho e Flexibilização dos Direitos, com 11 participantes.

No ano de 2017, foram realizados estudos referentes aos temas: - Direitos Humanos, com 9 participantes; - Ética e Sigilo Profissional, 9 participantes; - Serviço Social e Trabalho com Famílias, 15 participantes e INSS digital, com 8 participantes. Neste ano o NUCRESS Celeiro foi contemplado com um curso de 20 horas custeado pelo CRESS, com o tema:

²³Foram utilizadas as listas de presença das reuniões para contabilizar a média de participação, uma vez que nem todas as assistentes sociais permanecem até o final da reunião para a assinatura da ata.

“Identidade profissional com a luta pela expansão dos direitos para a classe trabalhadora”, ministrado pela Assistente Social Dra. Tatiana Reidel. Participaram neste curso 23 assistentes sociais.

Referente aos autores trabalhados, não consta registro em ata, apenas o tema dos estudos realizados e as assistentes sociais responsáveis. Destaca-se o fato do assunto relacionado à Previdência Social ter sido discutido nos dois anos, tendo em 2016 expressiva participação e referente aos temas discutidos nas reuniões, somente o relacionado ao direito do trabalho teve um convidado advogado para participar da discussão e o referente a violência contra a mulher uma assistente social convidada de uma cidade que não faz parte da região ceieiro. Os demais temas foram trabalhados por integrantes deste núcleo.

Considerando a média anual de participantes nas reuniões em comparação ao número total de inscritos, temos uma média de participação de aproximadamente 20% (vinte por cento). Desta forma, mesmo não sendo uma porcentagem tão expressiva, observa-se a existência da busca por parte da categoria em manter-se atualizada nas discussões da atualidade, que atingem diretamente o trabalho do assistente social.

Os assuntos discutidos nas reuniões foram fruto de demandas da categoria e mesmo com a maioria dos temas reportando a dimensão técnico-operativa, observa-se a preocupação em contemplar as dimensões ético-política e teórico-metodológica, possibilitando a apreensão de que as expressões da questão social com as quais trabalham não são o início do modo de ser dos complexos totais, mas sim o resultado. Conforme Pontes (2002) resgata nas determinações dialéticas da mediação, citando Marx (1982), que a apreensão dos complexos totais se dão a partir de muitas aproximações, por isso o concreto que se apresenta no pensamento como processo de síntese é o resultado e não o início do modo de ser dos complexos totais.

3.3.2 Encaminhamentos são mediações?

Vários sujeitos da pesquisa verbalizaram e, de certa forma enfatizaram, mediações como os encaminhamentos no cotidiano profissional. O Serviço Social é uma profissão com formação generalista, podendo trabalhar em diversas políticas sociais, inclusive no terceiro setor ou na iniciativa privada. Constantemente os encaminhamentos para acesso a algum direito, ou para acompanhamento de outro serviço se faz necessário, devido ao recorte existente entre as políticas sociais para o atendimento específico a determinadas expressões da questão social.

Neste sentido, várias foram as falas identificadas na entrevista que reportam a questão dos encaminhamentos como mediação:

[...] Mediação de encaminhamento é quando recebo a situação faço o atendimento, pode ser que seja direcionado ou pode ser mais amplo, tudo depende da forma que vem até mim. Quando fazem o encaminhamento de uma situação é por existir algo e os profissionais muitas vezes não sabem o que, então me encaminham a situação, vou lá e faço o atendimento. Após isso eu vejo se é uma questão direcionada com negligência, maus tratos, abuso sexual, violência e faço os devidos encaminhamentos. Por sua vez entra o CRAS, CREAS, o conselho, ministério público... (S1)

[...] a gente media o tempo inteiro, também o poder público com aquela família que tá precisando acessar a medicação, o poder público que está longe de uma informação, estamos sempre mediando.(S2)

[...] fazer possibilitar espaço de escuta, reflexão, de produção e planejamento encaminhamento algum suporte materiais que a gente pode oferecer (S6)

[...] fizemos mediações a partir das demandas identificadas.(S7)

[...] nós mediamos conflitos, mediamos, ah deixa eu ver, mediamos conflitos quando tu faz um encaminhamento tá mediando, sempre eu acho né, a questão de encaminhar uma família para colega do CRAS, para ter assistência de uma psicóloga, tu tá intervindo, tu tá passando o caso até para promotoria às vezes, a gente encaminha quando até a nossa gestão não entende que é um direito da pessoa. (S9)

[...] as nossas mediações são mais voltadas para a saúde no sentido dos encaminhamentos, muitas consultas, muitas outras especializações, às vezes um ultrassom, um raio-x. (S10)

[...] Um fortalecimento de vínculo nas famílias e ai a gente vê a vulnerabilidade que nos apresentam, encaminhamos para o ministério público se necessário. (S11)

Martinelli (1993) identifica na mediação as dimensões ontológica e reflexiva. A dimensão ontológica como a pertencente ao real, estando presente em qualquer realidade independente do conhecimento do sujeito, e na mediação reflexiva existe uma elaboração pela razão da construção intelectual de mediações capazes de reconstruir o movimento do objeto, possibilitando a ultrapassagem do plano da imediatez em busca da essência. Também considera a mediação como categoria instrumental pela qual se processa a operacionalização da ação profissional: “As mediações são expressas pelo conjunto de instrumentos, recursos, técnicas e estratégias que o profissional toma conhecimento para poder penetrar nas tramas da realidade como possibilidade de transformá-la” (p. 139).

Portanto, compreende-se que os encaminhamentos podem expressar as mediações realizadas nas situações trabalhadas no cotidiano profissional, como um instrumento e recurso

possibilitador da transformação da realidade vivenciada pelo usuário, desde que não seja o único instrumento, uma vez que o encaminhamento por si só não possibilita a apreensão da realidade como totalidade em movimento, que somente é possível através da mediação como forma de passagem entre as partes que compõem a totalidade, viabilizando a passagem do imediato para o mediato (PONTES, 2002).

Sendo o Serviço Social constituído de várias dimensões como já apresentado, as mediações possibilitam a articulação das dimensões que resultam em respostas profissionais. Guerra (1997) situa o cotidiano como espaço de realização de ações instrumentais e através da mediação a “instrumentalidade permite que as referências teóricas, explicativas da lógica e da dinâmica da sociedade, possam ser remetidas à compreensão das particularidades do exercício profissional e das singularidades do cotidiano” (p. 12).

Desta forma, conforme Guerra (1995), as situações atendidas no cotidiano profissional estão no plano da imediatividade, representando os aspectos singulares da vida do usuário, e somente através das mediações com o universal, que compreende as referências teóricas, que explicam a dinâmica da sociedade, é que as particularidades serão compreendidas.

Neste sentido, o encaminhamento no Serviço Social nem sempre representará uma mediação, à medida que pode representar uma “solução” momentânea conforme uma avaliação imediata da expressão da questão social no cotidiano profissional.

3.3.3 Mediação: Conhecimento e Trabalho Coletivo

Com a divisão social do trabalho através da produção, troca e consumo de mercadorias mediatizados pelo mercado, para a satisfação das necessidades sociais o trabalho passa a ser parcelado, com a colaboração de vários trabalhadores para a realização de um produto. Desta forma, o modo de produção determina as relações sociais estabelecidas e acaba por envolver o cotidiano da vida em sociedade.

De acordo com Yamamoto (1998) a constituição e institucionalização do Serviço Social como profissão na sociedade depende

[...] de uma progressiva ação do Estado na regulação da vida social, quando passa a administrar e gerir o conflito de classe, o que pressupõe, na sociedade brasileira, a relação capital/trabalho constituída por meio do processo de industrialização e urbanização [...] É quando o Estado se “amplia”, nos termos de Gramsci, passando a tratar a questão social não só pela coerção, mas

buscando um consenso na sociedade, que são criadas as bases históricas da nossa demanda profissional. (p. 23)

O profissional assistente social é contratado para trabalhar em instituições públicas, privadas, organizações não governamentais entre outras. Desta forma “a profissão passa a constituir-se como parte do trabalho social produzido pelo conjunto da sociedade, participando da criação e prestação de serviços que atendem às necessidades sociais” (IAMAMOTO, 1998, p. 24).

O trabalho profissional do assistente social torna-se resposta a demandas sociais, mediado pelo mercado, pela produção, troca e consumo de mercadorias dentro da divisão social do trabalho.

Os meios de trabalho são fornecidos pela instituição pública, privada ou organização não governamental onde o profissional for trabalhar. A condição de assalariado o remete a relação de trabalho que estabelecerá com os empregadores. Também “[...] definem a particularização e atribuições consoante as normas que regulam o trabalho coletivo [...] e recortam as expressões da questão social que podem se tornar matéria da atividade profissional” (IAMAMOTO, 2015, p. 218).

O fato de o Serviço Social ser um trabalho e estar inserido na produção e reprodução da vida material faz refletir sobre “a produção de meios que permitam a satisfação” das necessidades da vida material, pois os homens ao trabalharem

[...] estabelecem relações entre si, portanto, relações sociais. Quando se fala em produção e reprodução da vida social não se abrange apenas a dimensão econômica [...] mas a reprodução das relações sociais de indivíduos, grupos e classes sociais. Relações sociais estas que envolvem poder, sendo relações de luta e confronto entre classes e segmentos sociais, que têm no Estado uma expressão condensada da trama de poder vigente na sociedade. (IAMAMOTO, 2015, p. 26)

Diante das relações sociais estabelecidas para produção e reprodução da vida social, e do enfretamento das expressões da questão social por parte do Estado, não de forma repressiva ou caritativa, mas na forma de inclusão dos trabalhadores no cenário político através das políticas sociais. As políticas sociais precisam ser analisadas em seu tempo histórico, no entanto, observa-se historicamente uma característica comum das Políticas Sociais que é a fragmentação, “como se o social fosse a simples somatória de setores da vida, sem articulação [...] assumindo um caráter pontual e localizado” (YAZBEK, 2009, p. 132-133).

Neste sentido, alguns sujeitos da pesquisa relataram o fato do profissional assistente social ter que se apropriar dos vários temas que compreendem as expressões sociais:

[...] Hoje é uma busca constante da nossa profissão parece que nós do serviço social temos que entender todas as áreas. Tu lida com dependência química, tu lida com a questão do aborto, lida com a questão LGBT, lida com a questão do idoso, lida com criança e adolescente, medidas socioeducativas, são inúmeras as coisas que você deve buscar. Tu vai para o judiciário tem que saber sobre leis, tu vai para saúde precisa saber sobre a saúde é uma busca constante. (S4)

[...] Tem que ler muito, tem que saber sobre vários temas (S5)

A formação profissional no Serviço Social é generalista, possibilitando que o profissional trabalhe em qualquer política social, uma vez que o núcleo central de compreensão da profissão “é a compreensão da história a partir das classes sociais e suas lutas, o reconhecimento da centralidade do trabalho e dos trabalhadores” (IAMAMOTO, 2014, p. 615).

Cada política social tem as leis e resoluções específicas, que de tempos em tempos são atualizadas ou modificadas, sendo uma necessidade profissional acompanhá-las. De acordo com Martinelli (1993), as mediações realizadas pelo profissional para “reconstruir o movimento do objeto” são construídas intelectualmente, ultrapassando o plano da aparência (imediato), no entanto, a construção das mediações também se dá apoiada no conhecimento crítico do real e se realizam através da intervenção da consciência. Importante considerar o perigo em supervalorizar as legislações pertinentes a cada política, já que elas envolvem somente a expressão da questão social, somente o imediato, e as mediações são importantes exatamente para a reconstrução do movimento da situação que chegou até o profissional assistente social, de forma a compreender não somente o aparente, mas as particularidades da situação.

Outras falas identificadas nas entrevistas foram em relação ao trabalho em equipe e da importância da união da categoria profissional para o seu fortalecimento:

[...] Eu acho que não existe trabalho de serviço social sem mediação a gente está sempre mediando, o médico com o enfermeiro, o enfermeiro com a psicóloga eu acho que sem mediação não há trabalho do serviço social. (S2)

[...] a gente vê as coisas que a gente quer mudar e a gente tem que ser aliado, porque sozinhos a gente não consegue. A categoria dos profissionais, eu acho que quanto mais gente participando mais forte é. (S8)

[...] A mediação do serviço social seria o conceito de mediação que a gente aprende no serviço social, o que seria do singular para o todo, seria por exemplo não para chamada da conversa só da família, mas por exemplo eu entendo dessa forma, seria por exemplo redes e tudo mais e muitas vezes

não, a gente chama só ali a mediação da família está havendo briga em família você chama só quem está envolvido. (S8)

Nestas falas a mediação recebe um significado que não é seu. O trabalho em equipe compreende a convivência entre diferentes profissionais, cada qual com suas atribuições e competência. A mediação nem sempre é somente o ato de intermediar uma situação entre um profissional e outro, ou mesmo em uma situação de conflito familiar. Da mesma forma, a questão do fortalecimento da categoria profissional, não desmerecendo sua importância e necessidade, ainda mais diante da cruel realidade vivenciada no cotidiano profissional. As falas demonstram a não apropriação por parte de alguns profissionais sobre o significado da mediação.

A totalidade, por sua vez, não compreende somente a rede local onde o usuário está inserido. Há que se considerar

A universalidade que é o plano em que residem as grandes determinações e leis de uma dada formação social, mas que no plano da imediatez o que se nos aparece são os aspectos singulares da vida cotidiana [...] na singularidade as mediações estão ocultas ao sujeito cognoscente e tanto a gênese histórica, quanto sua estrutura social estão submersas na facticidade; as coisas parecem não se conectar e têm um sentido em si próprias. A dialética entre o universal e singular processa-se através da particularidade, que no dizer de Lukács é um campo de mediações. É neste campo de mediações que os fatos singulares se vitalizam com as grandes leis da universalidade, e a universalidade se embebe da realidade do singular. (PONTES, 2002, p. 10)

Desta forma, há que se considerarem as grandes leis da universalidade que constituem a gênese da questão social, expressadas na singularidade que aparece no cotidiano profissional do assistente social, e que se processará na sua particularidade através das mediações. As expressões da questão social passarão a se conectar e deixarão de ter sentido em si próprias.

3.3.4 Intervenção *versus* Mediação Profissional

As desigualdades e os antagonismos que constituem a questão social estão em processos estruturais basilares, pois “a prosperidade do capital e a força do Estado estão enraizadas na exploração dos trabalhadores no campo e na cidade” (IANNI, 1989, p. 147). O autor cita alguns processos como o desenvolvimento extensivo e intensivo do capitalismo, as migrações internas de trabalhadores em busca de trabalho, terra, melhores condições de vida, a expansão contínua

da urbanização e da industrialização. Diante disso, as lutas sociais ocorrem de forma polarizada, por segmento de necessidade, ou seja, pelo acesso à terra, a saúde, a melhores condições de trabalho, pela educação.

Conforme a época e o lugar, a questão social mescla aspectos raciais, regionais e culturais, juntamente com os econômicos e políticos. Isto é, o tecido da questão social mescla desigualdade e antagonismos de significação estrutural. [...] Simultaneamente, há uma luta aberta e surda pela cidadania. Um vasto processo histórico-social por meio do qual entra em curso a metamorfose da população de trabalhadores em povo de cidadãos. Vista assim, em perspectiva histórica ampla, a sociedade em movimento se apresenta como uma vasta fábrica das desigualdades e antagonismos que constituem a questão social. (IANNI, 1989, p.147)

Inúmeras falas se reportaram a mediação enquanto garantia/acesso a direitos ou serviços:

[...] o poder público com aquela família que tá precisando acessar a medicação, o poder público que está longe de uma informação, estamos sempre mediando. (S2)

[...] eu acho que na verdade o trabalho em rede principalmente, de realmente fazer a mediação no sentido de primeira visita. Para a família as vezes tem uma criança que está no oitavo ano e ainda não sabe ler nem escrever então o problema não é só social mas também educacional então tentar fazer esta mediação todos os dias. A principal mediação que eu faço é dentro da rede. (S3)

[...] nós temos algumas mediações com os municípios que têm convênio e com o próprio município que tem aqui alguma troca de experiências com os profissionais, como temos um adolescente aqui seguindo uma medida, a gente tem que fazer mediação com os profissionais da cidade de onde ele vem (S4)

[...] as mediações é essa relação de esclarecer e de facilitar o entendimento com a previdência, de ter o retorno que muitas vezes não se tem. Então o objetivo é facilitar esta questão. (S5)

[...] Eu penso assim que eu hoje pra mim, ainda me falta alguma técnica, alguma metodologia, fundamentos, né, para o exercício mesmo dessa mediação, dessa intervenção com a família, eu preciso me qualificar. (S6)

[...] a gente tem procurado fazer é o que a gente tem disponível hoje aqui nesse espaço de trabalho, eu atendo então o trabalho com questão de benefícios eventuais então a materialidade da dor, precisa comida você oferece comida, você precisa providenciar um acesso para ele poder acessar um benefício na Previdência Social, para um auxílio material, auxílio-funeral, auxílio natalidade né aquela coisa bem forte que te faz assim, os encaminhamentos e a gente tem um programa muito forte que é o chamados PAIF que é um desafio atuar nele, é um desafio atuar nele no sentido de você realmente abranger o universo familiar, você abranger aquele contexto e com contexto bem de dor e sofrimento. Você tentar fazer com que a família olhe aquela situação, pense aquela situação procure encontrar alternativas para o

seu novo projeto de vida, esses pequenos elementos que me possibilitam fazer a mediação. (S6)

[...] eu vejo que o serviço social vem para intervir frente a estas ações e isto é uma forma de mediar dentro do serviço, a partir do fazer profissional. Então eu acho que é neste sentido que fizemos mediações a partir das demandas identificadas. (S7)

[...] na verdade nós trabalhamos muito com a mediação na família a mediação entre familiares. Seria a mediação mais jurídico a gente começa a todo um processo e faz a mediação chama os familiares conversa e entram em um acordo que é bem mediação jurídica e acaba por muitas vezes não dando conta de encaminhar para um outro órgão e fazer os devidos encaminhamentos. (S8)

[...] a gente está intervindo, tá mediando (S9)

[...] Nós aqui trabalhamos também no sentido da orientação no mercado de trabalho e inclusão no mercado de trabalho (S11)

A intervenção do assistente social é confundida com a mediação profissional, sendo que uma deveria ser resultante da outra. Guerra (1997) situa o cotidiano como espaço de realização de ações instrumentais e através da mediação a “instrumentalidade permite que as referências teóricas, explicativas da lógica e da dinâmica da sociedade, possam ser remetidas à compreensão das particularidades do exercício profissional e das singularidades do cotidiano” (p. 12).

Nem sempre existe a unidade entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. A atitude pragmática suprime as mediações teóricas e políticas, uma vez que é tomada pela imediaticidade do cotidiano. Heller *apud* Guerra (2013) no sentido de considerar que o pensamento cotidiano adquire conteúdo das situações concretas do dia a dia, dando-lhe respostas que garantam a sobrevivência dos sujeitos, confinando os homens a darem respostas instrumentais às situações apresentadas no cotidiano.

Neste sentido, se os usuários necessitam de *comida eles ganham comida, se necessitam remédio, ganham remédio*, como identificado nas falas dos sujeitos da pesquisa.

O pragmatismo é muito recorrente em profissões prático-interventivas pela condição na qual se inserem na realidade. Guerra (2013) inclui o Serviço Social na “concepção de que a verdade está nas consequências alcançadas como resultado da instrumentalidade dos sujeitos, isto é, da sua capacidade de solucionar situações prático-imediatas” (p. 44). Desta forma, o pragmatismo é uma forma de apreensão da aparência da expressão da questão social, que não contempla uma análise mais ampla da realidade que proporcione a compreensão da constituição da questão social, e a mediação, por sua vez, fica prejudicada ou inexistente.

3.4 TRABALHO COTIDIANO PROFISSIONAL: PROJETO PROFISSIONAL, POLÍTICAS SOCIAIS, PRAGMATISMO

Com o objetivo de desvelar qual o embasamento ético, técnico, político, teórico e metodológico utilizado no trabalho do Assistente Social identificou-se as seguintes categorias empíricas:

3.4.1 Autores e legislações do Serviço Social

Toda profissão possui uma história, uma razão de ser, um referencial teórico que a norteie, métodos e técnicas de trabalho, ou seja, um conhecimento já sistematizado. O Serviço Social possui uma herança conservadora, mas historicamente conseguiu romper com o pensamento conservador através de um acúmulo teórico e político que capacitou o profissional a “apreender a realidade além de sua aparência, em uma perspectiva histórica e de totalidade” (BARROCO, 2011, p. 215). Portanto, possuir um referencial teórico de conhecimentos é atributo essencial para uma profissão. Neste sentido, os sujeitos da pesquisa foram questionados sobre os referenciais teóricos que utilizam no cotidiano profissional mencionando alguns autores e obras:

[...] Tem um livro que me marcou muito que é O Serviço Social na Contemporaneidade da Iamamoto. Me retrato menos a ele, e mais a Maria Da Graça (S1)

[...] Referencial teórico minha cabeça é muito Iamamoto que é um clássico. Estou lendo um livro que eu comprei recentemente que é Dinâmicas De Grupo Aplicadas Ao Serviço Social. A Maria da Graça, fizemos um curso com ela recentemente e ela disponibilizou material bem legal (S2)

[...] Nos últimos tempos foi o que eu fiz o curso Maria da Graça. Fiz o curso de perícia, relatórios e questão (social). Busquei mais ela nos últimos tempos. (S3)

[...] Não tem como eu não falar da Iamamoto e Faleiros que é uma coisa que tu leu na faculdade que agora precisa retomar. (S4)

[...] A Iamamoto, que é lá da faculdade. A primeira autora que a gente tem o contato. Aí tem todos os demais, tem a Barroco que a gente analisa bastante também; (S5)

[...] Eu tenho pensado e utilizado o SUAS e a Iamamoto. Acredito que ela traz algumas contribuições, e a Sposati. (S6)

[...] Busco sempre a questão da Iamamoto, Martinelli. São essas assim que a gente mais se baseia no fazer profissional. O Código de Ética e a Lei de Regulamentação da Profissão também a questão do CEFESS (S7)

[...] O Código de Ética, eu acho que é o principal. Autores que a gente aprende, Iamamoto, Netto, e outros mais acho que no dia-a-dia, são bem poucos. (S8)

[...] A Iamamoto, usamos muito a Maria da Graça também nas questões de perícia (S9)

Foi identificada na fala de oito dos onze sujeitos participantes a autora Marilda Villela Iamamoto como um clássico para a profissão. Outros autores mencionados foram Vicente Faleiros, Aldaíza Sposati, Maria Lucia Silva Barroco, Maria Lúcia Martinelli e José Paulo Netto. Todos autores renomados no Serviço Social e responsáveis por importante adensamento teórico, metodológico, ético, político e técnico-operativo a profissão. Importante destacar a autora Iamamoto, que juntamente com Raul de Carvalho, em meados da década de 1980, possibilitaram uma efetiva interlocução do Marxismo com a profissão através da obra: *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*. Outra questão importante a ser considerada, são os autores referenciados, Netto, Barroco, Martinelli, Faleiros e a Iamamoto que adensam a discussão sobre os fundamentos do Serviço Social, o que demonstra uma aproximação dos sujeitos da pesquisa ao objeto pesquisado, sendo que em Sposati a discussão é mais direcionada a temática das políticas sociais.

Ressalta-se ainda, a verbalização de alguns sujeitos que a aproximação aos referidos autores se deu na graduação e que precisariam ser retomados, o que nos aponta que durante a formação o que é referenciado é guardado. Contudo, esses conteúdos precisam ser utilizados no cotidiano profissional:

[...] Não tem como eu não falar da Iamamoto e Faleiros que é uma coisa que tu leu na faculdade que agora precisa retomar. (S4)

[...] Tem um livro que me marcou muito que é *O Serviço Social na Contemporaneidade* da Iamamoto. Me retrato menos a ele mais a Maria Da Graça (S1)

A Formação Profissional, elemento constitutivo da profissão, portanto determinada e também determinante historicamente, teve em 1996 um Currículo Mínimo aprovado pela ABEPSS que apresentou as Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social. Além do estudo dos autores é importante entender a lógica da formação profissional que foi constituída por Núcleos de Fundamentos: Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social, Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e Núcleo de fundamentos do trabalho profissional. Os núcleos compreendem um “conjunto de conhecimentos indissociáveis para a apreensão da gênese, das manifestações e do enfrentamento da questão social, eixo fundante da profissão e articulador dos conteúdos da

formação profissional” (ABEPSS, 1996, p. 9). Interessante ressaltar que dos 11 sujeitos pesquisados, somente 3 se formaram entre os anos 2000 e 2005. Portanto 8 sujeitos tiveram a formação profissional baseados nas Diretrizes Curriculares homologadas no ano de 2001.

O currículo mínimo para os cursos de Serviço Social apresentou avanços no sentido de dar unidade entre método, teoria e história do Serviço Social, mesmo diante das alterações sofridas pelo MEC ao homologar o texto legal das Diretrizes Curriculares em 04/07/2001. Cardoso (2007, p. 52), reforça que esta unidade continua sendo um desafio para as instituições de ensino, assim como garantir a transversalidade da questão social nas disciplinas, a apreensão de categorias pertencentes à tradição marxista, o aprofundamento do conhecimento histórico do contexto socioeconômico e político brasileiro e a compreensão histórica da profissão embasada numa concepção crítica. À medida que profissionais verbalizam a necessidade de retomada de referenciais teóricos aprendidos na graduação, ou que não se reportam a estes referenciais se confirma o desafio apresentado por Cardoso (2007).

Partindo do pressuposto de que o Serviço Social somente pode ser compreendido no complexo processo de reprodução das relações sociais, e sendo a dimensão teórico-metodológica a possibilitadora desta compreensão através da incorporação do movimento da história, questiona-se: como o trabalho profissional está sendo desenvolvido, com pouca ou nenhuma mediação teórico-metodológica?

Eiras, Moljo e Santos (2012) explicitam também que a dimensão técnico-operativa da intervenção profissional “materializa em ações as concepções teórico-metodológicas e ético-políticas que orientam o profissional” (p. 119). Assim, o direcionamento e a finalidade da profissão em determinado momento histórico são determinados pelas dimensões teórico-metodológicas e ético-políticas e são materializadas pela dimensão técnico-operativa. As autoras ainda afirmam que “uma competência profissional se faz, necessariamente, nestas três dimensões” (p. 119), considerando por competência teórico-metodológica a forma como o profissional fundamenta e compreende a realidade, sendo que, quanto maior o adensamento teórico maiores serão as mediações e possibilidades de intervenção que traduzirão “[...] a intencionalidade e a direção social empreendidas na ação” (p. 121).

Outra autora muito citada como referência teórica pelos sujeitos da pesquisa para realização de perícias foi Maria da Graça Türck, Assistente Social, Doutora nesta área, trabalha nas áreas de consultoria, perícia social e cursos, nas instâncias de Família, Infância, Adolescência, Seguridade Social e Habitação²⁴. Conforme relato Türck trabalha numa

²⁴ Conforme acessado em <http://graturck.com.br/category/bibliografia-e-cursos-graturck/> dia 10/06/2019.

perspectiva crítica e já esteve em algumas oportunidades realizando curso sobre Perícia Social na região Celeiro.

Além dos autores um documento importante foi referenciado, como o Código de Ética do Assistente Social. Embora a Lei de Regulamentação da Profissão Lei N° 8.662, de 7 de junho de 1993, não fora citada ela dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências e menciona em seu art. 5º que se constituem atribuições privativas do Assistente Social: “IV - realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social” e nesse sentido compreende-se como importante é a realização de capacitações referentes a temática. No entanto o problema, como ressaltam Moljo e Silva (2018), não

[...] está na dimensão operativa (um aspecto absolutamente necessário), mas no seu culto unicamente técnico-instrumental, comandado prioritária ou até unicamente pelo “fazer profissional”, despido da qualificação intelectual. (p. 135)

À medida que as referências teóricas são reportadas à época de graduação, e não fazem parte do trabalho profissional o problema referido pelos autores se confirma, que pode ser expresso pelo termo “despir” muito apropriado, porque passa pela ideia que no momento de graduação o sujeito “se veste” da qualificação intelectual e em outro momento do trabalho profissional ele “se despe”, não sendo mais necessário e ou importante.

Ressalta-se que não é objetivo desta pesquisa avaliar ou julgar os autores citados, tampouco questionar os trabalhos e os cursos desenvolvidos. O que nos chama atenção é a análise dicotômica dos participantes entre teoria e prática referente a pouca aplicabilidade dos referenciais teóricos em seus cotidianos.

3.4.2 Legislações: saúde, habitação, sócio jurídico, Educação, SUAS, ECA, LOAS

Alguns relatos apontam para as legislações referentes às políticas sociais nas quais os participantes da pesquisa desenvolvem suas atividades, enquanto referencial teórico adotado:

[...] Dentro da gestão e dos atendimentos é mais na parte de lei, trabalho muito com o ECA, e com o LOAS, mas é muito a questão legal então tive que buscar conhecimento em leis de saúde, leis de habitação, leis de saúde, leis de educação. (S3)

[...] As resoluções por que mudam, são os meus referenciais teóricos. (S10)

[...] Não consigo ainda me distanciar muito do que diz o SUAS. Eu também carrego muito o que diz essa política. Pensar como ela está estruturada. Então também utilizo esse arcabouço de normativas. (S6)

[...] A Lei Orgânica LOAS muito, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Estatuto do Idoso. As leis. (S9)

Considera-se importante conhecer e seguir as legislações com as quais se trabalha, e inclusive questioná-las se houver necessidade. Contudo, é importante lembrar que elas são limitadoras, se usarmos somente as políticas sociais como referência para o trabalho profissional. A partir do momento que as legislações são apontadas como referenciais teóricos, deixa-se de lado o potencial transformador do trabalho profissional, que é justamente o arcabouço teórico-metodológico que fundamentará a leitura da realidade ampliando a cadeia de mediações e aumentando as possibilidades de intervenção.

Eiras, Moljo e Santos (2012) consideram por competência teórico-metodológica a forma como o profissional fundamenta e compreende a realidade, sendo que, quanto maior o adensamento teórico maiores serão as mediações e possibilidades de intervenção que traduzirão “[...] a intencionalidade e a direção social empreendidas na ação” (p. 121).

Historicamente o Estado além de ampliar o campo de atuação do assistente social diante do acirramento da questão social, também impulsiona sua profissionalização. As desigualdades e os antagonismos que constituem a questão social estão em processos estruturais basilares, pois “a prosperidade do capital e a força do Estado estão enraizadas na exploração dos trabalhadores no campo e na cidade” (IANNI, 1989, p. 147). Porém os processos como o desenvolvimento extensivo e intensivo do capitalismo, as migrações internas de trabalhadores em busca de trabalho, terra, melhores condições de vida, a expansão contínua da urbanização e da industrialização e que se transformam em lutas sociais, ocorrem de forma polarizada, por segmento de necessidade, ou seja, pelo acesso à terra, a saúde, a melhores condições de trabalho, pela educação.

[...] Conforme a época e o lugar, a questão social mescla aspectos raciais, regionais e culturais, juntamente com os econômicos e políticos. Isto é, o tecido da questão social mescla desigualdade e antagonismos de significação estrutural. [...] Simultaneamente, há uma luta aberta e surda pela cidadania. Um vasto processo histórico-social por meio do qual entra em curso a metamorfose da população de trabalhadores em povo de cidadãos. Vista assim, em perspectiva histórica ampla, a sociedade em movimento se apresenta como uma vasta fábrica das desigualdades e antagonismos que constituem a questão social. (IANNI, 1989, p. 147)

Desta forma, objetivando atender as necessidades dos usuários e assegurar seus direitos é que as políticas sociais passam a ser a mediação fundamental do trabalho do assistente social. (YAZBEK, 2018) Porém, uma das características das políticas sociais é justamente ser pensada de forma fragmentada “como se o social fosse a simples somatória de setores da vida, sem articulação [...] assumindo um caráter pontual e localizado” (YAZBEK, 2009b, p. 132-133). Desta forma, combate-se “[...] as manifestações da questão social sem tocar nos fundamentos da sociedade burguesa” (NETTO, 2001, p. 44).

Outra questão mencionada por Yamamoto (2015) é o importante o papel do Estado no sentido de unificar os interesses das frações e classes burguesas com a imposição e irradiação de seus interesses, valores e ideologias para o conjunto da sociedade. Desta forma “o Estado é capturado historicamente pelo bloco do poder, por meio da violência ou de cooptação de interesses” (p. 132).

Para Tonet (2007) a ordem social capitalista cria uma barreira em seu interior, pois a desigualdade nunca é inteiramente eliminada, por mais aperfeiçoado que seja o sistema de direitos. Os homens desta ordem social são formalmente livres, iguais e proprietários, ou seja, somente na dimensão jurídico-política, e não na dimensão social, pois esta dimensão é essencialmente limitada. A única possibilidade de superação da desigualdade social e da desumanização seria a efetiva liberdade humana, ou seja, a emancipação humana.

Nesse sentido Teixeira e Braz (2009, p. 190-191) enfatiza que a emancipação humana e referendada pelo Projeto Ético Político do Serviço Social, composto de elementos constitutivos, sendo eles a explicitação de princípios e valores ético-políticos, uma matriz teórico-metodológica, a crítica radical à ordem social vigente (sociedade do capital) e as lutas e posicionamentos políticos absorvidos pela categoria profissional. Os autores citam como elementos constitutivos do projeto: a produção do conhecimento no interior do Serviço Social e as instâncias político-organizativas da profissão, ou seja, a produção do conhecimento no interior do Serviço Social através de processos reflexivos do trabalho profissional, da dimensão investigativa da profissão com análise teórico-crítica. A dimensão jurídico-política da profissão, constituindo seu arcabouço legal e institucional. Distinguem também o aparato mais abrangente constituído da Constituição Federal de 1988 e das leis relacionadas com os diversos espaços ocupados por assistentes sociais nas diversas políticas públicas, como o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e a Lei Orgânica da Saúde – LOS, por exemplo, assim como um aparato jurídico-político da categoria profissional dos assistentes sociais como o código de ética atual, a Lei que Regulamenta a Profissão Lei nº 8662/93 e as Diretrizes Curriculares dos

Cursos de Serviço Social (ratificado na Assembleia Nacional da ABEPSS no ano de 1996, e estabelecido pelo MEC com prejudiciais alterações em 2002).

Desta forma, balizados pelo projeto profissional que é norteado por um projeto de sociedade transformador, os profissionais imprimem uma determinada direção social através de seu trabalho profissional. Neste sentido, Yasbek (2009) afirma que o assistente social interfere nas relações sociais que fazem parte do cotidiano da população usuária, seja no “caráter de enquadramento disciplinador” ou no “fortalecimento dos projetos de lutas das classes subalternizadas” (YAZBEK, 2009, p. 136).

O desafio consiste em identificar as possibilidades de trabalho que vão de encontro ao projeto profissional hegemônico da categoria das/os assistentes sociais, uma vez que o assistente social possui uma “relativa autonomia” respaldado juridicamente na regulamentação da profissão, na formação universitária e no código de ética profissional (IAMAMOTO, 2015).

3.4.3 Trabalho cotidiano: Embasamento teórico Pragmático

O embasamento teórico no trabalho cotidiano verbalizado pelos sujeitos expressam como frágil ou quase inexistente, bem como, as referências teóricas, embora alguns sujeitos reconhecem a falta deste referencial, conforme relatos a seguir:

[...] Fico naquele trabalho do dia a dia e não estudando muito. (S9)

[...] À vezes me sinto meio perdida como profissional na instituição. (S1)

[...] Na hora de fazer relatório, eu sinto que faço relatórios muito fracos. (S3)

[...] Não lembro de nenhum autor da minha área ou de outra que eu gostaria de ler. A maioria das coisas que pesquiso é rapidinho, e não me fixo tanto. (S11)

Precisa-se retomar a compreensão sobre os fundamentos da profissão. Considera-se que é através da história da sociedade que temos a possibilidade de apreensão do modo de pensar e de trabalhar do Serviço Social, incorporados ao longo do seu desenvolvimento. Assim sendo, o “Serviço Social como uma totalidade histórica, ou complexo de determinações, inserido no movimento real totalizante de uma determinada formação social” (CARDOSO, 2007, p. 33), transforma o que o determina e ao mesmo tempo é transformado enquanto profissão.

Ao discutir a questão da metodologia no Serviço Social Iamamoto (2007) destaca a necessidade de considerar como o Serviço social surge e se expande como profissão na divisão

social do trabalho como parte de uma estratégia de classe e como um tipo de ação social de cunho essencialmente político, através de atividades rotineiras, burocráticas, descontínuas, e entrega de “benefícios sociais”, muitas vezes aparentando para a sociedade ser um profissional que faz o que qualquer um poderia fazer. A metodologia para o Serviço Social é compreendida como uma forma de

[...] conhecer o ser social historicamente dado – a sociedade burguesa -, o qual orienta uma modalidade de se intervir na vida social, segundo projetos sócio-políticos, respondendo a demandas profissionais postas pela sociedade. Ressalta-se a importância de sustentar uma perspectiva teórico-metodológica que [...] afigura-se como uma matriz de explicação da vida social, dispondo de um acervo heurístico para ler a sociedade e para iluminar a ação nessa sociedade. (IAMAMOTO, 2015, p. 176)

A teoria, por sua vez, é a reconstrução a nível do pensamento, de todo o movimento do real, considerando todas as contradições, as relações estabelecidas e suas múltiplas determinações, que somente é possível através do uso de metodologias. Dessa forma,

[...] a prática social não se dá a conhecer na sua forma imediata: o ser social se expressa através de mediações. Deriva daí a necessidade e a exigência metodológica de se apreender a sociedade capitalista nas suas múltiplas determinações e relações, como uma totalidade. (IAMAMOTO, 2015, p. 178)

Desta forma, com o cotidiano profissional esvaziado de referências teóricas, conforme identificado na pesquisa, as dimensões teórico-metodológica e ético-políticas ficam comprometidas. Heller (1992) afirma ser muito característico da vida cotidiana o

[...] manejo grosseiro do “singular”. [...] Para podermos reagir, temos de subsumir o singular, do modo mais rápido possível, sob alguma universalidade; temos de organizá-lo em nossa atividade cotidiana, no conjunto de nossa atividade vital; em suma, temos de resolver o problema. Mas não temos tempo para examinar todos os aspectos do singular, temos de situá-lo o mais rapidamente possível sob o ponto de vista da tarefa colocada. (p. 35)

Heller (1992) situa ainda a vida cotidiana no centro da história. Os fatos acontecem no cotidiano e a assimilação do passado da cotidianidade também, mesmo de forma inconsciente pelo indivíduo: “A vida cotidiana é a vida do indivíduo [...]. As necessidades humanas tornam-se conscientes, no indivíduo, sempre sob a forma de necessidades do *Eu*” (HELLER, 1992, p. 20). Dessa forma, necessariamente o indivíduo é um ser particular e um ser genérico. Os seres humanos se distinguem do restante das espécies animais pela possibilidade de pensar, e a partir

disso, da busca da satisfação de suas necessidades. Cada indivíduo com sua particularidade, mas ainda pertencente a espécie humana.

Respostas precisam ser dadas pelo profissional no cotidiano onde trabalha. Durante muitos anos o assistente social foi tido como técnico, preocupado em dar respostas pontuais a determinado aspecto da realidade com o qual trabalhava. Atualmente busca uma condição de intelectual com competência técnica (IAMAMOTO, 2015), reforçando necessidade da indissociabilidade entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

Desta forma torna-se possível identificar as possibilidades de trabalho que vão de encontro ao projeto profissional hegemônico da categoria das/os assistentes sociais, uma vez que o assistente social possui uma “relativa autonomia” (IAMAMOTO, 2015) respaldado juridicamente na regulamentação da profissão, na formação universitária e no código de ética profissional. Assim, com um frágil referencial teórico o “peso do poder institucional” impossibilitará o trabalhador estabelecer livremente suas prioridades, seu modo de trabalhar, de acessar todos os recursos necessários, de direcionar o trabalho exclusivamente segundo suas intenções. E nesse sentido a elaboração do Projeto de Trabalho Profissional do Assistente Social na instituição onde trabalha é um instrumento importante. Sobre isso, somente uma profissional das onze entrevistadas possuía Projeto de Trabalho Profissional, tendo fornecido para análise documental. O referido documento é bem sistemático, não possui embasamento teórico, mas observa-se um esforço no sentido de realizar uma análise crítica da conjuntura social, econômica e política atual. No documento define o objeto da intervenção, objetivos, metas, indicadores e avaliação, referente a cada princípio do código de ética profissional.

Sobre o embasamento teórico, Yazbek (2018) apresenta as principais matrizes do conhecimento e da ação do Serviço Social brasileiro, bem como suas tendências. Lembra que no discurso pós-moderno, há o ocultamento da ordem do capital e a dominação pela burguesia, assim como a

[...] recusa a abrangência das teorias sociais com suas análises totalizadoras e ontológicas sustentadas pela razão e reitera a importância do fragmento, o intuitivo, do efêmero e do microssocial, restaurando o pensamento conservador e antimoderno. (YAZBEK, 2018, p. 76)

Nesta direção Barroco (2011, p. 207) cita Chauí e Harvey quando estes se referem a “era pós-moderna”, ou seja, o pensamento dominante no capitalismo realiza um movimento de justificativa das transformações ocorridas na vida das pessoas pelo capital. A realidade passa a ser fragmentada e centrada no presente, não se resgata o passado através da história, tampouco

se pensa no futuro. O individualismo é uma constante num contexto penetrado pela violência, pela repressão dos trabalhadores, da criminalização dos movimentos sociais, da pobreza e da militarização da vida cotidiana. O conservadorismo tem encontrado possibilidades de reatualização no cotidiano profissional dos sujeitos participantes da pesquisa.

O embasamento teórico pragmático identificado na falas dos sujeitos participantes da pesquisa revela que o conservadorismo nunca esteve ausente da profissão e se alimenta no tempo presente por determinações societárias que irão fortalecer seu avanço (BOSCHETTI, 2015) O contexto de precarização das relações trabalhistas, da formação profissional, e a retração dos investimentos em políticas públicas devido à crise fiscal, favorecem a reatualização do conservadorismo, o que se evidencia na

[...] falta de preparo técnico e teórico, pela fragilização de uma consciência crítica e política, o que pode motivar a busca de respostas pragmáticas e irracionais, a incorporação de técnicas aparentemente úteis em um contexto fragmentário e imediatista. A categoria não está imune aos processos de alienação, à influência do medo social, à violência, em suas formas subjetivas e objetivas. Isso coloca um imenso desafio ao projeto ético-político, na medida em que a sua viabilização não depende apenas da intencionalidade dos profissionais, tendo em vista as suas determinações objetivas, nem se resolve individualmente. Além disso, não podemos ignorar que o conservadorismo tem raízes históricas na profissão: para parcela da categoria, trata-se de uma opção política conscientemente adotada. Nesse sentido, a conjuntura pode favorecer a sua reatualização, sob novas roupagens e demandas. (BARROCO, 2011, p. 212-213)

A ofensiva neoliberal vem produzindo efeitos avassaladores na vida da classe trabalhadora que observa diariamente o aumento do desemprego e em contrapartida o sucateamento dos serviços públicos, sua privatização, a restrição a direitos “garantidos” constitucionalmente. Iamamoto (2017) ressalta que além da crise econômica o Brasil vive uma crise política, com governos abrindo passagem para o radicalismo de direita, coma reforma da Previdência que penaliza os trabalhadores com o aumento do valor de contribuição, aumento do tempo de trabalho e aumento da idade mínima para aposentadoria.

As expressões da questão social que se apresentam para a categoria profissional refletem esse panorama em quantidade e na gravidade das situações que se apresentam. Esta questão fica muito evidente conforme relato de um participante quando verbaliza que [...] são poucos os referenciais teóricos que a gente aplica no dia-a-dia, principalmente quando só se apaga fogo. (S8). Neste sentido Barroco (2011) sinaliza que os assistentes sociais não estão imunes aos processos de alienação devido às determinações objetivas do trabalho profissional, e também que estas

condições objetivas podem favorecer a reatualização do conservadorismo, inclusive de forma consciente por parte dos sujeitos.

Identificou-se ainda o acesso a referenciais teóricos através da internet. Embora este recurso seja de extrema importância para a publicização do conhecimento produzido pela categoria profissional através da pesquisa, pode tornar-se um disseminador de conteúdos sem propriedade científica. Um dos sujeitos refere-se ter como critério o acesso online aos conteúdos, através de um determinado site atribuindo a ele artigos atualizados. Outros procuram por temáticas diferenciadas, conforme suas demandas:

[...] Baixo bastante conteúdo em sites a respeito do assunto que eu procuro para ter mais subsídios. (S4)

[...] Busco online da revista SCIELO, que são aqueles que vêm do forno, porque são construídos por acadêmicos que estão estudando cotidianamente. (S7)

[...] Busco artigos para saber o que o serviço social faz na intervenção com a família, e quase não encontrei nada. (S7)

Neste sentido, a atitude pragmática, suprime as mediações teóricas e políticas, uma vez que é tomada pela imediatividade do cotidiano. Heller (*apud* GUERRA, 2013) no sentido de considerar que o pensamento cotidiano adquire conteúdo das situações concretas do dia a dia, dando-lhe respostas que garantam a sobrevivência dos sujeitos, confinando os homens a darem respostas instrumentais às situações apresentadas no cotidiano.

Na análise dos Estudos Sociais repassados pelos sujeitos da pesquisa, foi identificado que em nenhum dos sete havia embasamento teórico, sendo que um deles fez referência ao Estatuto do Idoso e a Lei Orgânica da Assistência Social. Em seis dos documentos é possível identificar a expressão da questão social que está sendo trabalhada e em um dos documentos o conteúdo elaborado não se caracterizava como de competência do assistente social.

Os conteúdos dos documentos relatam pontualmente as condições concretas de vida dos usuários que dizem respeito ao direito que os profissionais estão buscando garantir, remetendo a um trabalho fragmentado e imediatista. Identificou-se, também, que em seis dos documentos os princípios éticos fundamentais foram respeitados e em um documento ficou explícito os juízos de valor de um profissional e o cerceamento do acesso a um direito em decorrência destes.

Suprimindo as mediações teóricas e políticas, torna-se impossível a compreensão da realidade como totalidade em movimento onde “cada parte deste complexo constitui-se num

outro complexo que se articula aos demais por meio de múltiplas mediações” (PONTES, 2002, p. 8). Assim sendo, o autor resgata as determinações dialéticas da mediação e cita Marx (1982) para apreender que os complexos totais se dão a partir de muitas aproximações, por isso o concreto que se apresenta no pensamento como processo de síntese é o resultado e não o início do modo de ser dos complexos totais. À medida que se pesquisam assuntos específicos não se possibilita a apreensão do início do modo de ser dos complexos totais, e sim a sua síntese. Configura-se uma “busca de respostas pragmáticas e irracionalistas, a incorporação de técnicas aparentemente úteis em um contexto fragmentário e imediatista” (BARROCO, 2011, p. 212).

Também ficou evidente um embasamento teórico e metodológico acerca de temas referentes ao trabalho profissional na Instituição, cujo material utilizado é elaborado e disponibilizado pela própria instituição onde os sujeitos trabalham. Um dos sujeitos se refere à necessidade de criação de instrumentos no trabalho profissional porque as teorias não lhe dão suporte:

[...] Não tem nada pronto, tudo isso tem que criar. Não tem suporte para auxiliar [a intervenção] dentro de teorias (S10)

[...] Produções elaboradas dentro da própria Instituição porque as produções são muito poucas, quase nada. É material de quando tu ingressa no concurso. (S5)

O pragmatismo é uma forma de apreensão da aparência da expressão da questão social, que não contempla uma análise mais ampla da realidade que proporcione a compreensão da constituição da questão social. Forti e Guerra (2010, p. 6) alertam para o fato de que a “visão da prática que nega a propriedade da teoria ou a negligência, torna-a mera experiência irrefletida e desconexa de conhecimentos essenciais, restrita ao âmbito do senso comum”. Partem desse raciocínio para vislumbrar uma realidade obscurecida por ações repetitivas e irrefletidas, caso os profissionais não imprimam ao exercício profissional a necessidade de conhecimento qualificado, além do seu constante aprimoramento. À medida que a sociedade de classes não é questionada, as expressões da questão social com as quais os assistentes sociais trabalham cotidianamente são compreendidas como “se essa ordem fosse regida por leis naturais, desistoricizada, [...] inquestionável e insuperável” (p. 13) inviabilizando uma intervenção “crítica, criativa e propositiva”, num caminho oposto ao proposto no Projeto Ético Político da profissão.

Desta forma, situar o trabalho profissional somente dentro do que a instituição proporciona de referencial, ou mesmo, procurar instrumentos prontos à intervenção limita as

possibilidades de mediação. Martinelli (1993) considera a mediação como categoria instrumental pela qual se processa a operacionalização do trabalho profissional. “As mediações são expressas pelo conjunto de instrumentos, recursos, técnicas e estratégias que o profissional toma conhecimento para poder penetrar nas tramas da realidade como possibilidade de transformá-la” (p. 139).

Yasbek (2009) também situa o assistente social como mediador da relação entre o Estado, as instituições e as classes subalternas, considerando as políticas sociassistenciais como espaços contraditórios, onde ocorre tanto o controle e o enquadramento dos subalternos, como também a luta e a tensão por parte da população pela criação de condições de sobrevivência material. Yasbek (2009) afirma ainda que o assistente social interfere nas relações sociais que fazem parte do cotidiano da população usuária, seja no “caráter de enquadramento disciplinador” ou no “fortalecimento dos projetos de lutas das classes subalternizadas” (p. 136). Em uma perspectiva pragmatista o trabalho profissional do assistente social inevitavelmente produzirá

[...] O culto logicista do momento presente, o fim das transformações universais, a negação e qualquer discurso emancipatório/libertador, a defesa do único, do peculiar e da subjetividade, a ênfase nos discursos e nas linguagens dos sujeitos individuais, a absoluta ausência de lutas permeadas pela classe social e a clara ênfase em identidades múltiplas que desembocam na defesa do ecletismo em nome da liberdade do indivíduo e do “pluralismo”, como conciliação ou convivência dos irreconciliáveis. (MOLJO; SILVA, 2018, p. 138-139)

3.5 LIMITES E AS POSSIBILIDADES DO TRABALHO PROFISSIONAL NA REGIÃO CELEIRO DO RIO GRANDE DO SUL

Com o objetivo de evidenciar os limites e as possibilidades do trabalho profissional na Região Celeiro do Rio Grande do Sul, os sujeitos da pesquisa foram questionados referente aos limites identificados no seu cotidiano profissional com características do Serviço Social que remetem a sua gênese:

[...] Os limites ainda vejo que a profissão precisa muito ser desconstruída. Vejo que já desconstruí muito tabu, que assistente social era pra lidar só com pobre, com bolsa família. Eu entrei por um contrato aqui e permaneci pelo concurso então a gente vê o sinal que a gente ganhou necessidade de ter um assistente social. Eu acho assim a gestão pública precisa perceber que a profissão não tá aqui pra incomodar, não tá pra dar despesa, quando a gente

reporta ao judiciário precisa encaminhar uma família para o acolhimento, muitas vezes é rotulada como gastadora de dinheiro no município. Ainda a gente tem muito limite nesse sentido. (S2)

[...] Os maiores limites é eu dizer um não e os usuários conseguirem entender. Entender que não estou dizendo por que não gosto do usuário, ou pelo prefeito, ou vereador mas sim pela lei, pelo conselho. Eu fiz uma faculdade eu não sou CC²⁵ que tem que estar batendo em portas e pedindo favores. Meu maior limite é esse. (S3)

[...] uma questão que limita é a questão financeira, para eu trabalhar com as crianças depende de doações. Nós não temos recursos próprios para fazer uma oficina ou qualquer atividade, precisa-se de recursos até de folha de ofício se precisa de doação. (S4)

As falas dos sujeitos da pesquisa remetem a gênese da profissão no que diz respeito a visão, tanto dos empregadores quanto a dos usuários, do Serviço Social vinculado ao trabalho com a pobreza no sentido de suprir a necessidade básica das pessoas como citado na fala do sujeito 2: “que a profissão é só para lidar com pobre, com bolsa família” e quando o profissional realiza outros encaminhamentos é rotulado como “gastador do dinheiro do município”.

Na fala do S3 foi identificada a visão do trabalho como favor e não como política pública baseada em leis. A história do Serviço Social acompanha as conquistas da população enquanto cidadãos no que refere a Constituição Federal de 1988, a LOAS²⁶, o SUAS²⁷, todos legitimando a assistência social enquanto direito, mas a visão do profissional como intermediário de uma relação paternalista permanece.

O sujeito 4 relatou a necessidade de doações para a realização do trabalho o que também remete aos primórdios da profissão, reforçando o caráter voluntarista, caritativo e filantrópico. À medida que não se possui o mínimo para o trabalho como relata: “até de folha de ofício se precisa de doação” existe um comprometimento direto no planejamento das ações interferindo na capacidade teleológica do profissional, já que não se tem os meios necessários para o alcance da finalidade pretendida.

Historicamente a generalização da pobreza é identificada como resultado do desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana, resultando na constituição de classes antagônicas, sendo elas a classe trabalhadora/proletariado e a classe burguesa/burguesia. A questão social aflora neste momento.

²⁵ “CC” é abreviação utilizada para o termo cargo de confiança.

²⁶ Lei Orgânica da Assistência Social - **Lei nº 8.742, de 7 de setembro de 1993.**

²⁷ Sistema Único de Assistência Social.

A questão social diz respeito ao conjunto das expressões de desigualdades engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho – das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. [...] expressa, portanto, disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características ético-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal. [...] Esse processo é denso de conformismos e resistências, forjados ante as desigualdades, expressando a consciência e a luta pelo reconhecimento dos direitos sociais e políticos de todos os indivíduos sociais. (IAMAMOTO, 2001, p. 17)

O Serviço Social no Brasil afirma-se como profissão num processo histórico iniciado a partir da década de 1920. Nasce atrelado às ações sociais de alguns grupos, em especial os vinculados às práticas religiosas da Igreja Católica, na assistência aos pobres e desamparados, de modo voluntarista, caritativo e filantrópico, de caráter positivista-funcionalista. Portanto, o Serviço Social nasce das demandas existentes de uma sociedade dividida em classes antagônicas e geradora de pobreza.

Conforme Guerra (1995), na teoria social de Marx, toda forma de objetivação humana carece de meios, instrumentos e modos específicos para se concretizar. Desta forma, “o primeiro ato histórico reside na atividade dos homens direcionada à construção dos meios capazes de propiciar o atendimento da necessidade que os mobiliza” (p. 161).

As questões estruturais foram identificadas como limites pelos sujeitos da pesquisa, conforme relatos a seguir:

[...] de limites estruturais eu vou lhe dizer que poderia ser o quê uma cadeira melhor, um carro, um motorista. (S6)

[...] Um dos limites e a carga horária que dificulta um pouco as demandas, devia ter mais disponibilidades de horas para você efetuar mais o teu trabalho. (S11)

[...] para fazer uma visita, como eu trabalho na saúde, os carros tão sempre fazendo a prioridade, que é levar fazer exame, é levar fazer consulta, a gente não consegue trabalhar muito a prevenção porque sozinha tu não consegue fazer muita coisa. (S9)

A falta de materiais básicos para o trabalho compromete a mediação como categoria instrumental pela qual se processa a operacionalização da ação profissional: “As mediações são expressas pelo conjunto de instrumentos, recursos, técnicas e estratégias que o profissional toma conhecimento para poder penetrar nas tramas da realidade como possibilidade de transformá-la” (MARTINELLI, 1993, p. 139).

Os meios de trabalho são fornecidos pela instituição pública, privada ou organização não governamental onde o profissional for trabalhar. A condição de assalariado o remete a relação de trabalho que estabelecerá com os empregadores. Também “[...] definem a particularização e atribuições consoante as normas que regulam o trabalho coletivo [...] e recortam as expressões da questão social que podem se tornar matéria da atividade profissional” (IAMAMOTO, 2015, p. 218).

Neste sentido, as condições materiais e estruturais para o trabalho são fornecidas pelo empregador e a falta destas condições reflete diretamente na qualidade do trabalho realizado. Guerra (1995) refere que na teoria social de Marx, toda forma de objetivação humana carece de meios, instrumentos e modos específicos para se concretizar. Desta forma, “o primeiro ato histórico reside a atividade dos homens direcionada à construção dos meios capazes de propiciar o atendimento da necessidade que os mobiliza” (p. 161). O empregador oferece a estrutura e os recursos conforme a “necessidade que os mobiliza” e à medida que oferece precariamente a estrutura e os recursos para o desenvolvimento do trabalho do assistente social vai-se de encontro a fala do sujeito 9 quando ele refere que a saúde é prioridade para o empregador.

O tripé da seguridade social²⁸ prevê assegurar direitos relativos a saúde, a assistência social e a previdência social, com características distintas mas não prevê prioridade nos serviços. No entanto, entende-se que a saúde está diretamente relacionada às condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer e tantos outros, e que a assistência social prestada justamente para as pessoas que não tem acesso às condições citadas refletiria numa melhor qualidade de vida e condição de saúde.

A falta de reconhecimento/valorização da profissão e de conhecimento do que é competência do trabalho do assistente social foi outro limite evidenciado na pesquisa:

[...] Meus limites profissionais acho que é a questão da visualização pelos outros profissionais que me rodeiam, muitas vezes eles me limitam em algo que não poderiam, me sinto as vezes sem o real reconhecimento. Eles não visualizam o serviço social, acham que qualquer pessoa pode fazer esse trabalho o que não é bem assim. (S1)

[...] essa questão mesmo do próprio instituto te reconhecer enquanto profissional aqui dentro, porque você faz o concurso, se tem a necessidade do profissional e a partir do momento que você está aqui a própria casa não te dá aquele devido valor que tu deveria ter e a importância do teu trabalho. (S5)

²⁸A seguridade social é definida na Constituição Federal, no artigo 194, caput, como um “conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social”.

[...] O maior é de colocar para as pessoas como o serviço social atua. Eu tenho que dar o meu posicionamento me posicionar frente àquela situação e nem sempre meu posicionamento é acatado, esse é meu maior limite dentro da entidade. (S7)

[...] São bastante, os limites, as dificuldades de entendimento, as vezes até da população que procura, as vezes por vínculo, ou às vezes assim, você resolve uma situação e aí então, um vizinho comentou que lá existe o profissional tal, e as pessoas em geral, muitas vezes não tem bem claro qual seria o trabalho do CREAS, o que é o trabalho do CRAS, o que é o trabalho da assistência, e aí então a gente encaminha, mas a principal dificuldade é da gestão, é bem claro que o que seria a atribuição o que não seria a atribuição. S8

[...] Acredito que falta reconhecimento do serviço social e acredito que isso seja mais local porque a APAE de Três de Maio tem dois psicólogos, dois assistentes sócias, dois pedagogos. (S11)

Pressupõe-se que para haver o reconhecimento é preciso primeiro haver o conhecimento. À medida que os próprios sujeitos da pesquisa relatam: “eles não visualizam o serviço social [...] acham que qualquer pessoa pode fazer esse trabalho” (S1) e “colocar para as pessoas como o serviço social atua” (S5) reforça a ideia de falta de conhecimento do que é o Serviço Social. Somente com a apreensão dos fundamentos da profissão é que os assistentes sociais vão ter domínio dos conteúdos de sua área específica de conhecimento e conseguirão exprimir o significado da profissão através do trabalho profissional, seja para os empregadores, para usuários ou para os colegas de trabalho.

A fragilidade na apreensão dos fundamentos do Serviço Social foi identificada pelo sujeito 6 como um limite para o trabalho do assistente social:

[...] Eu acho que um ponto que é importante um pouco uma fragilidade minha que é essa que eu tenho que buscar qualificação e me aperfeiçoar um pouco mais nessa questão dos fundamentos, também do trabalho social com essas famílias. (S6)

Santos (2013) afirma que as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa são como unidade na diversidade, ou seja, mesmo tendo cada uma sua identidade elas se relacionam entre si, são interligadas e se complementam. Na fala do sujeito 10 foi identificada a falta de compreensão dos fundamentos do Serviço Social:

[...] Esbarra sempre na questão de documentos, que nem na comunidade terapêutica são vários itens que a gente precisou criar, e a gente sempre teve essa orientação de que o serviço social é igual em todas as instituições e não é. Então esse é o meu limite que as vezes em quando poderia ter mais pra gente, suportes e não tem e onde a gente vai buscar isto? (S10)

Os fundamentos do Serviço Social compreendem as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa e conforme Eiras, Moljo e Santos (2012) “uma competência profissional se faz, necessariamente, nestas três dimensões.” (p. 119), considerando por competência teórico-metodológica a forma como o profissional fundamenta e compreende a realidade, sendo que, quanto maior o adensamento teórico maiores serão as mediações e possibilidades de intervenção que traduzirão “[...] a intencionalidade e a direção social empreendidas na ação” (p. 121).

A competência ético-política está explícita no Código de Ética do Assistente Social e na Lei que Regulamenta a profissão (Lei nº 8662/1993), e conforme Lewgoy (2010) a dimensão ético-política precisa estar atenta à finalidade da ação e do compromisso profissional, pois é elemento mediador constituído por postura crítico-investigativa sobre os fundamentos e os sentidos atribuídos aos conteúdos, ao método, aos objetivos, tendo como referência a afirmação dos direitos. E ainda conforme Lewgoy, ambas as dimensões se atrelam à técnico-operativa, que, caracterizada pelo domínio dos conteúdos de sua área específica de conhecimento, é uma instância de passagem que permite a realização da trajetória da concepção da ação à sua operacionalização (LEWGOY, 2010).

Portanto, a criação de documentos como menciona o sujeito 10 compreende a dimensão técnico-operativa e remete às competências instrumentais pelas quais a profissão é reconhecida e legitimada, sendo nesta dimensão inseridos os instrumentos e técnicas da intervenção profissional, embora não sejam os únicos elementos constitutivos desta dimensão (GUERRA, 2012).

Desta forma, contrapondo a fala do sujeito 10, ressalta-se a existência de um Serviço Social no Brasil, com referenciais teórico-metodológicos, com uma lei que regulamenta a profissão e um código de ética que compreendem um Projeto Profissional que ancora o trabalho e a formação profissional e representa uma espécie de acordo entre a maioria dos profissionais, neste caso as/os assistentes sociais, referente a “[...] uma imagem ideal da profissão, os valores que a legitimam, sua função social e seus objetivos, conhecimentos teóricos, saberes interventivos, normas, práticas etc.” (NETTO, 2007, p. 147).

À medida que os assistentes sociais se apropriam deste respaldo jurídico, através da lei que regulamenta a profissão e do código de ética, e dos subsídios que a formação universitária e permanente proporcionam, as possibilidades de trabalho são encontradas, mesmo diante das adversidades cotidianas enfrentadas pelos profissionais como os limites identificados nas entrevistas:

[...] primeiro precisa gostar do trabalho e não só cobrar. A gente na formação escuta muito: direitos, direitos, direitos, cobrar, cobrar, cobrar, e a gente esquece que a gente primeiro precisa mostrar para que veio, depois cobrar. Eu acho que quando eu entrei aqui [na instituição] eu fiz um pouco disso, mostrei como eu era, como poderíamos fazer. No início qualquer problema de família a agente de saúde ligava, começou a ter formação, proximidade com a equipe e a equipe hoje percebe quais são os casos que o serviço social deve atuar. Teve um crescimento muito bom. (S2)

[...] Tenho umas ideias meio loucas, e falo para secretaria e ela diz: Se tem verbas e tu acha vai dar certo, vamos lá! (S3)

[...] As possibilidades, na verdade, é tudo uma mudança, tá sempre mudando muito, então a gente tem que tentar se reinventar também aqui dentro. Barreiras são muitas agora e se tu não buscar no teu cotidiano, se reinventar na tua forma de atender, tu não consegue fazer muita coisa. O INSS é restrito em termos de atuação, ele é específico e dentro disso tudo tu tem que se achar e se colocar, mas sempre como objetivo, sempre trabalhando com o usuário, com a população, sempre em contato com o público mesmo. (S5)

[...] a possibilidade é você conseguir fazer, ter essa empatia com os nossos usuários. Possibilidade de criação de vínculos. Possibilidade de uma boa interlocução com as políticas públicas. (S6)

[...] as possibilidades eu vejo que o serviço social pode atuar muito não só no atendimento da criança e adolescente dentro da entidade na família, que hoje a gente não faz acompanhamento, mas faz atendimento de caráter mais pontual de uma maneira mais individual. (S7)

Importante considerar a dura realidade posta aos trabalhadores na atualidade, que convivem com a precarização do trabalho, fruto das novas configurações e manifestações resultantes da efetivação das políticas neoliberais, da crise de acumulação e da contrarreforma do Estado. O assistente social, trabalhador assalariado, sente esta realidade massacrante no seu cotidiano de várias formas. Raichelis (2011) cita as atividades burocráticas e repetitivas da rotina profissional do assistente social, e o conseqüente afastamento por parte do profissional do trabalho direto com a população, dificultando o estabelecimento da chamada criação de vínculo entre o profissional e o usuário que exigem um acompanhamento contínuo. Esta rotina institucional acaba interferindo na essência da profissão de Serviço social, “fragilizando o trabalho direto com segmentos populares em processos de mobilização e organização, e o desenvolvimento de trabalho socioeducativo numa perspectiva emancipatória” (RAICHELIS, 2011, p. 433).

Neste sentido a pesquisa identificou na fala de vários sujeitos a possibilidade de trabalho do assistente social vinculada exatamente ao trabalho direto com a população usuária dos serviços, seja no sentido da realização de grupos para orientações, de criação e vínculo, de se reinventar no serviço mostrando a necessidade e importância da profissão sempre vinculado ao

contato direto com o usuário. Ao mesmo tempo verbalizam que a possibilidade do trabalho ainda está relacionada a necessidades materiais básicas para o desenvolvimento efetivo do trabalho do assistente social:

[...] As possibilidades... seria bem interessante se eu tivesse completa a equipe mínima²⁹ do CREAS, porque agora a gente não conta com toda a equipe. (S8)

[...] a gente queria ter um carro para o NAAB, poderíamos fazer o NAAB itinerante, que é ir no interior. Tem muitas pessoas com problema de saúde mental, que não conseguem vir porque não tem transporte, e daí a gente tá indo nas comunidades, só que se tu não tem carro não tem como. (S9)

Outra questão que surgiu foi a captação de recursos financeiros, como possibilidade para o trabalho profissional:

[...] Eu vejo assim, trabalhar mais na questão de recursos para entidades, de captação de recursos para projetos das demandas que são identificadas no cotidiano de trabalho. (S7)

[...] poderia captar mais recurso porque abre um edital e você tem um certo prazo para executar e as vezes você não consegue. (S11)

Na discussão referente ao trabalho dos assistentes sociais em ONGs, Duarte (2010, p. 70) afirma que historicamente estes profissionais foram sendo cobrados em relação as exigências para o trabalho nos sentido de serem polivalentes, criativos, dinâmicos, flexíveis e ressalta a requisição do profissional para o desenvolvimento de estudo social sobre o público-alvo, para questões administrativo-financeiras com uma crescente requisição dos assistentes sociais para gestão e coordenação institucionais. Ressalta as exigências do profissional na leitura e análise dos orçamentos públicos, para identificação de recursos disponíveis visando a captação e ao planejamento e execução de ações e projetos.

Considerando o estágio atual do capitalismo, de crise e reestruturação do capital, Duarte (2010) destaca a preocupação em relação à ameaça que os valores e princípios do projeto ético político sofrem, em especial no espaço sócio-ocupacional das ONGs, em virtude do potencial desvirtuamento do trabalho do assistente social fazendo com que ele não se reconheça com formação específica tornando-se “mais vulnerável aos ditames do empregador, pois se desarticula das discussões e das lutas da categoria profissional” (p. 71). Esta desarticulação das

²⁹Conforme Caderno para Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS – Os parâmetros para composição da equipe de referência do CREAS Pequeno Porte I e II e Médio Porte 1 é composta por: 1 Coordenador, 1 Assistente Social, 1 Psicólogo, 1 Advogado, 2 Profissionais de nível superior ou médio e 1 Auxiliar administrativo (MDS, 2011).

discussões tem desdobramentos no sentido de promover uma ausência de uma reflexão mais ampla em relação às atribuições assumidas, possibilita o distanciamento da Lei de Regulamentação da Profissão de Serviço Social, das resoluções editadas pelo conjunto CFESS/CRESS, dentre outros.

O desafio diante da dura realidade consiste em identificar as possibilidades de trabalho que vão de encontro ao projeto profissional hegemônico da categoria das/os assistentes sociais, uma vez que o assistente social possui uma “relativa autonomia” respaldado juridicamente na regulamentação da profissão, na formação universitária, no código de ética profissional e na articulação que estabelecem com outros trabalhadores resultando em força política (IAMAMOTO, 2015). A organização enquanto categoria profissional, através de reuniões, de encontros também foi identificada pelos profissionais como possibilidades para o trabalho profissional:

[...] Assim, uma coisa que eu acho muito importante esses são encontros com os técnicos, isso nos fortalece e a troca tu vai para o encontro chegar lá e ver uma pessoa que fez diferente e tu vê que aquele outro jeito seria mais interessante para o teu trabalho, isso é uma construção eu vejo também que tem muita gente trabalhando sozinha, muito egocentrismo, então tem esse momento que é para nós... Tem ótimos profissionais, excelentes colegas que fazem um trabalho maravilhoso. Daria para citar muitos colegas e nós não estamos explorando esses trabalhos e são trabalhos riquíssimos, de profissionais que já trabalharam em vários setores e várias áreas que hoje poderiam contribuir muito para o nosso trabalho, nosso crescimento e para o nosso dia a dia, nos possibilitando a fazer coisas de forma diferente, fazendo assim com que os usuários pudessem ter um acesso melhor. (S4)

[...] As possibilidades que a gente também precisa se esforçar mais e que a gente possa buscar mais. Também eu sou uma pessoa que eu posso dizer que eu pouco procuro. Que nem o conselho do serviço social do estado ou o NUCRESS, pouco procuro ou até nas próprias colegas as dúvidas justamente porque cada um trabalha no setor diferente, a gente não quer incomodar nenhuma mas assim, poderia me reportar com o conselho do Estado, tirar as dúvidas que eu tenho. Às vezes em quando eu não busco, quem sabe é por medo de receber um não ou por falta de curiosidade mesmo minha. (S10)

Um sujeito refere que os encontros entre os colegas é rico à medida que a troca de experiência possibilita uma certa oxigenada, contribuindo com a forma como o profissional trabalha “possibilitando a fazer coisas de forma diferente, fazendo assim com que os usuários pudessem ter um acesso melhor” (S4). O outro sujeito refere não participar, ou melhor, não procurar o CRESS ou o NUCRESS, as colegas assistentes sociais, ao mesmo tempo os reconhece como possibilidade para o trabalho e como uma referência para tirar dúvidas.

Conforme Raichelis (2011) o campo das políticas sociais ampliou muito o mercado de trabalho do assistente social nos últimos anos, em especial devido à implantação do Sistema Único de Assistência Social. No entanto, se precarizaram as condições de trabalho do assistente social “subordinado a processos de alienação, restrição de sua autonomia técnica e intensificação do trabalho a que estão sujeitos os trabalhadores assalariados em seu conjunto” (p. 434).

O fortalecimento da categoria profissional é uma real possibilidade de resistência, e a reflexão e a educação continuada subsidiarão o debate possibilitando mediações com a realidade vivenciada pelos profissionais e estratégias de enfrentamento. Neste sentido, os limites identificados nesta pesquisa podem ser avaliados em coletividade e as possibilidades podem ser pensadas conjuntamente. Raichelis (2011) corrobora que “quanto mais qualificados os trabalhadores sociais, menos sujeitos a manipulação e mais preparados para enfrentar o assédio moral no trabalho, os jogos de pressão política e de cooptação nos espaços institucionais” (p. 436).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intrínseca relação entre história, conjuntura econômica-social-política, conhecimento e Serviço Social, que envolve a realidade dinâmica, é complexa e concreta no cotidiano dos indivíduos. Esta pesquisa buscou contribuir com a categoria profissional na análise de como vem sendo realizada a mediação dos fundamentos do Serviço Social no trabalho profissional das(os) Assistentes Sociais da Região Ceilero do Rio Grande do Sul.

É importante mencionar a complexidade do tema: Fundamentos do Serviço Social. Para compreendê-lo é preciso remeter aos mais de 80 anos de história da profissão no Brasil, relacionando-o com a história política, econômica e social brasileira, o que remete a pensar nas influências teóricas que a profissão teve no decorrer de sua história e nas formas construídas para a realização do trabalho profissional. Também faz-se necessário compreender a articulação da categoria profissional nestes anos de história e como a teoria marxista foi incorporada pela profissão como lente para o estabelecimento de uma análise dialética da realidade na qual vive-se, e como esta articulação se fortaleceu politicamente refletindo nos princípios do código de ética da profissão e no projeto ético-político da profissão.

O conhecimento é construído historicamente e influenciado por ela e influenciador dela e é neste momento histórico de acirramento brutal das expressões da questão social, da regressão constante dos direitos sociais e do enxugamento dos recursos destinados para a realização do trabalho nos serviços vinculados às políticas sociais e com a ofensiva neoliberal deixando tristes rastros que a categoria profissional tenta imprimir forças para ações de resistência.

Os assistentes sociais encontram-se nesta complexa realidade, numa relação ambígua, ou seja, sendo trabalhador assalariado, de instituições públicas, privadas ou organizações não governamentais que representam quase que em sua totalidade a classe dominante do país, que por sua vez encontra-se estreitamente vinculada aos interesses do capital, tendo seu projeto profissional vinculado aos interesses da classe trabalhadora. O trabalho profissional sofre diretamente os reflexos dos enfrentamentos diários dos assistentes sociais, na medida em que são empregadores públicos e trabalhadores assalariados que convivem com

“[...] relações de exploração, subordinação e alienação que envolvem disputas em relação à apropriação do tempo de trabalho socialmente necessário e seu pagamento, consubstanciados no contrato, na definição da jornada e do valor dos salários, além da luta pelos meios e instrumentos de trabalho disponibilizados para a realização do trabalho complexo e socialmente

referenciado – nos termos definidos pelo Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social brasileiro.” (DEGENSZAJN, 2018, p. 168)

Neste sentido, a autora se refere ao desafio imposto a coletividade dos profissionais no sentido de debater e pesquisar sobre o trabalho do assistente social e sobre as relações sociais que o compreendem. Também, ressalta que os assistentes sociais são trabalhadores assalariados que compartilham condições de trabalho com os demais trabalhadores, condições estas como a intensificação, precarização, flexibilização, os baixos salários, a perda de direitos e outros. Além disso, também se faz necessário “[...] enfrentar os desafios teóricos implicados na reflexão sobre a dupla natureza do trabalho do assistente social [...] no âmbito da produção e reprodução social como processos inseparáveis.” (DEGENSZAJN, 2018, p. 168)

Pensando neste contexto de trabalho dos assistentes sociais é que esta pesquisa nos ajuda a pensar de que forma os assistentes sociais estão realizando a mediação dos fundamentos do Serviço Social no trabalho profissional, em particular os assistentes sociais da região Celeiro do Rio Grande do Sul que se dispuseram a participar dessa pesquisa e suscitar a discussão referente ao tema já exposto, cujos resultados apontaram que as dimensões dos fundamentos do Serviço Social contemplam o trabalho dos assistentes sociais, porém numa concepção fragmentada, ou seja, somente na dimensão ética, ou na dimensão técnico-operativa, ou na dimensão teórica, e inclusive em uma dimensão denominada como temporal, que remete aos fundamentos ao tempo de formação acadêmica.

A discussão estabelecida entre os teóricos da área, e pelas entidades, a Associação Brasileira de Estudo e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, expressa nas Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social os fundamentos do Serviço Social de forma articulada. Dessa forma, as dimensões fragmentadas não representam a totalidade que se constituem os fundamentos da profissão. A dimensão teórico-metodológica proporciona subsídios para múltiplas mediações, alimentando a capacidade teleológica do profissional que articulado à dimensão ético-política direcionará suas atitudes e valores de acordo com o projeto profissional hegemônico da categoria que refletirão na dimensão técnico-operativa à escolha dos instrumentos e técnicas que o profissional utilizará para alcançar a finalidade projetada de sua ação.

As mediações realizadas pelos Assistentes Sociais no trabalho cotidiano profissional se expressam pela participação em partido político, em conselhos de direitos, em entidade representativa da profissão, em encaminhamentos realizados pelo conhecimento e trabalho

coletivo bem como, pelas orientações, esclarecimentos, intervenções e técnicas do trabalho profissional.

O Serviço Social tem fundamentos e mediações políticas e éticas, ambas determinadas historicamente. O projeto ético-político profissional é composto de elementos que lhe dão concretude e visibilidade, dentre eles encontram-se as instâncias político-organizativas da profissão que incluem o conjunto CFESS/CRESS, espaços democráticos de construção coletiva da categoria. Neste sentido faz-se importante a participação dos profissionais em entidades representativas da profissão, no caso deste estudo, nos Núcleos Regionais de Serviço Social – NUCRESS, para reafirmar os compromissos e princípios da categoria que se encontra em permanente disputa.

Os NUCRESS para as assistentes sociais que moram no interior do Estado, muitas vezes é o único elo de fortalecimento entre a categoria profissional, possibilitando o encontro destes profissionais, sua articulação enquanto categoria e suscitando discussão de temas pertinentes a profissão, além de serem um espaço de compartilhamento das dificuldades e angústias vivenciadas no cotidiano profissional.

O trabalho do assistente social é confundido com a mediação profissional, sendo que uma deveria ser resultante da outra. Guerra (1997) situa o cotidiano como espaço de realização de ações instrumentais e através da mediação a “instrumentalidade permite que as referências teóricas, explicativas da lógica e da dinâmica da sociedade, possam ser remetidas à compreensão das particularidades do exercício profissional e das singularidades do cotidiano” (p. 12).

A inexistência da unidade entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa suprimindo as mediações teóricas e políticas resulta na atitude pragmática, tomada pela imediatividade do cotidiano. O pragmatismo é muito recorrente em profissões prático-interventivas pela condição na qual se inserem na realidade. Os assistentes sociais convivem cotidianamente com o aumento da demanda por serviços sociais e, em contrapartida, com a restrição de recursos para políticas sociais governamentais, conforme postulados neoliberais que visam o desmonte da universalidade das políticas públicas, ampliando a seletividade e a mercantilização dos serviços sociais favorecendo a capitalização do setor privado (IAMAMOTO, 2015). O pragmatismo é uma forma de apreensão da aparência da expressão da questão social, que não contempla uma análise mais ampla da realidade que proporcione a compreensão da constituição da questão social, e a mediação, que por sua vez, fica prejudicada ou inexistente.

No que tange o embasamento ético, técnico, político, teórico e metodológico identificou-se que se encontra ancorado no Projeto Profissional e nas Políticas Sociais, porém pragmático e com frágil embasamento. Toda profissão possui uma história, uma razão de ser, um referencial teórico que a norteie, métodos e técnicas de trabalho, ou seja, um conhecimento já sistematizado. O Serviço Social possui uma herança conservadora, mas historicamente na intenção de romper com o pensamento conservador através de um acúmulo teórico e político capacitou o profissional a apreender a realidade numa perspectiva histórica e de totalidade. No entanto, aparece também a lembrança das referências teóricas que são reportadas a época de graduação, contudo, não fazendo parte do trabalho profissional no cotidiano, passando a ideia de que na graduação o sujeito “se veste” da qualificação intelectual e em outro ele “se despe”, não sendo mais necessário.

Outra questão é a importância de se conhecer e seguir as legislações com as quais se trabalha, a exemplo as legislações da saúde, habitação, o sistema sócio jurídico e outros, mas é importante lembrar que elas não se configuram enquanto referencial teórico da profissão. Reconhece-se que historicamente o Estado além de ampliar o campo de atuação do assistente social diante do acirramento da questão social, também impulsionou sua profissionalização. A partir do momento que os referenciais do assistente social são baseados somente em legislações (limitadoras) deixa-se de lado o potencial transformador do trabalho profissional, que é justamente o arcabouço teórico-metodológico que fundamentará a leitura da realidade ampliando a cadeia de mediações e aumentando as possibilidades de intervenção.

A teoria, por sua vez, possibilita a reconstrução ao nível do pensamento, de todo o movimento do real, considerando todas as contradições, as relações estabelecidas e suas múltiplas determinações, e somente é possível através do uso de metodologias. Desta forma, com o cotidiano profissional esvaziado de referências teóricas, conforme identificado nos resultados da pesquisa, as dimensões teórico-metodológica e ético-políticas ficam comprometidas.

Conforme sinalizado por Barroco (2011) os assistentes sociais não estão imunes aos processos de alienação devido às determinações objetivas do trabalho profissional, e também que estas condições objetivas podem favorecer a reatualização do conservadorismo, inclusive de forma consciente por parte dos sujeitos.

Corroborar para isto o frágil referencial teórico, a dura realidade posta aos trabalhadores na atualidade, que convivem com a precarização do trabalho, fruto das novas configurações e manifestações resultantes da efetivação das políticas neoliberais, da crise de acumulação e da

contrarreforma do Estado. Os meios de trabalho, que deveriam ser fornecidos pelo empregador, nem sempre o são. A carga horária insuficiente, a falta de oferta de carro para realização de visitas domiciliares, a falta de material de expediente se configuram em limites para o trabalho profissional refletem diretamente na qualidade deste trabalho. Dessa forma, o trabalhador se vê impossibilitado a estabelecer livremente suas prioridades, seu modo de trabalhar, de acessar todos os recursos necessários, de direcionar o trabalho exclusivamente segundo suas intenções. Em decorrência disso, o assistente social pode se sentir desvalorizado, sem reconhecimento pelo seu trabalho, algumas vezes até se distanciando do que é o Serviço Social à medida que nem consegue reconhecer seus fundamentos, tampouco vivenciá-los no cotidiano profissional.

Este estudo identificou uma fragilidade na apreensão dos fundamentos do Serviço Social, sendo que somente desta forma é que os assistentes sociais vão ter domínio dos conteúdos de sua área específica de conhecimento e conseguirão exprimir o significado da profissão através do trabalho profissional, seja para os empregadores, para usuários ou para os colegas de trabalho. À medida que os assistentes sociais se apropriam do respaldo jurídico, através da lei que regulamenta a profissão e do código de ética, e de todo subsídio que a formação universitária proporciona, possibilidades de trabalho são encontradas mesmo diante das adversidades cotidianas enfrentadas pelos profissionais.

Neste estudo também foi destacado a importância da possibilidade do assistente social trabalhar diretamente com a população usuária dos serviços, seja no sentido da realização de grupos para orientações, da criação e vínculo, de se reinventar no serviço mostrando a necessidade e importância da profissão sempre vinculado ao contato direto com os sujeitos/usuários. Este trabalho viabiliza, também, possibilidades de debate crítico com a população sobre temas do seu dia a dia e formas coletivas de enfrentamento.

O fortalecimento da categoria profissional também foi destacado como uma real possibilidade de resistência, através da reflexão e da educação continuada subsidiando o debate e possibilitando mediações com a realidade vivenciada pelos profissionais e estratégias de enfrentamento. Neste sentido, os limites identificados neste estudo podem ser avaliados em coletividade e as possibilidades podem ser pensadas conjuntamente.

Por fim, no sentido da importância de criarmos oportunidades Raichelis (2011) lembra ser necessário forjar sujeitos coletivos capazes de fortalecer os espaços de enfrentamento e de resistência diante das diferentes formas de o capital subjugar o trabalho vivo a seus interesses particularistas de acumulação e centralização crescentes.

Considerando as informações coletadas no presente estudo e a necessidade de educação permanente sobre os Fundamentos do Serviço Social, é que esta pesquisa será apresentada para as assistentes sociais do NUCRESS Celeiro. Neste momento esta pesquisadora se prontificará a realizar um momento após as reuniões do referido núcleo, onde será realizado um grupo de estudo sobre os Fundamentos do Serviço Social, ou em outro momento que possa ser sugerido.

REFERÊNCIAS

AMMANN, S. B. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

Ricardo Antunes. **Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho**. Coimbra: CES/Almedina, 2016

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROCO, Maria Lucia. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 106, p. 205-218, abr./jun. 2011.

_____. Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 124, p. 623-636, out./dez. 2015

_____. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BOSCHETTI, Ivanete. **Expressões do conservadorismo na formação profissional**. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 124, p. 637-651, out./dez. 2015

BRAVO, Maria Inês Bravo. O significado político e profissional do Congresso da Virada para o Serviço Social brasileiro. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 100, 2009, p. 650-678.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **Política Nacional de Educação Permanente do Conjunto CFESS/CRESS**. Brasília, 2012.

_____. **Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e serviço social**. vol. 1, Brasília (DF), 2014.

_____. Diretrizes Nacionais acerca da Interiorização das Ações Políticas dos CRESS. Brasília, 2016.

CLOSS, Thaisa Teixeira. **Fundamentos do Serviço Social: Um estudo a partir da produção da área**. Curitiba, PR: CRV, 2017.

COUTINHO, Carlos Nelson. Pluralismo: dimensões teóricas e políticas. Ensino em Serviço Social: pluralismo e formação profissional. *Cadernos ABESS*, n. 04, Cortez: São Paulo, 1991.

DEGENSZAJN, Raquel Raichelis. Polêmicas Teóricas na Análise Marxiana. *EM PAUTA*, Rio de Janeiro – 1º Semestre de 2018 - n. 41, v. 16, p. 154 - 170

_____. **O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente a violação de seus direitos**. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, jul/set 2011. Disponível em:< n. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-66282011000300003>>. Acesso em: 01, mar, 2019.

DUARTE, Janaína Lopes do Nascimento. **Cotidiano profissional do assistente social: exigências profissionais, identidade e autonomia relativa nas ONGs.** Textos & Contextos, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 66-76, jan./jun. 2010.

EIRAS, A. A. T. S.; MOLJO, C. B.; SANTOS, C. M. **O Exercício Profissional na Implementação do SUAS: projeto ético político, cultura profissional e intervenção profissional.** In: MOLJO, C. B. E. DURIGUETTO, M. L. (Org). Sistema Único de Assistência Social, Organizações da Sociedade Civil e Serviço Social. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2012.

FORTI, Valéria Lucilia. Pluralismo, Serviço Social e projeto ético-político: um tema, muitos desafios. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 373-381, set./dez. 2017

FORTI, V. **Ética, crime e loucura: reflexões sobre a dimensão ética no trabalho profissional.** 3 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

FORTI, V.; GUERRA, Y. **Na prática a teoria é outra?** In: _____ (Orgs.). Serviço Social: temas, textos e contextos: coletânea nova de Serviço Social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história.** Trad. Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. São Paulo: Paz e Terra, 2004

IAMAMOTO, Maria Villela. **A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro.** Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez Editora, 2014.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** 9. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

_____. **O Significado do trabalho do assistente social nos distintos espaços sócio-ocupacionais.** Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

_____. A questão social no capitalismo. **Temporalis**, Brasília, n. 3, 2001.

_____. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica** / Maria Villela Iamamoto, Raul de Carvalho. 11. ed. São Paulo: Cortez; [Lima, Peru] CELATS, 1996.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 3. Ed. São Paulo, Cortez, 2000.

_____. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social.** 11. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IANNI, Octávio. **A Questão Social.** Revista da USP. Nº 03, 1989.

KONDER, L. **O que é Dialética**. São Paulo/SP: Brasiliense, 2008.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

Lei 8.662/93 de Regulamentação da Profissão - Aprovado em 13 de Março de 1993, com as alterações introduzidas pelas Resoluções CFESS nº290/94, 293/94, 333/96 e 594/11.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. MACIEL, Ana Lúcia Suárez. O Projeto de Formação em Serviço Social: Análise da sua Trajetória Histórica no Período 1996 a 2016. **Temporalis**, Brasília, ano 16, n. 32, jul/dez. 2016.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. MOLJO, Carina Berta; SILVA, José Fernando Siqueira da; SILVA, Maria Liduina de Oliveira e; SANT'ANA, Raquel Santos. Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional. **Temporalis**, Brasília, ano 16, n. 32, jul/dez. 2016.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. **Supervisão de Estágio em Serviço Social**: desafios para formação e o exercício profissional. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. Alzira Maria Baptista. **Supervisão de Estágio em Serviço Social e os instrumentos normativos: a direção ética, política, teórica e pedagógica**. Alzira Maria Baptista Lewgoy, Sergio Antonio Carlos (Orgs.). Porto Alegre: Prorext/UFRGS, 2014.

LEWGOY, A. M. B. MOLJO, C. B., SILVA, J. F. S., SILVA, M. L. O. S.; SANT'ANA, R. S. **Serviço social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional**. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 16, n. 32, jul/dez. 2016.

LOPES, Josefa Batista. **O movimento de reconceituação do serviço social na América Latina como marco na construção da alternativa crítica na profissão: a mediação da organização acadêmico-política e o protagonismo do serviço social**. In: SILVA, Maria Liduina de Oliveira (Org.). **Serviço social no Brasil: histórias de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

LUKÁCS, György. Para uma ontologia do ser social. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012, p. 434.

_____. As Bases Ontológicas da Atividade e do Pensamento do Homem. Revista Temas, São Paulo: Ciências Humanas, nº 4, 1978.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7ª Ed. Atlas: 2010.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Notas sobre mediações: alguns elementos para sistematização da reflexão sobre o tema**. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 43, Ano XIV, Cortez Editora, 1993. p. 136 -141.

MARX, K. O Capital. **Crítica da Economia Política**. t. I. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Caminhos do Pensamento: epistemologia e método.** / Organizado por Maria Cecília de Souza Minayo e Suely Ferreira Deslandes. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002.

_____. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília (Orgs.). 34. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

MORAES, Carlos Antônio Souza. O Serviço Social brasileiro na entrada do século XXI: considerações sobre o trabalho profissional. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 127, p. 587-607, set./dez. 2016.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Angela Santana do (Orgs.). **Cenários, contradições e pelejas do Serviço Social brasileiro.** São Paulo: Cortez, 2016.

NETTO, José Paulo. **A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social.** In: MOTA, Ana Elizabete *et al.* (Orgs.). **Serviço Social e saúde.** 2. ed. São Paulo: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2007.

_____. **Introdução ao método na teoria social.** In: CFESS; ABEPSS. **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília, 2009.

_____. **Capitalismo monopolista e serviço social.** São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Cinco Notas a Propósito da “Questão Social”.** Revista *Temporalis*, Brasília: ABEPSS, n. 3, 2001.

_____. **Ditadura e Serviço Social.** 17. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

NOGUEIRA, V. M. R. **Elementos para pensar a pesquisa como princípio formativo em Serviço Social.** In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 12. dez. 2010, Rio de Janeiro.

Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. **Questão Social, Serviço Social e Direitos de Cidadania.** *Revista Temporalis*, Brasília: ABEPSS, n. 3, 2001, p. 51-62.

_____. **A questão social e as transformações das políticas sociais: resposta do estado e da Sociedade civil.** *Revista Ser Social – Questão Social e Serviço Social*, Revista semestral do programa de Pós-Graduação em Política Social da Unb, Brasília, n. 6, Jan/jun. 2000.

PONTES, R. N. **A categoria de mediação em face do processo de intervenção do Serviço Social.** 2002 Disponível em: <http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-016-104.pdf>

RAICHELIS, Raquel. **Gestão Pública e a Questão Social na grande cidade.** *Revista Lua Nova*, São Paulo, 69; 13-48, 2006.

_____. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. *Serv. Soc. Soc.* [online]. 2011, n.107 .

SANTANA, J. V. FERREIRA, B. J. P. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, V. 8, n. 2, p. 148-156, dez. 2016.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. A dimensão técnico-operativa e os instrumentos e técnicas no Serviço Social. **Revista Conexão Geraes**, n. 3, 2º semestre de 2013.

Secretaria Nacional de Assistência Social Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – **MDS Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS Brasília**, 2011 Gráfica e Editora Brasil LTDA.

SILVA, Ivone Maria Ferreira da. **Questão social e serviço social no Brasil: fundamentos sócio-históricos**/Ivone Maria Ferreira da Silva. 2. ed. Campinas, SP: Papel Social; Cuiabá, MT: EdUFMT, 2014.

SILVA, Marcelo Lira. O estatuto ontológico em Lukács: a centralidade da categoria trabalho. Anais do IV Seminário do Trabalho. Trabalho, Economia e Educação no Século XXI. Marília, SP: UNESP, 2008. .

SIMIONATTO, Ivete. **As abordagens marxistas no estudo dos fundamentos no Serviço Social. Fundamentos Históricos e Teórico- Metodológicos e as Tendências Contemporâneas no Serviço Social**. In: GUERRA, Yolanda *et al.* (Orgs.). Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica. Campinas: Papel Social, 2018, p. 85-114.

TONET, I. **Cidadania ou emancipação humana?** Disponível em: http://ivotonet.xp3.biz/arquivos/CIDADANIA_OU_EMANCIPACAO_HUMANA.pdf

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: A Pesquisa Qualitativa em Educação. O Positivismo. A Fenomenologia. O Marxismo**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Os fundamentos histórico e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. Brasília. CFESS/ABEPSS: 2009.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Fundamentos Históricos e Teórico- Metodológicos e as Tendências Contemporâneas no Serviço Social**. In: GUERRA, Yolanda *et al.* (Orgs.). Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica. Campinas: Papel Social, 2018, p. 47-84.

APÊNDICE A

FORMULÁRIO DE ENTREVISTA PARA AS ASSISTENTES SOCIAIS

Entrevista realizada na instituição: _____

Cidade: _____ Data: ____/____/____

Entrevistador (a): _____.

Perfil dos Assistentes Sociais

1. Nome Completo:
2. Idade:
3. Sexo:
4. Graduou-se em faculdade:
5. Esta instituição de ensino é pública ou privada?
6. Esta instituição de ensino oferta o curso de Serviço Social presencial ou à distância?
7. Ano em que se formou:
8. O que o (a) motivou optar pela profissão de Serviço Social?
- 8.1. Atualmente essa motivação permanece? Justifique.
9. Você participa atualmente de Organização da categoria profissional, Partidos Políticos, Sindicatos, Movimentos Sociais, Conselhos de direitos, outros?
- 9.1 A participação é exigência do seu trabalho?
- 9.2 Se não, porque participa?
10. Você se considera realizada profissionalmente? Por quê?

Qualificação Profissional

11. Você possui pós-graduação, especialização: Lato Sensu e/ou Stricto Sensu? Qual(is)?
12. Você participa de atividades de atualização (palestras, seminários, congressos, cursos de extensão etc.)?
- 12.1. Em caso afirmativo, com que frequência?
13. Realiza supervisão de estágio em serviço social? Por quê?
14. Como é realizada a qualificação no seu cotidiano profissional?
15. Como você se organiza para refletir sobre o seu trabalho no dia a dia?
16. Quais as demandas atuais que você sente necessidade de qualificação para o trabalho?
17. Como você define o que é o Serviço Social?
18. Como os fundamentos do Serviço Social se expressam no seu cotidiano profissional?
19. Qual o objeto de trabalho do Serviço Social para você?
20. Quais mediações você faz no seu trabalho profissional cotidiano?
21. Quais referenciais teóricos você se reporta atualmente como subsídio para o exercício profissional no Serviço Social?
22. Sente necessidade de algum referencial teórico para o exercício profissional no Serviço Social?

Condições de trabalho

23. Em relação ao cotidiano profissional, quais são os limites encontrados no exercício da profissão? E as possibilidades?
24. Você desempenha atividade profissional em outra organização/instituição?
25. Qual seu vínculo empregatício na instituição representada na pesquisa?
26. Qual sua carga horária de trabalho?
27. A equipe está completa ou falta algum profissional?

APÊNDICE B

INSTRUMENTO PARA ANÁLISE DOCUMENTAL

Livro de Atas do NUCRESS Celeiro

Dados a serem levantados:

1. Número de reuniões no ano de 2016.
2. Média de participação nas reuniões no ano de 2016.
3. Número de reuniões no ano de 2017.
4. Média de participação nas reuniões no ano de 2017.
5. Número de cursos realizados pelo núcleo.
6. Média de participação nos cursos.
7. Conteúdos trabalhados nos cursos pelo núcleo.
8. Número de grupos de estudo.
9. Temas e conteúdos trabalhados nos grupos de estudo.
10. Autores referenciados por tema.

APÊNDICE C

INSTRUMENTO PARA ANÁLISE DOCUMENTAL DOS PLANOS DE TRABALHO OU ESTUDOS SOCIAIS FORNECIDOS PELOS ASSISTENTES SOCIAIS ENTREVISTADOS

Dados a serem levantados:

1. Existência de embasamento teórico.
2. Filiação teórica identificada?
3. Conteúdo elaborado é de competência do Assistente Social?
4. É possível identificar qual(ais) a(s) expressão(ões) da questão social estão sendo analisadas ou está sendo objeto de atendimento?
5. Os princípios éticos fundamentais são respeitados no documento?

APÊNDICE D

INSTRUMENTO PARA ANÁLISE DOCUMENTAL DOS PLANOS DE TRABALHO OU ESTUDOS SOCIAIS FORNECIDOS PELOS ASSISTENTES SOCIAIS ENTREVISTADOS

Dados a serem levantados:

1. Embasamento teórico?
2. Filiação teórica?
3. Conteúdo elaborado é de competência do Assistente Social?
4. É possível identificar qual (ais) expressão(ões) da questão social estão sendo analisadas ou está sendo objeto de atendimento?
5. Os princípios éticos fundamentais são respeitados no documento?

ANEXO A

TERMO DE COMPROMISSO PARA UTILIZAÇÃO DOS DADOS

A pesquisadora do Projeto “Fundamentos e Mediações do Trabalho do Assistente Social na Região Celeiro do Rio Grande do Sul.” se compromete a preservar a privacidade das informações que serão coletadas em entrevista e em documento sob-responsabilidade da Assistente Social _____. Concorde, igualmente, que estas informações serão utilizadas única e exclusivamente para a execução do presente projeto. As informações somente poderão ser divulgadas de forma anônima.

Três Passos, ____ de _____ de 2018.

Patricia Seckler Ketzer
Assistente Social CRESS 9424/10ª R
Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Serviço Social
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Responsável pela Instituição

